

COLLECCÃO DAS LEIS

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

1902

VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1903

INDICE

dos

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1902

	Pags.
N. 840 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1902 — Concede á viuva do jurisconsulto e ex-senador Joaquim Felicio dos Santos a pensão mensal de 50 \$000.....	1
N. 841 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Minis- terio da Guerra o credito extraordinario de 13:938\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença do Su- premo Tribunal Federal.....	1
N. 842 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ para ocorrer ao pagamento a Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra- mestre e mandador da extincta officina de correei- ros do Arsenal de Guerra desta Capital, de gra- tificação de exercicio a que teem direito.....	2
N. 843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir, por conta do Ministerio da Justiça e Nego- cios Interiores, o credito de 53:580\$940 para pa- gamento de diversas obras e melhoramentos no edifício do Lyceo de Artes e Officios.....	2
N. 844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Inter- iores o credito de 16:060\$ para pagar ao bacha- rel Umbelino de Souza Marinho os seus ordenados como juiz de direito em disponibilidade.....	3
N. 845 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1902 — Crea varios cargos na Repartição Geral dos Correios e marca- lhes os respectivos vencimentos.....	

	Pags.
N. 846 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Estabelece que, para o effeito da percepção do meio soldo e montepio, as filhas casadas do official fallecido ficam equiparadas ás solteiras ou viúvas e aos filhos menores de 21 annos, legitimos ou naturaes legitimados.....	7
N. 847 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 68:195\$189 para execução da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao tenente-coronel Procopio Jose dos Reis, por prejuizos causados durante a revolta de 6 de setembro de 1903	8
N. 848 — GUERRA — Decreto de 11 de abril de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:414\$476 para occorrer ao pagamento de differenças de ordenado que deixou de receber o major do quadro especial do exercito Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar.....	8
N. 849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 6:850\$, supplementar á verba n.º do art. 2º da lei n.º 746, de 29 de dezembro de 1901, bem como o de 6:500\$, para pagamento de ajudas de custo a deputados e senadores.....	9
N. 850 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, a Francisco Alves da Silva Prado, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	10
N. 851 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1902 — Autoriza a conceder um anno de licença ao amanuense da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Augusto de Medeiros.....	10
N. 852 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1902 — Autoriza a conceder um anno de licença ao assistente da cadeira de clinica dermato-syphiligraphica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Terra.....	11
N. 853 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1902 — Concede a pensão mensal de 200\$ a cada um dos fillos menores do fallecido deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.....	11

	Pags.
N. 854 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1902 — Restabelece em favor da Viscondessa de Pelotas e de suas filhas, enquanto solteiras, a pensão de 500\$, que havia sido concedida ao finado Visconde de Pelotas.....	12
N. 855 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1902 — Autoriza o Governo a contar, para os efeitos da aposentadoria, ao engenheiro Paulo José de Oliveira, o tempo em que exerceu cargos publicos de nomeação dos antigos presidentes de provincia.....	12
N. 856 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, sem vencimentos, a Joaquim Barbosa Pinto, porteiro da Direcção Geral de Saude do Exército.....	13
N. 857 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 9 de agosto de 1902 — Estabelece a commissão dos agentes de leilões pelas vendas judiciaes que realizarem no Districto Federal.....	13
N. 858 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1902 — Declara em vigor a isenção de imposto de consumo para o xarque.....	14
N. 859 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1902 — Reforma a lei sobre fallencias.....	14
N. 860 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:132\$, para pagamento a diversos operarios da Casa da Moeda, por serviços prestados em janeiro e março de 1900.....	48
N. 861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:163\$978 para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior..	49
N. 862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao Dr. Elias Maria Gonçalves de Castro Mascarenhas, procurador da Republica, na secção do Piahy.....	49
N. 863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 21 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por mais um anno, com todos os vencimentos, a licença concedida ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal.....	50

	Pags.
N. 864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1902 — Manda entregar a Victor Meirelles de Lima a quantia de 50 000\$ como auxilio ás despezas feitas com o panorama da descoberta do Brazil.....	50
N. 865 — MARINHA—Decreto de 27 de agosto de 1902— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 2370-15-5 para pagamento de concertos realizados no cruzador <i>Benjamin Constant</i> , nas docas de Devonport (Plymouth).....	51
N. 366 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 28 de agosto de 1902 — Autoriza o Governo a prorogar a licença em cujo gozo se acha o lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima.....	51
N. 867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.....	52
N. 868 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto d 3 de setembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 237:215-545, para occorrer ás despezas resultantes de obras a praticar no canal do Mangue.....	52
N. 869 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 24:685\$800 para pagar a Wilson, Sons & Comp., limited, o fornecimento de carvão de pedra feito à Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, no exercicio de 1900.....	53
N. 870 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ao cambio de 27, suplementar á verba n. 6, do art. 8º, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.....	53
N. 871 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 612:945\$, para pagamento do pessoal dos Correios de que trata o decreto n. 815, de 8 de janeiro do corrente anno.....	54

	Pags.
N. 872 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:000\$, para pagar a impressão de 1.000 exemplares do «Methodo pratico para o ensino da lingua franceza».....	54
N. 873 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1902 — Determina que, no caso de licença concedida a um lente cathedratico da Escola Naval, sera a cadeira regida pelo lente substituto, a quem competir na occasião o exercicio das funções de repetidor dessa cadeira.....	55
N. 874 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis meses de licença ao Dr. Fernando de Siqueira Cavalcanti, secretario da Capitania do Porto do Estado de Pernambuco.....	56
N. 875 — GUERRA — Decreto de 19 de setembro de 1902 — Autoriza o Governo a reformar, mediante inspecção de saude, o enfermeiro-mór alferes graduado Christiano Pontes.....	56
N. 876 — GUERRA — Decreto de 19 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado ao 1º escripturario do Hospital Militar do Estado do Para, Francisco do Assis Tobias, para tratar de sua saude..	57
N. 877 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis meses, com ordenado, a licença em cujo gozo se acha o encarregado do deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel Candido Cordeiro Dias.....	57
N. 878 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão de 18500 diarios ao ex-empregado da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Luiz Affonso Ferreira.....	58
N. 879 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis meses, com o respectivo ordenado, a licença em cujo gozo se acha o conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio José Teixeira Guimarães.....	58
N. 880 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1902 — Autoriza o	

	Pags.
Poder Executivo a conceder ao conductor do trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação da licença em cujo gozo se acha.....	59
N. 881 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de novembro do corrente anno.....	59
N. 882 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario para pagamento do meio soldo devido a D. Analia Brum Gonçalves, desde 22 de dezembro de 1893 a 5 de dezembro de 1899.....	60
N. 883 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 64:703\$414 para ser applicado á liquidação e regularização de despesas que se deram em diversas sub-consignações do orçamento da Repartição Geral dos Telegraphos.....	60
N. 884 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$, para ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas.....	61
N. 885 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 4º escriptuario da Alfandega de Pernambuco, João Honorio Pereira Leal.....	61
N. 886 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 5:000\$ para pagamento de um terreno para uso da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	62
N. 887 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Governo a prorogar, por um anno a licença concedida ao machinista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Achilles Arnaud Coutinho.	62

	Pags.
N. 888 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, a José Augusto de Oliveira, conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	63
N. 889 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão, prorrogação, por um anno, com todos os vencimentos, da licença em cujo gozo se acha, afim de tratar de sua saúde onde lhe convier.....	63
N. 890 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Fixa o subsidio do Presidente e do Vice-Presidente da Republica, no periodo de 15 de novembro do corrente anno a 15 de novembro de 1906.....	64
N. 891 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira.....	64
N. 892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.....	65
N. 894 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Autoriza o Governo a transferir para Manoel Maria Vêlles a concessão feita a Julio Benavides, em 7 de outubro de 1892, podendo prorogal-a por mais cinco annos.	65
N. 895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, a João da Matta Macedo, ajudante de estação de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	66
N. 896 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Reduz de 15 a 10 annos o tempo de serviço exigido pelo art. 335 do regulamento dos Correios da Republica.....	66
N. 897 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 77:521\$890, para pagamento de vencimentos ao	

(*) Com o n. 893 não houve acto algum.

	Pags.
pessoal do Corpo de Patrões-Móres ; a um capitão de mar e guerra e um capitão de fragata, promovidos, e a tres melicos de 5ª classe.....	67
N. 898 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:000\$, para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboya o premio e a impressão da obra que publicou sob o titulo « Tratado de Cirurgia Contemporanea ».....	68
N. 899 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, sem ordenado, a licença em cujo gozo se acha o lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Samuel da Gama Costa Mac-Dowell.....	68
N. 900 — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1902 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1903.....	69
N. 901 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 8 de novembro de 1902 — Torna extensivos os beneficios do art. 1º da lei n. 529, de 2 de dezembro de 1898, aos militares amnistiados pelo art. 2º da lei n. 533, de 7 de dezembro do mesmo anno e submettidos a conselho de guerra ao tempo da promulgação daquella lei.....	70
N. 902 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Concede ao Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	71
N. 903 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$, para ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia..	71
N. 904 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Regula a naturalisação de estrangeiros.....	72
N. 905 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder nove mezes de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao thesoureiro da Sub-Administração dos Correios de Uberaba, Irineu de Mello Franco.....	74

	Pags.
N. 906 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Manda contar, para o effeito da aposentadoria, ao engenheiro civil João Victor de Magalhães Gomes, o tempo em que exerceu effectivamente o cargo de engenheiro de districto da ex-provincia de Minas Geraes.....	75
N. 907 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Deroga o art. 3º e paragraphos da lei n. 620, de 11 de outubro de 1899, e dá outras providencias.....	75
N. 908 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Reduz a tres mezes o prazo estabelecido na lei n. 35, de 23 de janeiro de 1892, para duração da incompatibilidade dos magistrados estaduais.....	76
N. 908 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Regula a colação do titulo de engenheiro geographo a alumnos da Escola Polytechnica da Capital Federal e da Escola de Minas de Ouro Preto.....	76
N. 910 (*) — MARINHA — Decreto de 21 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 100.000\$, para pagamento das despezas accrescidas ás previstas no art. 8º, n. 24, rubrica — Obras — da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900	77
N. 911 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, 1º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco..	78
N. 912 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao capitão-tenente Virtulino de Magalhães Moreira Sampaio um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	78
N. 913 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 30 de dezembro do corrente anno.....	79
N. 914 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder	

(*) Com o n. 909 não houve acto algum.

	Pags.
Executivo a conceder oito mezes de licença, sem vencimentos, ao Dr. Pedro Pereira Chermont Rayol, substituto do juiz federal na secção do Pará, para tratar de sua saúde.....	79
N. 915 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 65:000\$, sup-plementar a verba — Obras — n. 24, do art. 9º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para occorrer ás despesas necessarias e urgentes na Secretaria de Estado, no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha e na ponte do Arsenal desta Capital.....	80
N. 916 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Exe-cutivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Nego-cios Interiores o credito extraordinario de 5:000\$, para premio e publicação do trabalho « Sciencia das Finanças », do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho.....	80
N. 917 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1902 — Adia para 18 de fe-vereiro vindouro as eleições federaes a que se tinha de proceder em 28 do corrente mez.....	81
N. 918 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito necessario ao pa-gamento devido a Conrado Alves de Medeiros, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal	81
N. 919 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao sub-director do Tribunal de Contas, Francisco da Silva Me-della.....	82
N. 920 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a pagar aos inferiores da Armada a differença de vencimen-tos que deixaram de receber, e dá outras provi-dencias.....	82
N. 921 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis mezes a licença concedida ao 3º escriptu-rario da Alfandega de Pernambuco, Grato da Sil-veira Bastos Varella.....	83
N. 922 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1902 — Releva a pena de prescripção em que in-correu D. Anna Coelho de Figueiredo relativa-	

	Pags.
mente a importancia de 216\$, proveniente da differença entre o meio soldo integral que lhe caheria e o que recebeu no periodo de 19 de janeiro de 1869 a 18 de janeiro de 1884, e autoriza a abertura do credito preciso para tal pagamento.	83
N. 923 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — São abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 7:950\$, à verba 6 ^a — Secretaria do Senado — e de 5:926\$854, à verba 8 ^a — Secretaria da Camara dos Deputados — do corrente exercicio.....	84
N. 924 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — E' aberto à verba 6 ^a — Secretaria do Senado — do orçamento em vigor, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 1:706\$666 para pagamento de vencimentos a um 1 ^o official e a um continuo, dispensados do serviço.....	84
N. 925 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para pagamento do premio de viagem conferido a Pedro Demosthenes Rache....	85
N. 926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com ordenado, a licença concedida ao bacharel Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saúde.....	85
N. 927 — MARINHA — Lei de 22 de dezembro de 1902 — Fixa a força naval para o anno de 1903.....	86
N. 928 — MARINHA — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.463:823\$816, supplementar à verba n. 21, art. 9 ^o , da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.....	87
N. 929 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:860\$297, para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao escrivão do almoxarifado do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Francisco Mauricio de Abreu.....	87
N. 930 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder dous annos de licença, com soldo simples, somente	

	Pags.
no primeiro anno, ao capitão do corpo de estado-maior do Exercito, Pedro Botelho da Cunha.....	88
N. 931 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de cinquenta contos de réis (50:000\$), para satisfazer as despezas de representação e cortezia naval para com as marinhas estrangeiras que se fizeram representar por occasião de ser commemorado o 13º anniversario da Republica e empossado o novo Presidente.....	88
N. 932 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:000\$, para attender á restituição do deposito de igual quantia feito por Adolpho Gomes Netto....	89
N. 933 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 705\$600, para pagamento da indemnização devida a Joaquim Gomes da Silva Braga, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.....	89
N. 934 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Concede a D. Lucia Barbosa de Amorim a reversão da pensão mensal de 36\$ que recobria seu marido, o alferes honorario do Exercito, Luiz Alves Dantas de Amorim.....	90
N. 935 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 120:939\$207, supplementar á verba 32ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.....	90
N. 936 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 426:618\$352, supplementar á verba 11ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.....	91
N. 937 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Determina que na liquidção do tempo de serviço para a concessão de meio soldo e montepio não se descontará o que for passado no gozo de licença para tratamento de saúde, e dá outras providencias.....	91
N. 938 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Determina que as sentenças finais da competencia do Supremo Tribunal Federal sejam proferidas com a presença	

	Pags.
de dez. pelo menos, dos juizes desimpedidos daquelle Tribunal.....	92
N. 939 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 29 de dezembro de 1902 — Reorganiza o Districto Federal e da outras providencias.....	92
N. 940 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.....	106
N. 941 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 990:000\$, para despesas com o serviço de hygiene de defesa da Capital da Republica, avvocado para a administração federal.....	107
N. 942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a conceder dous annos de licença, com todos os vencimentos, ao engenheiro civil Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa, lente de mathematica do Gymnasio Nacional, afim de aperfeiçoar-se no estudo de sua cadeira.....	107
N. 943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães um anno de licença, com vencimentos, para applicar-se a estudos, em paiz estrangeiro, da materia que professa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	108
N. 944 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 14:868\$599, supplementar ás seguintes verbas do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901: n. 11 — Justiça Federal, — n. 26 — Escola de Minas, — n. 27 — Gymnasio Nacional, Externato — e n. 31 — Instituto dos Surdos-Mudos.,.....	108
N. 945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar necessario á verba 9ª do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para pagamento de ajudas de custo de deputados e senadores.....	109
N. 946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o	

	Pags.
Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:992\$603, para pagamento de vencimentos e custas de processos, devidos ao lente substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão.....	110
N. 947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Reforma o serviço policial no Districto Federal.....	110
N. 948 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 260:000\$, para indemnizar o Banco da Republica de igual somma despendida com a recepção da Esquadra do Chile, com as exequias dos diplomatas chilenos aqui fallecidos e com os preparativos para o transporte de seus corpos.....	113
N. 949 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 152:536\$482, suplementar ás verbas n. 8 — Corpo da Armada, — n. 9 — Corpo de Marinheiros Nacionais, — n. 14 — Força Naval, — n. 18 — Reformados — e n. 19 — Companhia de Invalidos, do orçamento em vigor.....	113
N. 950 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 130:000\$ para realizar melhoramentos na Escola Naval.....	114
N. 951 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 11:435\$, para pagamento a Felismino Soares & Comp., correspondente á segunda metade do valor total das obras de reparação nas caldeiras da torpedeira <i>Silrad</i> , de accordo com o contracto para esse fim celebrado.....	114
N. 952 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 7:500\$, para pagar ao cidadão Antonio de Castro Gandra a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina, na conformidade do contracto lavrado com a mesma repartição em 24 de novembro de 1892.....	115
N. 953 — FAZENDA — Lei de 29 de dezembro de 1902 — Orça a receita geral da Republica dos Estados	

	Pags.
Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias.....	115
N. 954 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS -- Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao agente da estação do Sitio, da Estrada de Ferro Central do Brazil, coronel Francisco da Costa Araujo.....	132
N. 955 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito extraordinario de 7:244\$ para pagamento a dous empregados da extincta Comissão de Melhoramentos do rio Parnahyba.....	133
N. 956 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Paulo Orozinbo de Azevedo, administrador dos Correios de S. Paulo, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, dentro ou fóra da Republica.....	133
N. 957 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1902 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias.....	134
N. 958 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:09\$5921 para occorrer ao pagamento ao professor do Collegio Militar Hemeterio José dos Santos, de ordenados que deixou de receber.....	181
N. 959 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Mininterio da Guerra o credito extraordinario de 27:963\$133 para occorrer ao pagamento á «Societé Anonyme des Anciens Etablissements Caill», de Pariz, pelo fornecimento de munições para um canhão Krupp e das despesas feitas com a remessa de um canhão para o concurso effectuado em 1893.....	181
N. 960 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Concede a D. Marfiza Rodrigues Cabral, filha do capitão José Carlos Cabral, a pensão annual de 818\$, sem prejuizo do meio soldo que percebe.....	182
N. 961 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Eleva a 150\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que recebe, a pensão concedida a D. Francisca Elisa de Castro Araujo, viuva do	

	Pags.
major do Exercito Manoel Porfirio de Castro Araujo.....	182
N. 962 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40\$538, ouro, e 2.255:694\$241, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.....	183
N. 963 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Concede a pensão mensal de 1:000\$ á viuva e filhos do Dr. Manoel Victorino Pe- reira	184
N. 964 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Crea na Alfandega de Paranaguá os lo- gares de dous conferentes e um guarda-mór.....	184
N. 965 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença ao 2º escriptuario da Al- fandega do Pará, Francisco Rodrigues de An- drade	185



ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1902

DECRETO N. 840 — DE 2 DE JANEIRO DE 1902

Concede á viuva do juriconsulto e ex-senador Joaquim Felicio dos Santos a pensão mensal de 500\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica, desde já, concedida á viuva do juriconsulto e ex-senador Joaquim Felicio dos Santos a pensão mensal de 500\$; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Martinho.

DECRETO N. 841 — DE 3 DE JANEIRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 13:939\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 13:939\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de janeiro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 812 — DE 3 DE JANEIRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ para occorrer ao pagamento a Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra-mestre e mandador da extincta officina de correiros do Arsenal de Guerra desta Capital, de gratificação de exercicio a que teem direito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ para pagar a gratificação de exercicio a que teem direito Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra-mestre e mandador da extincta officina de correiros do Arsenal de Guerra desta Capital, cujos serviços são aproveitados na Intendencia Geral da Guerra ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de janeiro de 1902, 1.^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 813 — DE 4 DE JANEIRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir, por conta do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 53:580\$940 para pagamento de diversas obras e melhoramentos no edificio do Lyceo de Artes e Officios.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.^o E o Governo autorizado a abrir por conta do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 53:580\$940 para pagamento de diversas obras e melhoramentos no edificio do Lyceo de Artes e Officios.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de janeiro de 1902, 1.^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 844 — DE 4 DE JANEIRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 16:060\$ para pagar ao bacharel Umbelino de Souza Marinho os seus ordenados como juiz de direito em disponibilidade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 16:060\$ para pagar ao bacharel Umbelino de Souza Marinho os seus ordenados como juiz de direito em disponibilidade, decorridos do 22 de abril de 1894 a 31 de dezembro de 1900, a que tem direito, como foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal em accórdão do 22 de setembro de 1900.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de janeiro de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 845 — DE 8 DE JANEIRO DE 1902

Crea varios cargos na Repartição Geral dos Correios e marca-lhes os respectivos vencimentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Ficam creados nas repartições postaes os empregos constantes do seguinte quadro, com os vencimentos aqui determinados :

Directoria Geral

Oito praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	1:100\$000
Dous continuos de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Dous serventes de 2ª classe, com a diaria de....	2\$000

Administração do Districto Federal

Sessenta praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	1:100\$000
Oitenta carteiros de 3ª classe, idem, idem.....	1:100\$000
Dous continuos de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Sete carimbadores de 2ª classe, com a diaria de..	2\$000
Quinze serventes de 2ª classe, com a diaria de..	2\$000
Nove carteiros ruraos de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	1:200\$000

Administração de S. Paulo

Quarenta e cinco praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	1:100\$000
Vinte e cinco carteiros de 3ª classe, idem, idem..	1:100\$000
Um continuo de 2ª classe, idem, idem.....	600\$000
Dous carimbadores de 2ª classe, com a diaria de..	1\$500
Seis serventes de 2ª classe, com a diaria de...	1\$500

Administração do Rio Grande do Sul

Oito praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Seis carteiros de 3ª classe, idem, idem.....	900\$000
Dous serventes de 2ª classe, com a diaria de...	1\$500

Administração de Pernambuco

Dez praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Sete carteiros de 3ª classe, idem, idem.....	900\$000
Tres serventes de 2ª classe, com a diaria de....	1\$500

Administração do Pará

Seis praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Nove carteiros de 3ª classe, idem, idem.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de....	1\$500

Administração da Bahia

Oito praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Nove carteiros de 3ª classe, idem, idem.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de....	1\$500

Administração de Minas Geraes

Dez praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Seis carteiros de 3ª classe, idem, idem.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração da Paraná

Tres praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Tres carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração do Amazonas

Quatro praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Quatro carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração do Ceará

Tres praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Dous carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração do Maranhão

Tres praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Tres carteiros de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	900\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração de Alagoas

Quatro praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Cinco carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Dous serventes de 2ª classe, com a diaria de...	1\$500

Administração de Santa Catharina

Tres praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Dous carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração do Espírito Santo

Tres praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Dous carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração da Parahyba

Tres praticantes de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Tres carteiros de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração do Rio Grande do Norte

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração de Goyaz

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração do Piahy

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000
Um servente de 2ª classe, com a diaria de.....	1\$500

Administração de Sergipe

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000

Administração de Matto Grosso

Um carteiro de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
---	----------

Sub-Administração da Campanha

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000

Sub-Administração de Diamantina

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000

Sub-Administração de Uberaba

Um praticante de 2ª classe, com o vencimento annual de.....	700\$000
Um carteiro de 2ª classe, idem, idem.....	700\$000

Art. 2.º O provimento desses empregos se fará segundo as regras estabelecidas no regulamento vigente para a nomeação dos supplentes. Os actuaes supplentes passarão a exercer os novos logares e perceberão os seus vencimentos desde o começo do ultimo semestre do anno de 1901.

Art. 3.º Ficam revogados os arts. 338 e 339 do regulamento de 1 de fevereiro de 1896, e todas as disposições em contrario á presente lei.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 816 — DE 10 DE JANEIRO DE 1902

Estabeleço que, para o effeito da percepção do meio soldo e montepio, as filhas casadas do official fallecido ficam equiparadas ás solteiras ou viúvas e aos filhos menores de 21 annos, legitimos ou naturaes legitimados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Para o effeito da percepção do meio soldo e montepio, as filhas casadas do official fallecido ficam equiparadas ás solteiras ou viúvas e aos filhos menores de 21 annos, legitimos ou naturaes legitimados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 847 — DE 10 DE JANEIRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 68:195\$189 para execução da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao tenente-coronel Procopio José dos Reis, por prejuizos causados durante a revolta de 6 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 68:195\$189 para execução da sentença, em ultima instancia, que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao tenente-coronel Procopio José dos Reis, por si e como representante da firma commercial Procopio José dos Reis & Comp., por prejuizos causados em seu estabelecimento commercial e propriedade em Magé, Estado do Rio de Janeiro, por occasião da revolta de 6 de setembro de 1893, quantia que lho será paga integralmente ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 848 — DE 11 DE ABRIL DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:414\$476 para occorrer ao pagamento de differenças de ordenado que deixou de receber o major do quadro especial do Exercito Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:414\$476 para

ocorrer ao pagamento de differenças de ordenado que deixou de receber o major do quadro especial do Exército Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de abril de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 849 — DE 17 DE MAIO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 6:850\$, complementar á verba n. 9 do art. 2^o da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, bem como o de 6:500\$, para pagamento de ajudas de custo a deputados e senador.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 6:850\$, complementar á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, bem como o de 6:500\$, para pagamento de ajudas de custo aos seguintes deputados e senador : Manoel Gomes de Mattos, 600\$; Sylvio Romero, 500\$; Augusto França, 400\$; Aureliano Pinto Barbosa, 400\$; Rodolpho da Rocha Miranda, 250\$; José Francisco Monjardim, 150\$; Alfredo Ellis, 250\$; João Hosannah de Oliveira, 800\$; Gabriel Salgado dos Santos, 1:000\$; Thomaz Cavalcanti de Albuquerque, 700\$; Alexandre José Barbosa Lima, 400\$; Antonio Moreira da Silva, 250\$; Marcolino de Moura Albuquerque, 400\$ e Arthur Cesar Reis, 400\$000.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de maio de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 850 — DE 21 DE MAIO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, a Francisco Alves da Silva Prado, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, a Francisco Alves da Silva Prado, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de maio de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 851 — DE 15 DE JULHO DE 1902

Autoriza a conceder um anno de licença ao amanuense da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Augusto de Medeiros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao amanuense da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Augusto de Medeiros; revogadas, para os effectos desta lei, as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de julho de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 852 — DE 2 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza a conceder um anno de licença ao assistente da cadeira de clinica dermato-syphiligraphica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Terra.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder ao Dr. Fernando Terra, assistente da cadeira de clinica dermato-syphiligraphica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mais um anno de licença, com todo o ordenado, em prorrogação da que terminou em 5 de setembro de 1901, para tratar de sua saúde fóra desta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de agosto de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 853 — DE 5 DE AGOSTO DE 1902

Concede a pensão mensal de 200\$ a cada um dos filhos menores do fallecido deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica concedida a cada um dos menores Augusto, Octavio, Bertha, Mario e Sergio, filhos do fallecido deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, a pensão mensal de 200\$, até attingirem a maioridade.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de agosto de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Martinho.

DECRETO N. 854 — DE 7 DE AGOSTO DE 1902

Restabeleço em favor da Viscondessa de Pelotas e de suas filhas, enquanto solteiras, a pensão de 500\$, que havia sido concedida ao finado Visconde de Pelotas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica restabelecida em favor da Viscondessa de Pelotas e de suas filhas, enquanto solteiras, a pensão de 500\$, que havia sido concedida ao seu finado marido, o general José Antonio Corrêa da Camara, Visconde de Pelotas ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de agosto de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Martinho.

DECRETO N. 855 — DE 7 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Governo a contar, para os effeitos da aposentadoria, ao engenheiro Paulo José de Oliveira, o tempo em que exerceu cargos publicos de nomeação dos antigos presidentes de provincia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a contar, para os effeitos da aposentadoria, ao engenheiro Paulo José de Oliveira, o tempo em que exerceu cargos publicos de nomeação dos antigos presidentes de provincia ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de agosto de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 856 — DE 8 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, sem vencimentos, a Joaquim Barbosa Pinto, porteiro da Direcção Geral de Saude do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, sem vencimentos, a Joaquim Barbosa Pinto, porteiro da Direcção Geral de Saude do Exercito, para tratar de negocios de seu interesse.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de agosto de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 857 — DE 9 DE AGOSTO DE 1902

Estabelece a commissão dos agentes de leilões pelas vendas judiciaes que realizarem no Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º A commissão dos agentes de leilões, pelas vendas judiciaes que realizarem no Districto Federal, será paga sómente pelos compradores.

Art. 2.º A commissão será:

I — de 5 % sobre o producto da venda não excedente de 100:000\$000 ;

II — de 2 1/2 % sobre o que exceder de 100:000\$ até 1.000:000\$000 ;

III — de 1/2 % sobre o que exceder de 1.000:000\$ até 8.000:000\$, nada percebendo dahi por deante o agente de leilões.

Art. 3.º Quando, nos casos dos ns. II e III do artigo antecodente, a venda houver sido feita em lotes a diversas pessoas, reunidas as importancias das commissões, a somma será paga *pro rata*.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de agosto de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 858 — DE 12 DE AGOSTO DE 1902

Declara em vigor a isenção de imposto de consumo para o xarque

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Continúa em vigor a isenção conferida em lei, referente ao imposto de consumo para o xarque, ficando de nenhum effeito os termos de responsabilidade postos em vigor para garantia da cobrança do mesmo imposto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de agosto de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Martinho.

LEI N. 859 — DE 16 DE AGOSTO DE 1902

Reforma a lei sobre fallencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei sobre fallencias:

TITULO I

DA NATUREZA E DECLARAÇÃO DA FALLENCIA

Art. 1.º O commerciante, sob firma individual ou social, que sem relevante razão de direito deixa de pagar no vencimento qualquer obrigação mercantil liquida e certa (art. 2º), entende-se fallido, qualquer que seja o estado de seus negocios.

§ 1.º Caracteriza-se tambem o estado de fallencia, embora não haja falta de pagamentos, si o devedor:

- a) realizar pagamentos usando de meios ruinosos e fraudulentos ;
- b) transferir ou ceder bens a uma ou mais pessoas, credoras ou não, com obrigação de solver dividas vencidas e não pagas ;
- c) occultar-se, ausentar-se furtivamente, mudar de domicilio sem sciencia dos credores, ou tentar fazel-o, revelado esse proposito por actos inequivocos ;

d) alienar, sem sciencia dos credores, os bens que possue, fazendo doações, contrahindo dividas extraordinarias ou simuladas, pondo os bens em nome de terceiros ou commetten lo algum outro artificio fraudulento ;

e) alienar os bens immoveis, hypothecal-es, dal-os em antichrese, ou em penhor os moveis, sem ficar com algum ou alguns equivalentes ás dividas, livres e desembargados, ou tentar praticar taes actos, revelado esse proposito por actos inequivocos ;

f) fechar ou abandonar o estabelecimento, desviar to lo ou parte do activo ;

g) occultar bens e moveis da casa ;

h) proceder dolosamente a liquidações precipitadas ;

i) não pagar, quando executado por divida commercial, ou não nomear bens á penhora dentro das 24 horas seguintes á citação inicial da execução ;

j) recusar, como endossador ou sacador, prestar fiança no caso do art. 390 do Codigo Commercial ;

k) não evitar o concurso de preferencia em execução commercial (art. 609 § 2º do reg. n. 737 de 25 de novembro de 1850).

§ 2.º Si bem que dividas civis só por si não autorizem a declaração da fallencia, podem, todavia, concorrer com obrigações mercantistas para constituir o estado della.

Art. 2.º Consideram-se dividas liquidas e certas:

a) as indicadas no art. 247 do dec. n. 737 de 25 de novembro de 1850 ;

b) as obrigações ao portador (*debentures*) e os respectivos *coupons* para pagamento de juros emitidos pelas sociedades commanditarias por acções (arts. 32 e 41 do dec. n. 161 de 17 de janeiro de 1890) ;

c) os bilhetes de ordem pagaveis em mercadorias (art. 379 do dec. n. 370 de 2 de maio de 1890) ;

d) os *warrants* (dec. n. 1746 de 13 de outubro de 1869, art. 1º § 6º ; decs. ns. 2502 de 1897 e 3945 de 1901) ;

e) os recibos dos trapicheiros (art. 83 n. III do Codigo Commercial) ;

f) os cheques (dec. n. 3323 de 12 de outubro de 1864) ;

g) as notas assignadas pelos corretores que, nas vendas a prazo, ficaram pessoalmente obrigados, si nellas não houverem sido indicados os nomes do vendedor e comprador ;

h) as contas mercantilmente extrahidas do livros de commerciantes com as formalidades legais intrinsecas e extrinsecas e verificadas judicialmente por peritos nomeados pelo juiz em petição do credor (art. 23 ns. II e III do Codigo Commercial).

§ 1.º As contas assim verificadas consideram-se vencidas desde a data do despacho do juiz na petição em que o credor requerer o exame em seus proprios livros ou nos do devedor, que, si recusar apresental-os, seja qual for o motivo, será havido por confesso.

§ 2.º Os autos do exame, depois de julgado procedente, serão entregues á parte, independente de traslado e sem recurso algum, para delles usar como e quando lhe convier.

Art. 3.º A falta de pagamento das dividas a que se refere o artigo antecedente ficará plenamente provada com a certidão do protesto interposto perante o official publico competente (reg. n. 737 de 1859, art. 375.)

§ 1.º Os officiaes publicos encarregados do serviço de protestos são obrigados a ter nos seus cartorios um livro especial, por ordem alphabetica, onde irão notando diariamente os nomes dos devedores cujos titulos forem protestados, indicando a natureza do titulo, quem o protestou, data do titulo, seu valor, data do vencimento, motivo da recusa de pagamento.

Este livro poderá ser examinado por qualquer pessoa; e o official que o não tiver escripturado em dia incorrerá na multa de 1:000\$000.

§ 2.º Nenhuma fallencia poderá ser requerida por falta de pagamento, sem que o credor exhiba com o respectivo titulo a certidão do seu protesto.

Art. 4.º E' competente para declarar a fallencia o juiz commercial em cuja jurisdicção o devedor tiver seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fóra do Brazil, si não operar por conta e sob a responsabilidade do estabelecimento principal.

A fallencia dos negociantes ambulantes, emprezarios de circo e espectaculos publicos será declarada pelo juiz commercial do lugar onde se acharem.

Art. 5.º A fallencia será declarada a requerimento :

- a) do devedor, sua viuva ou seus herdeiros;
- b) do socio, ainda que commanditario ou em conta de participação, exhibindo o contracto social;
- c) do credor chirographario ou não, exhibindo o titulo de divida, ainda que não vencida.

§ 1.º O credor hypothecario ou privilegiado só será admittido a requerer a fallencia do devedor, provando que os bens em garantia não chegam para solução da divida, ou renunciando a garantia ou privilegio.

§ 2.º O credor por titulo mercantil ou civil não vencido póde requerer a fallencia do devedor, provando, com a certidão do protesto, que este deixou de pagar, sem razão relevante de direito, obrigação mercantil certa e liquida.

§ 3.º O credor commerciante, com domicilio no Brazil, sómente será admittido a requerer a fallencia de seu devedor, si mostrar que tem inscripta sua firma ou razão social no registro do commercio, pela fórma indicada no decreto n. 916 de 24 de outubro de 1890.

§ 4.º Não serão admittidos a requerer a declaração da fallencia os ascendentes, descendentes, conjuge, irmão, sogro, sogra, genro e nora do devedor.

Podem, todavia, estes parentes, na qualidade de credores, concorrer e deliberar sobre a concordata e defender os seus direitos no processo da fallencia.

Art. 6.º Quando a fallencia tiver sido requerida com certidão de protesto ou protestos por falta de pagamento, o juiz ordenará que o devedor dê as razões de não pagamento no prazo de 24 horas,

salvo o caso de ausencia do devedor, que torne impraticavel a audiencia sua ou de procurador, dentro desse prazo.

Paragrapho unico. Os credores que não tiverem domicilio no Brazil só poderão requerer a fallencia do devedor, prestando caução para reparação do damno.

Art. 7.º Nos demais casos, será declarada a fallencia, depois de justificada com instrumentos publicos ou particulares, ou com o depoimento de testemunhas, algum dos factos que a caracterizam, citado o devedor, sua viuva ou seus herdeiros, quando presentes.

Estando ausentes ou havendo herdeiros menores, será nomeado um curador *ad hoc*, que assistirá á justificação e requererá por petição o que for a bem dos direitos dos curatelados. O juiz, quando julgar conveniente, interrogará o devedor.

Art. 8.º O devedor que faltar ao pagamento de alguma divida commercial deverá, no preciso termo de dez dias, contados do vencimento, apresentar ao juiz do commercio declaração datada e assignada por elle ou seu procurador, em que exponha as causas do fallimento e estado dos seus negocios, acompanhada :

- a) do balanço exacto do seu activo e passivo, com os documentos probatorios ou instrumentos que julgar necessários ;
- b) dos livros, no estado em que se acharem ;
- c) da relação nominal dos credores commerciaes e civis ;
- d) do contracto social ou da indicação de todos os socios e suas qualidades e dos respectivos domicilios, quando a sociedade só existir ou tiver existido de facto.

§ 1.º No activo não serão incluídas dividas ás quaes pelo lapso de tempo possa ser opposta pelo devedor a excepção de prescrição, devendo apresentar a relação dellas em apartado com as necessarias explicações.

§ 2.º A declaração será entregue pelo juiz ao escrivão, a quem for distribuída, com os documentos e livros, que os encerrará immediatamente.

§ 3.º Si o devedor for uma firma social e a declaração não tiver sido feita por todos os socios, inclusive os commanditarios, não se tratando de sociedade em commandita por acções, poderá o juiz, antes de proferida a sentença, ouvir por 24 horas os que não a tiverem assignado.

Art. 9.º Praticadas as diligencias necessarias, o juiz, no prazo de 24 horas, proferirá a sentença, declarando ou não aberta a fallencia e publical-a-ha immediatamente em mão do escrivão.

Paragrapho unico. A sentença declaratoria de fallencia:

- a) indicará a hora da abertura da fallencia, entendendo-se, no caso de omissão, que o foi ao meio-dia ;
- b) fixará o termo legal da fallencia, a contar da data em que se tenha caracterizado esse estado, não podendo, porém, retrotrahir-a á época que exceda de 40 dias da data do primeiro protesto por falta de pagamento, da declaração do devedor, ou do requerimento para a justificação ;

- c) poderá decretar a prisão preventiva do fallido, na forma da lei ;
- d) ordenará as diligencias que o caso exigir ;
- e) nomeará um syndico para a arrecadação da massa.

Art. 10. Declarada a fallencia, o juiz interrogará immediatamente os fallidos, inquirindo si, além das dividas constantes de seus livros commerciaes, tem olles outros debitos particulares, os quaes deverão ser especificados, caso existam.

Art. 11. Antes da sentença da declaração da fallencia, enquanto se proceder ás diligencias preliminares, poderá o juiz, *ex-officio* ou a requerimento do justificante, decretar o sequestro dos livros, correspondencia, titulos e bens do devedor, para salvaguarda do activo, nos casos do art. 1.º § 1.º.

Art. 12. O devedor poderá, enquanto se proceder ás diligencias anteriores á declaração da fallencia, allegar por petição, e provar em um triduo relevantes razões de direito para excluir-a, e depois de declaração embargar a sentença ou aggravar.

§ 1.º Além da falta de qualquer dos elementos constitutivos da fallencia ou de facto que a caracterize (art. 1.º, principio e § 1.º), são tambem razões relevantes de direito :

- a) a falsidade ;
- b) o pagamento anterior ao protesto, ou nos tres dias uteis de sua interposição ;
- c) a novação ;
- d) a prescrição ;
- e) a materia do art. 588 do Codigo Commercial e do art. 252 do reg. n. 737 de 25 de novembro de 1850 ;
- f) em geral todo facto que, por direito, dirima ou suspenda a obrigação.

§ 2.º O aggravamento não suspenderá a arrecadação dos bens, nem outras diligencias assecutorias dos direitos dos credores.

§ 3.º Os embargos não terão effeito suspensivo ; si forem recebidos e julgados provados, o que terá logar no prazo improrogavel de 20 dias, contados da data da publicação da sentença, será tudo repostos no anterior estado, cessando todas as medidas provisórias.

§ 4.º Da sentença que julgar ou não provados os embargos haverá aggravamento, mas só de instrumento no primeiro caso.

§ 5.º Julgados provados os embargos, dado provimento ao aggravamento, ou não declarada aborta a fallencia, o justificante, que houver dolosa ou falsamente requerido a declaração da fallencia, será na mesma sentença condemnado ao pagamento de perdas e damnos, que serão liquidados na execução perante o juiz que a tiver proferido.

Art. 13. A sentença pela qual deixar de ser declarada a fallencia não fará caso julgado, e della caberá agravamento.

Art. 14. A morte do devedor ou a cessação do exercicio do commercio, a dissolução e liquidación da sociedade, não obstem a declaração da fallencia ; sendo necessario, por m, que algum facto, que a caracterize, se tenha verificado em vida do devedor, ou que a falta de pagamento se verifique depois de sua morte.

§ 1.º Em todo caso, não poderá ser declarada a fallencia um anno depois do fallecimento do devedor, nem dous annos depois da cessação do exercicio do commercio.

§ 2.º A viuva e os herdeiros do devedor represental-o-hão exclusivamente para os effeitos commerciaes, antes ou depois de declarada a fallencia.

Art. 15. Um resumo da sentença declaratoria da fallencia será, dentro de duas horas de publicada em mão do escriptão, afixado por edital á porta do juizo commercial e da casa de negocio do fallido, do que se lavrará certidão para ser junta aos autos e publicada pela imprensa, onde a houver.

No resumo serão omittidas todas as diligencias que forem de segredo de justiça ; o que o juiz declarará na sentença.

Parapho unico. O escriptão que deixar de cumprir o disposto neste artigo será suspenso por seis mezes.

Art. 16. O juiz nomeará, além do syndico provisorio, uma commissão fiscal composta de dous credores, tirados aquelle e esta de duas listas organisadas na fórma em seguida declarada :

§ 1.º De dous em dous annos, no mez de dezembro, as Juntas Commercias, onde as houver, organisarão uma lista de commerciantes do logar, e a remetterão ao juiz do commercio, para servirem os alistados como syndicos nas fallencias que occorrerem nos dous annos seguintes :

a) nos logares onde não houver Junta Commercial será a lista formada pelos commerciantes maiores contribuintes, em numero, pelo menos, de dez, convocados pelo juiz á vista da certidão da repartição fiscal federal para, em dia e logar determinados, se reunirem para este fim, sob sua presidencia ;

b) o numero dos nomes da lista será : de 40 na Capital Federal ; de 16 nas cidades de Belém, S. Luiz, Fortaleza, Recife, Bahia, S. Paulo e Porto Alegre ; de 10 nas outras capitães e nas cidades de 20.000 habitantes, segundo o ultimo recenseamento concluido e publicado ; de 4 a 8 nos mais termos, segundo o seu movimento commercial ;

c) a designação será feita por qualquer numero do commerciantes que compareçam, e, nenhum comparecendo, a fará o juiz.

Serão tambem designados pelo juiz os quatro a oito nomes, nos termos a que se refere a disposição antecedente ;

d) a lista será alterada de metade biennialmente, publicada pela imprensa e registrada depois de organisada por ordem numerica ; e na mesma ordem cada um será nomeado e obrigado a servir, sob multa de 200\$ a 1.000\$, salvo motivo attendivel, á apreciação do juiz ;

e) a designação recahirá em commerciantes de fama illibada, notoriamente abonados e que conheçam os negocios.

§ 2.º O fallido será obrigado a apresentar em juizo, dentro de 24 horas, sob pena de prisão por 30 dias, a lista de seus 10 maiores credores.

Dentre estes dez maiores credores nomeará o juiz a commissão fiscal.

Findas as 24 horas, que correrão do resumo da sentença á porta do fallido, si a lista de credores não estiver em cartorio, o escrivão lavrará certidão nos autos, e, independente de qualquer consulta ao juiz, de qualquer recurso intentado pelo fallido, passará contra este mandado de prisão que, assignado pelo juiz, será cumprido *incontinenti*.

Na falta da lista dos credores serão nomeados para a commissão fiscal o credor que houver requerido a fallencia e outro credor por este indicado.

§ 3.º Não poderá ser nomeado syndico ou membro da commissão fiscal parente do fallido até o 4º gráo civil.

Art. 17. A nomeação do syndico não impede a qualquer credor de requerer e promover o que for a bem da massa fallida.

Art. 18. A fallencia abrange a universalidade dos bens, direitos, acções e obrigações do fallido, com as excepções estabelecidas nesta lei.

A sua declaração institue um juizo universal para onde convergem todas as execuções pendentes movidas contra o fallido e onde deverão correr todas as acções movidas contra o fallido ou contra a massa, excepto aquellas que tiverem por objecto direitos de familia e quaesquer outros ligados exclusivamente á pessoa do fallido, e as que se fundarem em creditos não sujeitos a rateio.

Todavia, si a materia das acções exceptuadas eventualmente interessar á massa, será admittido o syndico a intervir como assistente.

TITULO II

DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DA FALLENCIA

Secção I

Quanto á pessoa do fallido

Art. 19. O nome e cognome do fallido serão publicados pela imprensa, na Junta ou na Inspectoria Commercial, que fará as devidas anotações no registro do commercio e communicará o facto ás Alfandegas e Mesas de Rendas, ao presidente da Camara Syndical dos Corretores, á administração ou agencia do Correio ou do Telegrapho.

Esta disposição terá logar logo que seja declarada a fallencia; e, si reformada a sentença, nova publicação e communicações serão feitas nesta conformidade.

Art. 20. O fallido não poderá afastar-se de seu domicilio sem licença do juiz, ouvidos o syndico e a commissão fiscal; deverá assistir a todos os actos e reuniões, fazendo-se representar por procurador quando occorrer justo motivo e obtiver licença do juiz e prestar todas as informações ao juiz, ao syndico e á commissão fiscal, auxiliando-os diligentemente.

Art. 21. A correspondencia do fallido será pelos agentes do Correio e do Telegrapho entregue ao syndico, que abrirá em presença do fallido ou pessoa por elle autorizada, a quem entregará a que se referir a assumpto alheio á fallencia.

Art. 22. O fallido poderá ser preso, si faltar ao cumprimento dos seus deveres. oppondo embaraços ás funcções do syndico e da commissão fiscal, occultando-se ou de qualquer outro modo encobrindo a existencia de bens, demorando a arrecadação, não exhibindo os livros, recebendo quaesquer quantias por dividas activas, praticando algum acto prejudicial á massa ou que motive acção de nulidade, subtrahindo documentos ou desviando a correspondencia, que deve ser entregue ao syndico.

Paragrapho unico. A prisão não poderá durar mais de 60 dias o será decretada pelo juiz, desde que de modo summarissimo se verificar a existencia dos factos arguidos.

Art. 23. O fallido ficará privado do exercicio de direitos politicos, quando condemnado por sentença criminal definitiva; e sujeito ás restricções estabelecidas nas leis fiscaes e aduaneiras, não podendo :

a) votar, nem ser votado nas eleições dos membros das Juntas Commerciaes ;

b) exercer as funcções de corretor, agente de leilões e trapicheiro, interprete do commercio, avaliador, perito ou arbitrador em assumptos commerciaes.

§ 1.º Em caso algum ficará privado do exercicio do direito do *habeas-corpus*.

§ 2.º A fallencia não affectará o exercicio do poder marital e do patrio poder, nem a administração dos bens proprios e particulares da mulher ou dos filhos.

§ 3.º O exercicio da capacidade do direito é garantido ao fallido em tudo quanto não se referir directa ou indirectamente aos interesses, direitos e obrigações da massa fallida.

§ 4.º Os contractos que celebrar e as obrigações que assumir ficarão inteiramente alheios á massa e não poderão ser annullados, si, por occasião de celebral-os ou assumil-as, tiver sido denunciado pelo fallido o seu estado ou delle tiver conhecimento a outra parte contractante.

Secção II

Quanto aos bens e contractos

Art. 24. O fallido fica de pleno direito privado da administração de seus bens e dos que adquirir durante a fallencia.

Paragrapho unico. Não serão arrecadados:

a) os bens que o fallido tiver adquirido com a clausula do não poderem ser obrigados por dividas, as pensões, ordenadas ou outras quantias a que tiver direito a titulo de alimentos, aposentadoria, reforma, jubilação, ou que a esses forem equiparados por lei, salvo o consentimento do fallido e de sua mulher ;

b) os vestuários do fallido e de sua familia, e a mobilia e utensilios necessarios aos usos da vida ;

c) o dote da mulher estimado, quer *venditionis causa*, quer *taxationis*, e os bens proprios della ;

d) o peculio dos filhos, salvo o *profecticio* ;

e) os rendimentos dos bens dos filhos menores.

Art. 25. Si o fallido fizer parte de alguma sociedade, como socio solidario, ou commanditario em communita simples, ella se reputará dissolvida (art. 335 n. II do Cod. Com.); e em sua liquidação intervirão o syndico e a commissão fiscal com os poderes do art. 353 do Codigo Commercial.

Art. 26. Os mandatarios, commissarios e procuradores do fallido exercerão, ainda depois de declarada a fallencia, seus poderes até revogação expressa pelo syndico e commissão fiscal, a quem prestarão contas.

Paragrapho unico. Para o fallido cessa o exercicio do mandato, commissão ou procuração.

Art. 27. As contas correntes com o fallido consideram-se fechadas no dia da declaração da quebra, prevalecendo de pleno direito a respectiva compensação.

Tambem se compensam quaesquer outras dividas que se acharem vencidas até o dia da abertura da fallencia, quer o vencimento provenha da sentença que decreta a fallencia, quer da extinção do prazo dos contractos.

Paragrapho unico. Não se realizará a compensação quando o credito se fundar em algum titulo ao portador :

a) tambem não prevalece a compensação, não obstante o credito vencido antes da fallencia, si o devedor do fallido o houver sabendo da insolvabilidade do seu credor para o fim da compensação em proveito proprio ou de terceiro, com prejuizo da massa ;

b) igualmente não haverá compensação quando o credito do credor do fallido tiver sido obtido do outrem, de modo que não seja originariamente seu, salvo o caso de successão.

Art. 28. A fallencia não resolve os contractos, cuja execução o syndico e a commissão fiscal promoverão, si a julgarem conveniente á massa.

§ 1.º Nas vendas a entregar em prazo certo, tendo por objecto valores ou mercadorias, cuja cotação, curso ou preços correntes possam ser annotados (art. 33 do Cod. Com.; dec. n. 6132 de 4 de março de 1876 ; o dec. n. 6635 de 26 de julho de 1877), a operação se resolverá no direito ao pagamento da differença, segundo o valor no dia da entrega.

§ 2.º Os contractos não inteiramente executados dão direito a perdas e damnos contra a massa.

Art. 29. A declaração da fallencia torna exigiveis todas as dividas passivas do fallido, commerciaes ou civis, observadas as regras do descuto pela taxa legal, quando outra não tiver sido estipulada.

§ 1.º As obrigações ao portador (*debentures*), emittidas com promessa de premio de reembolso, sendo uma a taxa da emissão e outro

o capital nominal reembolsavel a longo prazo e á sorte, concorrerão á fallencia pelo capital da emissão accrescentado da differença entre os juros pagos e a taxa de 6 %/, quando o juro estipulado for inferior, desde a emissão até a data da fallencia ; e sobre essa quantia se contarão os juros legaes até final embolso.

§ 2.º A exigibilidade não comprehende as obrigações conditionaes ; estas entrarão em rateio, sendo, porém, o pagamento differido até que se verifique a condição.

§ 3.º Não serão attendidas as clausulas penaes.

§ 4.º A prescripção ficará interrompida ; só a quitação ou a renuncia exonerará a massa e o fallido.

§ 5.º Os co-obrigados com o fallido, em divida não vencida ao tempo da fallencia, darão fiança ao pagamento no vencimento, não preferindo pagal-a immediatamente.

Esta disposição procede sómente no caso dos co-obrigados simultanea, mas não successivamente. Sendo a obrigação successiva, como nos endossos, a fallencia do endossado posterior não dá direito a accionar os endossatarios anteriores, antes do vencimento.

Art. 30. Contra a massa não correm juros, si ella não chegar para o pagamento do principal, salvo os das obrigações ao portador emitidas pelas sociedades commanditarias por acções e das dividas garantidas por hypotheca, antichrese ou penhor, até onde chegar o producto dos bens dados em hypotheca, antichrese ou penhor, incluido o agricola.

Art. 31. As acções pendentes contra o devedor e as que houverem de ser intentadas posteriormente á fallencia, excepto aquellas de que trata o art. 18 *in fine*, só poderão ser continuadas ou intentadas contra o syndico, que aliás não poderá intentar, seguir ou defender acção alguma, em nome da massa, sem autorização da commissão fiscal.

Art. 32. As execuções de sentenças proferidas em acção pessoal, que ao tempo da declaração da fallencia se moverem contra o fallido, ficarão suspensas até a verificação dos credits, não excedendo de 30 dias, sem prejuizo de quaesquer medidas assecuratorias já verificadas.

§ 1.º Si a execução descender de reivindicação, proseguirá sem suspensão com o syndico.

§ 2.º Achando-se já em praça, com dia definitivo para a arrematação fixado por editaes, far-se-ha a arrematação dos bens ; entrando, porém, para a massa o producto.

Art. 33. E' garantido, no caso do art. 198 do Código Commercial, o direito de retenção, salvo a resolução do contracto, bem como nos demais casos previstos na legislação commercial.

§ 1.º O credor goza do direito de retenção sobre os bens moveis e titulos que se acharem á sua disposição por consentimento do devedor, embora não esteja vencida a divida, sempre que haja connexidade entre esta e a coisa retida. Entre commerciantes tal connexidade resulta de suas relações de negocio.

§ 2.º O direito de retenção não se pôde exercer de modo contrario ás instrucções do devedor, nem contra a estipulação sobre uso determinado da coisa.

§ 3.º Si o devedor entregou como propria ao credor coisa pertencente a terceiro, o direito de retenção pôde ser opposto ao terceiro, provada a boa fé do credor, salvo a reivindicacção no caso de perda ou furto.

§ 4.º Si a massa não remir a coisa retida, o credor, como o pignoratício, a executará, ficando a este equiparado para os devidos effectos.

Secção III

Dos actos nulos e annullaveis

Art. 34. Serão nulos de pleno direito, independentemente de acção de nullidade:

a) os actos, operações e pagamentos feitos pelo devedor depois da decretacção do sequestro ou da declaracção da fallencia, publicada nos termos do art. 15, uma vez que tenham relação directa com a massa ou se refiram aos bens que devam ser arrecadados;

b) os pagamentos feitos ao commerciante fallido, depois do publicada a sentença da declaracção da fallencia.

§ 1.º O pagamento da letra de cambio ou bilhete á ordem não será repetido contra quem o recebeu, quando este, segundo o direito cambial, pudesse perder seus direitos contra os co-obrigados, por não haver recebido o pagamento.

§ 2.º A restituicção do valor cambial poderá ser exigida do ultimo obrigado, na ordem do direito regressivo (art. 422 doCodigo Commercial) ou do terceiro por conta de quem o valor foi creado, quando o ultimo obrigado ou esse terceiro, no momento da emissão do titulo, tinha conhecimento de que estava decretado o sequestro ou declarada a fallencia.

Art. 35. Consideram-se nulos de pleno direito, mas sómente a beneficio da massa, tenha ou não o contractante conhecimento do estado do devedor, seja ou não intenção deste defraudar os credores:

a) todos os actos e alienações a titulo gratuito, salvo obediencia á lei, ou si referir-se a objectos de valor até 360\$, desde dous annos antes do termo legal da fallencia, façam ou não parte de contractos onerosos;

b) os pagamentos de dividas não vencidas, feitos dentro do termo legal da fallencia, quer em dinheiro, quer por meio de cessão, transferencia, endosso, venda, compensacção (menos a que se opera por effecto do contracto de conta corrente, ou outro qualquer meio de soluçção de obrigações);

c) as hypothecas em garantias de dividas contrahidas anteriormente ao termo legal da fallencia ou outra qualquer garantia real, inclusive a retenção, si forem celebradas dentro do termo legal da fallencia;

d) a renúncia á successão, legado ou usufructo, feita até dous annos antes do termo legal da fallencia, salvo si a esse tempo o devedor não exercea o commercio ;

e) a restituição anticipada de dote ou a sua entrega antes do prazo estipulado no contracto ante-nupcial ;

f) as inscrições de hypothecas, e as transcrições de instituições de onus reaes e penhor agricola e as de transmissões *inter-vivos* por titulo oneroso ou gratuito de immoveis susceptiveis de hypotheca, feitas após a decretação do sequestro ou a declaração da fallencia ;

g) os actos característicos de fallencia enumerados nas letras b), d), e) e h) do § 1.º do art. 1.º.

§ 1.º A falta de transcrição ou inscrição dá acção pessoal ao comprador para haver o preço até onde chegar o producto do immovel, e ao credor para ser admittido á massa como chirographario.

§ 2.º A nullidade será decretada, embora para a celebração do acto tenha precedido sentença executoria, ou ella seja consequencia da medida assecuratoria para garantia da divida ou seu pagamento.

§ 3.º Annullado o acto, fica de pleno direito rescindida a sentença que a motivou e a consequente execução.

Art. 36. São annullaveis sómente em beneficio da massa :

a) os actos a titulo oneroso entre o fallido e o conjuge, antes ou depois do casamento, ou entre o fallido e seus parentes affins na linha recta e na collateral até o 2º grão, sempre que resultar ou tiver resultado prejuizo aos credores, e se provar que o contractante não ignorava na data do acto o designio do fallido ou seu estado de fallencia ;

b) todos e quaesquer actos, seja qual for a época em que tenham sido feitos, sem que se possa allegar prescripção, provando-se fraude de uma e outra parte contractante.

Art. 37. Podem ser annullados os actos ou contractos, em que se der omissão de formalidade, que, segundo a lei, for necessaria para adquirir, conservar ou fazer valer direito, ou cujo cumprimento deveria ter logar por ordem judicial em prazo determinado, provando-se em qualquer dos casos que houve proposito de prejudicar os credores.

Art. 38. A nullidade ou annullação póde ser requerida :

a) contra todos aquelles que figurarem no acto como contractantes, ou que por effeito do acto foram pagos, garantidos ou beneficiados ;

b) contra os successores *causa mortis* das pessoas acima indicadas, até a concurrencia da quota hereditaria, do legado, ou usufructo ;

c) contra seus successores :

I, si tiverem conhecimento, no momento em que se criou o seu direito, da intenção do fallido de prejudicar os credores ;

II, si o direito se originou de acto nullo, nos termos dos arts. 34 e 35 ;

III, si estiverem nas condições do art. 36, a) ;

d) contra os successores *causa mortis* das pessoas indicadas na alinea c) ns. I, II e III deste artigo, até a concurrencia da quota hereditaria, legado ou usufructo.

Art. 39. Os bens deverão ser restituídos em especie com todos os accessorios, mas, não sendo possível, terá lugar a indemnização.

Art. 40. A restituição dos fructos, incluídos os que se deixaram de perceber, é devida, no caso de má fé, connivencia, fraude ou conhecimento do estado do devedor; em todo o caso sel-o-ha desde a proposição da acção e comprehenderá os pendentes ao tempo da aquisição.

§ 1.º O donatario de boa fé restituirá sómente na proporção daquillo com que se achar augmentado o seu patrimonio por effeito da doação.

§ 2.º A massa restituirá o que tiver sido prestado pelo contractante, salvo si do contracto ou acto não auferiu vantagem; e neste caso o contractante será admittido como credor chirographario.

§ 3.º No caso de restituição do pagamento, o credor reassumirá o seu estado anterior de direito, e participará dos dividendos, si chirographario.

§ 4.º Fica salvo aos terceiros, de boa fé, acção de perdas e danos, a todo o tempo, contra o fallido.

Art. 41. A nullidade póde ser allegada por acção ou embargos na execução.

§ 1.º A acção de nullidade e quaesquer outras intentadas contra a massa serão sempre summarias e processadas:

- a) perante o juiz da fallencia;
- b) a appellação será recebida em ambos os effeitos;
- c) qualquer credor poderá intervir como assistente.

§ 2.º A acção de nullidade não poderá ser opposta compensação ou reconvenção.

§ 3.º É permittido o uso do interdicto *fraudatorium*, que consiste em fazer entrar a massa na posse dos bens alienados.

§ 4.º Nas questões de fraude ou de má fé, o juiz não será adstricto ás regras de direito quanto á prova, mas decidirá conforme sua livre e intima convicção, fundamentando, contudo, a sentença com os factos e razões que motivem a decisão.

TITULO III

DOS ACTOS CONSECUTIVOS Á DECLARAÇÃO DA FALLENCIA E DA CONCORDATA

Art. 42. Dentro de dez dias da publicação da sentença declaratoria da fallencia, os credores apresentarão os seus titulos ao syndico, que é obrigado a dar recibo, sempre que lhe for exigido.

Art. 43. Publicada em mão do escriptão a sentença que declarar a fallencia, o juiz, acompanhado do syndico, procederá immediatamente á arrecadação dos bens, livros e documentos do fallido, quer os bens pertençam ao estabelecimento ou casa commercial, quer a

cada um dos socios solidarios da firma fallida; entregando-os em seguida ao syndico, que assignará termo de depositario. O juiz tambem encorrará logo os livros.

§ 1.º Não sendo possivel a arrecadação de todos os bens em um só dia, proseguirá nos seguintes, mandando o juiz pôr sellos nos que não tiverem ainda sido arrecadados.

§ 2.º Si por accumulo do serviço ficar o juiz impossibilitado de proceder á arrecadação immediata, a commetterá logo a um dos pretores, na Capital Federal, o qual a effectuará *incontinenti*, deixando o serviço do seu juizo, caso haja, o sub-pretor. Nos outros logares o juiz commetterá a arrecadação ao seu substituto, que se hüberá na forma exposta.

§ 3.º Incumbe ao syndico:

a) dar toda a publicidade á declaração da fallencia pelos meios que julgar convenientes;

b) por si ou por pessoa que designar, ter em boa guarda os bens, papeis e documentos do fallido, podendo incumbir a este a guarda dos immoveis e mercadorias;

c) arrecadar os bens particulares que estejam fóra do gyro commercial do fallido, requerendo ao juiz o que para esse fim for necessario;

d) vender em hasta publica, por intermedio de leiloeiro, ou, onde não o haja, do porteiro dos auditorios ou de quem suas vezes fizer, respeitadas as leis aduaneiras, os generos e mercadorias de facil deterioração ou que não se possam guardar sem risco ou grande despesa, ouvidos a commissão fiscal e o fallido, e, no caso de opposição, preceendo autorização do juiz;

e) diligenciar o acceito de lettras e a cobrança de quaesquer dividas activas, nomeando cobradores, advogados, procuradores, com salarios previamente ajustados, e dar as respectivas quitções;

f) praticar todos os actos conservatorios de direitos e acções do fallido (arts. 277, 387 e 453 do Cod. Com.);

g) realizar as entradas de acções de companhias de que o fallido for subscriptor ou accionista;

h) proceder ao levantamento do balanço, inventarios, exames de livros, ou verificá-los quando apresentados pelo fallido, auxiliado por perito de sua confiança e sob sua responsabilidade;

i) com autorização do juiz, remir penhores e antichreses;

j) praticar todos os actos de administração;

k) propor todas as acções tendentes a completar e indemnizar a massa;

l) promover o exame dos livros do fallido com citação do mesmo, por peritos nomeados pelo juiz, e em sua presença, para se averiguar das causas da fallencia, com assistencia do curador das massas fallidas;

m) requerer todas as diligencias necessarias para se conhecer dessas causas.

§ 4.º As quantias provenientes da venda de bens e mercadorias, da cobrança de dividas ou de qualquer outra procedencia, serão recolhidas a um estabelecimento bancario, da confiança do syndico e

sob sua responsabilidade, despendendo o syndico e a comissão fiscal somente o que for estritamente necessario ao preenchimento de suas funcções.

§ 5.º O syndico e a comissão fiscal ficarão responsaveis por dolo e falta, devendo empregar toda a diligencia como si fôra em seus proprios negocios.

§ 6.º Divergindo o syndico e a comissão fiscal, desempatará o juiz, que resolverá como entender e sem recurso algum.

Art. 44. Feita a arrecadação, o syndico e a comissão fiscal, por si ou por peritos de sua confiança, farão a avaliação do activo do fallido; si este não concordar com a avaliação, poderá requerer que ella seja feita por avaliadores da Junta Commercial, ou por peritos de nomeação do juiz, nos logares onde não houver Junta.

Art. 45. A requerimento do fallido, sob informação da comissão fiscal e do syndico, poderá ser autorizada pelo juiz a continuação do negocio do fallido, sob a direcção de pessoa por elle indicada e directa fiscalização do syndico, que deverá nomear os prepostos encarregados do escriptorio.

§ 1.º As compras e vendas serão feitas a dinheiro de contado, salvo autorização especial do syndico e da comissão fiscal para que possam ser effectuadas a prazo, não excedente de trinta dias, e serão escripturadas em livros especiaes, abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo syndico ou por um dos membros da comissão fiscal.

§ 2.º Essa autorização poderá ser cassada pelo juiz, sob representação da comissão fiscal ou do syndico.

§ 3.º As dividas e obrigações por effeito dessa autorização serão consideradas da massa e não da fallencia.

Art. 46. O syndico e a comissão fiscal, pela escripturação e pelos titulos que lhe forem exhibidos, organizarão a relação dos credores, classificando seus credits.

Art. 47. Dentro de vinte dias, contados da publicação da sentença de declaração da fallencia, reunir-se-hão os credores, sob a presidencia do juiz, presentes, pelo menos, um dos membros da comissão fiscal, o syndico e o curador das massas, que será para isso notificado pelo escrivão.

Si, dentro deste prazo, não tiver logar a reunião, o syndico e a comissão fiscal serão destituídos pelo juiz, *ex-officio* ou a requerimento do fallido ou de qualquer credor, ficando solidariamente responsaveis pelas deteriorações que soffrer a massa.

§ 1.º Os credores por dividas commerciaes ou civis serão citados por edital publicado, pelo menos, tres vezes no jornal official e em outro de maior circulação, indicado pelo juiz.

§ 2.º Os credores ausentes em logar sabido e com o qual haja comunicação telegraphica ou telephonica serão avisados por esse meio ou, conforme a distancia, por carta registrada, com o recibo de volta.

§ 3.º Os credores ausentes poderão constituir procurador por telegramma, cuja minuta authenticada ou legalizada deverá ser apresentada ao expedidor, que na transmissão mencionará esta circumstancia.

§ 4.º E' lícito a um só individuo ser procurador de diversos credores.

A procuração pôde ser feita por instrumento particular, sendo a firma reconhecida por tabellião, ou pelo escrivão da fallencia.

§ 5.º Quaesquer que sejam os termos do telegramma ou da procuração, entende-se que o procurador ficará habilitado para tomar parte em todas e quaesquer deliberações, si tiver sido feita menção da firma do fallido.

§ 6.º Serão considerados representantes legais dos credores para todos os effeitos:

a) os prepostos, feitores, gerentes e quaesquer outros representantes, uma vez que tenham poderes para administrar, ainda que careçam da faculdade de alienar;

b) quaesquer procuradores *ad negotia*, embora não estejam especificados poderes para a fallencia.

Art. 48. Reunidos os credores, proceder-se-ha á chamada por lista organizada pelo syndico e pela commissão fiscal. Contra a inclusão ou omissão, nunca contra a classificação, poderá reclamar qualquer credor, ou o fallido.

O juiz admittirá ou não os credores contestados.

Paragrapho unico. Os credores por titulos ou obrigações ao portador deposital-os-hão em poder do syndico dous dias antes da reunião, sob pena de não tomarem parte nas discussões e deliberações, não sendo attendidos para o calculo da maioria.

Art. 49. Si na primeira reunião dos credores do fallido não forem dados por verificados os creditos, conhecerá o juiz das razões allegadas e decidirá como for de direito, podendo ordenar as diligencias que forem necessarias para o conhecimento da verdade, inclusive o exame nos livros do credor contestado, si for commerciante.

Nas letras e quaesquer titulos particulares da obrigação, de que forem portadores pessoas não commerciantes, presume-se que a data do aceite ou da promessa do pagamento ou da requisição do direito pelo devedor é a do reconhecimento da firma por tabellião, ou a de qualquer dos actos indicados no art. 3.º do decreto n. 79, de 26 de agosto de 1892.

Art. 50. Decididas as reclamações sobre os creditos, o syndico e a commissão fiscal apresentarão o balanço, o inventario, a avaliação do activo e o exame dos livros.

Em seguida o syndico lerá o relatorio das causas da fallencia, em que declarará si houve:

1) excesso de despesas no tratamento pessoal do fallido; venda por menos do preço corrente de effeitos comprados nos seis mezes anteriores á época legal da fallencia, e ainda não pagos, com intenção de retardal-a; abusos de aceites, endossos e responsabilidades de mero favor; si deixou decorrer dez dias do protesto, sem querer a fallencia;

II) despesas ou perdas ficticias; falta de justificação do emprego de todas as receitas; occultação, no balanço, de qualquer somma de dinheiro, de quaesquer bens ou titulos; inclusão de dividas activas

pagas ou prescriptas; desvio ou applicação de fundos ou valores de que seja depositario ou mandatario; vendas, negociações ou doações feitas ou dividas contrahidas com simulação ou fingimento; compra de bens em nome de terceira pessoa, ainda que parente; falsificação ou truncamento do *Diario* ou *Copiador*; perdas avultadas em jogo de qualquer especie, inclusive os chamados de Bolsa e Cambio.

Paragrapho unico. O fallido ou seu representante poderá oppôr as reflexões que julgar a bem de seu direito, e o juiz ou qualquer credor interrogar-lo.

Art. 51. Qualquer que seja o parecer do syndico ou da commissão fiscal, o fallido ou seu representante poderá apresentar proposta de concordata, apoiada ou não anteriormente pelos credores.

Art. 52. Concedida ou negada a concordata, o escrivão enviará, no prazo maximo de dez dias, ao curador das massas fallidas, cópia de todo o processado, passando disso a devida certidão e cobrando recibo.

Art. 53. A concordata consistirá na manutenção do devedor na posse da massa pelo tempo accordado para pagamento dos credores, nos termos propostos e aceitos. Não libera o devedor dos efeitos criminaes da fallencia e só depois de cumprida é que o desonera dos seus efeitos civis e commerciaes.

Enquanto não estiver cumprida a concordata, o devedor concordatario será considerado depositario dos bens da massa com poderes de disposição e administração.

Art. 54. A concordata só será válida quando concedida:

a) por maioria dos credores, representando mais de metade do valor dos creditos, si o dividendo for superior a 50 %;

b) por dous terços dos credores, representando tres quartos do valor dos creditos, ou tres quartos dos credores, representando dous terços do valor dos creditos, si o dividendo não for interior de 30 %;

c) por tres quartos dos credores e do valor dos creditos, si o dividendo for menor de 30 %;

d) si for ajustado prazo para pagamento, não excederá este de dous annos, salvo si maior for concedido por 3/4 dos credores, representando 3/4 do valor dos creditos.

Serão computados somente os creditos reconhecidos verdadeiros e admittidos ao passivo, com exclusão dos credores da massa e de dominio (reivindicantes) separatistas, privilegiados e hypothecarios.

§ 1.º A proposta de concordata poderá ser apresentada com declaração escripta e assignada pelos credores, devidamente authenticada, concedendo-a; nesse caso o valor dos creditos e o numero dos credores se apurarão de conformidade com este artigo.

§ 2.º Si os credores a que se refere a ultima parte deste artigo quizerem tomar parte na deliberação da concordata, aceitando-a ou rejeitando-a, ficarão equiparados aos chirographarios.

§ 3.º Os credores contestados, quando em acção regular forem julgados legitimos, não ficarão sujeitos aos creditos da concordata.

§ 4.º Os credores por titulos não mercantis, si não se tratar de fallencia de sociedade, ficam sujeitos aos efeitos da concordata.

Art. 55. A concordata será acceita ou rejeitada na mesma reunião.

Paragrapho unico. Não havendo credores dissidentes, a concordata, quando acceita, considera-se homologada para produzir todos os seus effeitos juridicos; si, porém, houver credores dissidentes, o juiz assignar-lhes-ha o prazo de cinco dias para formularem seus embargos em auto apartado, observando-se o seguinte :

- a) dos embargos o fallido terá vista por 48 horas ;
- b) conclusos os autos ao juiz, em 24 horas, assignará dez dias para a prova ;
- c) finda a dilação, que correrá da publicação do despacho em cartorio ou em audiencia, serão, sem mais allegações, conclusos os autos para sentença ;
- d) a appellação, commum a ambas as partes, será recebida só no effeito devolutivo.

Art. 56. A concordata cumprida importa quitação ao fallido e a sua consequente reabilitação, salvo, quanto a esta, si no juizo criminal houver elle sido condemnado.

Art. 57. A concordata poderá ser rescindida :

- a) por má fé do devedor concordatario ;
- b) si, por culpa ou negligencia do devedor ou por caso fortuito, o activo da massa se deteriorar, de sorte que não possa satisfazer o accordo celebrado.

Art. 58. Para fiscalizar o cumprimento da concordata, na mesma reunião em que fôr ella acceita, os credores indicarão ao juiz dous dentre si, os quaes, nomeados, formarão a commissão fiscalizadora.

Paragrapho unico. Essa commissão poderá requerer, em qualquer dos casos do artigo precedente, a rescisão da concordata, ficando salvo a qualquer credor o direito de denunciar ao juiz factos que, na forma do art. 57, determinam a rescisão da concordata. Da petição terá vista, para nella responder, o concordatario, por 48 horas, e com a resposta o juiz julgará. Desta decisão caberá agravo.

Art. 59. Rescindida a concordata, proseguirá a fallencia nos termos da liquidação do activo e passivo.

Art. 60. A concordata definitivamente acceita, induz :

- a) a entrega da massa ao devedor para liquidal-a, como entender, sob a fiscalização da commissão de que trata o art. 58 ;
- b) a prestação de contas dos syndicos.

Art. 61. As contas dos syndicos serão prestadas por petição documentada, da qual o juiz dará vista ao fallido e a commissão fiscal para nella responderem. Com a resposta o juiz julgará, e desta decisão caberá agravo.

Paragrapho unico. O julgamento das contas não isenta os syndicos das responsabilidades provenientes da administração da massa.

Art. 62. O devedor que, para a obtenção da concordata, tiver occultado ou desviado bens, simulado passivo, feito conluio com

algun ou alguns credores, ou por qualquer modo viciado o consentimento dos credores, poderá, a todo o tempo, ser condemnado, em acção ordinaria, ao pagamento integral da divida e seus juros ; e, não estando ainda cumprida, a concordata será rescindida.

Paragrapho unico. O credor que, nas deliberações sobre a concordata, transgir com o seu voto para obter vantagens para si, perderá, em beneficio da massa, a importancia de seu credito, bem como quaesquer vantagens que lhe possam provir de semelhante transacção.

Art. 63. A concordata, embora negada, pôdo ser proposta em todo e qualquer estado da fallencia, ainda quando já esteja formado o contracto de união, fazendo o devedor, á sua custa, as despezas da convocação dos credores.

§ 1.º Para ser decretada pelo juiz a reunião dos credores, deverá o fallido apresentar, com a petição, a proposta.

§ 2.º Os credores serão convocados por editaes, na fôrma do art. 47 § 1º, publicados pela imprensa oito dias, no minimo, antes da reunião, indicando-se em resumo os termos da proposta.

§ 3.º Observar-se-ha, quanto for applicavel, o disposto neste titulo.

Art. 64. Rescindida a concordata, a massa passiva compor-se-ha dos credores da fallencia, pelo que lhes for devido do principal primitivo e dos que tiverem contractado com o fallido depois da entrega da massa.

§ 1.º Os credores da segunda serie serão pagos pelo producto dos bens adquiridos a titulo oneroso, depois da entrega da massa, com recursos estranhos a esta, concorrendo, com os da primeira, nos demais bens.

§ 2.º Fôra desse caso, os credores chirographarios de ambas as series serão tratados em pé de igualdade.

§ 3.º E' licito aos credores da segunda serie pôr á disposição dos da primeira a somma necessaria ao pagamento da concordata para excluil-os do concurso.

Art. 65. De todas as reuniões se lavrará acta circunstanciada, que será sujeita á approvação dos credores, assignada pelo juiz, commissão fiscal, syndico, credores (querendo) e pelo fallido.

TITULO IV

DO CONTRACTO DE UNIÃO

Da liquidação do activo e passivo

Art. 66. Não se apresentando proposta de concordata, sendo rejeitada, ou não havendo numero para votal-a, deará constituído o contracto de união dos credores, que chegará em um ou mais syndicos, credores ou uno para a liquidação definitiva da massa e a sua commissão fiscal compo e do devedor e membros

Marcarão ao syndico ou syndicos eleitos um prazo para a liquidação do activo da massa e a comissão a que os mesmos terão direito, finda a liquidação.

§ 1.º A' comissão fiscal será arbitrada uma comissão que não excederá do 1 % sobre o liquido da massa até 200:000\$, e sobre o excedente desta somma 1/4 por cento até mil contos de réis, limite maximo.

§ 2.º Ao syndico provisorio e á comissão fiscal, por seu trabalho, será arbitrada pelo juiz uma comissão apurada sobre o valor da liquidação e que será de 5 % até 200:000\$; de 2, 1/2 % sobre o excedente até 500:000\$; de 1, 1/2 % sobre o excedente até 1.000:000\$; de 1/4 % sobre o que exceder de 1.000:000\$; sendo duas partes para o syndico e uma para a comissão fiscal.

Art. 67. Os syndicos assumirão a administração da massa e reputar-se-hão investidos de plenos poderes para todas e quaesquer operações e actos da liquidação, para demandar e serem demandados.

Art. 68. Os syndicos com autorização da comissão fiscal:

- a) procederão á venda de todos o quaesquer bens moveis, semoventes, immoveis, direitos e acções pela forma indicada no art. 43, d);
- b) poderão transigir sobre as dividas e negocios da massa;
- c) vender toda a massa activa a qualquer pessoa, ainda que seja o proprio fallido.

§ 1.º Recusada essa autorização, os syndicos poderão recorrer ao juiz, que decidirá sem recurso, ouvindo ou não o fallido.

§ 2.º Além dos modos acima indicados, todo e qualquer outro de liquidação do activo será permittido aos syndicos com autorização da comissão fiscal.

§ 3.º A venda dos bens immoveis independe de intervenção ou outorga da mulher do fallido.

Art. 69. Dentro do prazo improrogavel de 15 dias, contados da data da reunião, independente de convocação por edital, os credores que não se conformarem com a relação e classificação dos creditos apresentados pelo syndico provisorio poderão reclamar e provar o que for a bem do seu direito.

§ 1.º Os syndicos definitivos são obrigados a mostrar os livros e papeis á sua guarda a qualquer credor que os queira examinar, independente de mandado do juiz.

§ 2.º Findos os 15 dias, os syndicos e a comissão fiscal darão o seu parecer sobre as reclamações, no prazo de cinco dias, e o juiz, ordenadas as diligencias que entender necessarias, proferirá sentença classificando os creditos, da qual serão intimados os credores por um edital com o prazo de 10 dias.

§ 3.º Da sentença que classifica os creditos caberáponer o recurso do agravo do pedido para o superior competente. Podem agravar os syndicos ou qualquer credor.

Art. 70. Os syndicos apresentarão todos os mezes, com inferencia da comissão fiscal, conta demonstrativa do estado da liquidão e das quantias em caixa.

§ 1.º Os syndicos são obrigados a distribuir dividendos sempre que o ratulo seja superior a 5 %, notando-se as quantias pagas nos

respectivos titulos ou creditos lançados em uma folha que os credores assignarão.

§ 2.º O saldo final a favor da massa, depois de deduzidas as custas e mais despesas e de paga aos syndicos a porcentagem que lhes tiver sido arbitrada e os adiantamentos que houverem feito, determinará o ultimo rateio.

§ 3.º Si dos livros do fallido, ou por documento attendivel, constar que existem credores ausentes, o juiz, sob informação dos syndicos e da commissão fiscal, poderá ordenar se reservem os dividendos que lhes tocarem.

§ 4.º Os dividendos não reclamados serão depositados nos cofres dos depositos publicos por conta de quem pertencerem.

§ 5.º Si acontecer que, pagos integralmente, de capital e juros, os credores, fiquem sobras, serão restituídas ao fallido ou a seus legitimos representantes, observado o disposto no paragrapho anterior.

§ 6.º Si o fallido for sociedade, o juiz nomeará um liquidante para proceder á distribuição das sobras.

Art. 71. Finda a liquidação, os syndicos prestarão as contas, de conformidade com o disposto no art. 61.

Art. 72. Si a massa não chegar para pagamento integral dos credores, estes terão a todo tempo direito de executar o devedor pelo saldo de seus creditos, servindo do titulo executorio a sentença que julgou a classificação de creditos.

Art. 73. Os syndicos e os membros da commissão fiscal poderão ser destituídos a requerimento dos credores, representando a maioria dos creditos, sem allegarem causa.

§ 1.º Dando-se causa justificada, a destituição poderá ser decretada *ex-officio*, a requerimento de qualquer credor ou da commissão fiscal e dos syndicos.

§ 2.º Do despacho que decreta ou não a destituição ha agravo do instrumento.

§ 3.º A destituição importa a perda do direito á porcentagem.

§ 4.º A substituição do syndico e da commissão fiscal será feita provisoriamente por nomeação do juiz e definitivamente pelos credores, ou em reunião pela forma do art. 66 ou por declaração authentica de voto, escripta e assignada.

Art. 74. E' prohibido ao juiz, aos syndicos, á commissão fiscal, peritos, avaliadores e mais officiaes da justiça, comprar por si, ou por interposta pessoa, quaesquer bens da massa, sob as penas do art. 232 do Código Penal.

TITULO V

DOS CREDITORES DA MASSA E DOS DA FALLENCIA

Art. 75. São credores da massa e serão pagos de preferencia a todos e quaesquer outros :

a) os de despesas, salarios, custas, honorarios, commissões, fornecimentos referentes á arrecadação, administração e distribuição da massa fallida e á sua segurança, guarda, conservação e defesa;

b) os de despesas com a molestia e funeraes do fallido depois de declarada a fallencia ;

c) os de alimentos ao fallido, quando autorizados.

Paragrapho unico. Si o activo for insufficiente, os syndicos não terão direito á repetição de qualquer pagamento effectuado.

Art. 76. São credores reivindicantes, quer tenham accção real ou reipersecutoria, quer não, propriedade plena ou *jus in re* :

a) o dono de coisa adquirida pelo fallido de quem não era o proprietario ;

b) o dono de coisa em poder do fallido por titulo de deposito, penhor, antichrese, administração, arrendamento, commodato, usufructo, uso ou habitação ;

c) os donos de mercadorias em commissão de compra ou venda, transito ou entrega ;

d) o dono de coisa, embora fungivel, em poder do fallido por effeito de mandato, inclusive dinheiro, effeitos de commercio ou titulos a elles equiparados, endossados sem transferencia de propriedade, ainda não pagos ou em poder de terceiro, em nome do fallido, na época da fallencia ;

e) o dono de coisa furtada, roubada, extorquida ou obtida por falsidade, estellionato ou outras fraudes ;

f) o dono de titulos ao portador, que forem perdidos, furtados, roubados, extorquidos ou obtidos por falsidade, estellionato ou outras fraudes, si o fallido for quem os achou ou obteve por esses meios, ou os recebeu sabendo a origem viciosa da posse ;

g) o vendedor de bens immoveis, embora feita a tradição, ainda não pago do preço da venda, salvo si o tiver creditado ao comprador ;

h) o vendedor depois da entrega da coisa vendida a credito, si reservou a propriedade até o pagamento ou si, á venda a credito, foi induzido por dolo do comprador ;

i) o vendedor de coisa expedida ao fallido, si a esto não foi entregue o conhecimento, antes de declarada a fallencia ;

j) a mulher casada pelos bens :

I, dotaes estimados para qualquer effeito ;

II, paraphernaes ;

III, incomunicaveis sob o regimen da communhão ;

IV, que não respondam por dividas anteriores ao casamento ;

V, pelas arrhas e doações ante-nupciaes, feitas pelo futuro marido, quando insinuadas ;

k) os filhos menores, legitimos, legitimados ou reconhecidos, pelos bens castrenses, quasi castrenses e adventicios ;

l) os tutelados e curatelados pelos bens que lhes pertencerem ; o quanto ás cousas adquiridas pelo tutor ou curador, em seu proprio nome, com bens ou producto de bens dos mesmos tutelados ou curatelados ;

m) os herdeiros e legatarios pelos bens da herança ou legado ;

n) os que tiverem feito remessas para um fim determinado.

§ 1.º Não se considera deposito o de dinheiro, quando ao depositario é permittido fazer uso d'elle ou empregal-o em operações

civis ou commerciaes, vença ou não juros, sendo sómente tal quando tomar o character de cousa não fungivel.

§ 2.º O producto da venda de mercadorias em comissão de compra e venda, que, por autorização do dono for creditada em conta corrente, constituirá credito chirographario.

§ 3.º A cousa, não se offerecendo duvida ou contestação, será pelos syndicos, com autorização da comissão fiscal, entregue ao dono na mesma especie em que houver sido recebida pelo fallido, ou naquella em que existir, tendo sido subrogada ; na falta da especie, será pago o seu valor.

§ 4.º O reivindicante pagará á massa as despesas a que a cousa reivindicada ou seu producto tiver dado logar.

§ 5.º A reclamação ou acção de reivindicação obsta a venda da cousa reclamada, mas não annulla a anterior alienação.

§ 6.º A reivindicação do valor da cousa, quando esta não exista mais na massa, não autoriza a repetição dos dividendos distribuidos aos credores.

Art. 77. São credores separatistas (*ex jure crediti*) :

a) a Fazenda Publica, os Estados e os Municipios, pelos impostos devidos ;

b) os que estiverem com o fallido em relações de co-propriedade ou em sociedade, para que, pelos bens que formam a co-propriedade ou a sociedade, sejam pagos dos seus creditos ;

c) os credores e os legatarios da pessoa de quem o fallido é herdeiro sobre os bens da herança, para que por elles sejam pagos com exclusão dos credores do fallido, salvo si convieram por qualquer modo, no juizo do inventario ou fóra d'elle, para que lhes fossem adjudicados bens com o encargo de pagar as dividas do *de cujus*.

Art. 78. São credores da fallencia :

I. Com privilegio sobre todo o activo, salvo hypotheca devidamente inscripta e anterior á emissão ou em garantia do pagamento do preço do immovel adquirido depois d'elle :

a) os portadores de obrigações (*debentures*) emitidas pelas sociedades commanditarias por acções ;

b) os de salarios ou soldadas de feitores, guarda-livros, caixeiros, agentes ou domesticos do fallido, vencidos no anno immediatamente anterior á data da declaração de fallencia, tenham ou não registrados os titulos de nomeação ;

c) os de salarios e soldadas de equipagem que não estiverem pre-scriptos nos termos do art. 449 n. IV do Codigo do Commercio.

II. Com privilegio sobre determinados immoveis e moveis, salvo hypotheca anteriormente inscripta :

a) o proprietario e o sublocador, nos moveis de uso pessoal que se acharem dentro da casa, para pagamento dos alugueis vencidos, e nos fructos pendentes a respeito da renda ou fóro dos predios rusticos ;

b) os operarios, artistas, fabricantes e empreiteiros, sobre os objectos que fabricaram ou concertaram e dos quaes estão de posse para pagamento de seus salarios, fornecimentos de material e mais vantagens estipuladas ;

c) os credores pignoratícios e antichresistas e os que teem direito de retenção na cousa dada em penhor ou antichrese, e na cousa retida ;

d) na cousa salvada, quem salvou-a, pelas despesas com que a fez salvar (art. 738 do Cod. do Com.) ;

e) no navio e fretes da ultima viagem, a tripulação (art. 564 do Cod. do Com.) ;

f) no navio, os que concorreram com dinheiro para a sua compra, concerto, aprestos ou provisões (art. 475 do Cod. do Com.) ;

g) nas fazendas carregadas, o aluguel ou frete, as despesas e avaria grossa (arts. 117, 626 e 627 do Cod. do Com.) ;

h) no objecto sobre que recahiu o empréstimo marítimo, o dador de dinheiro a risco (arts. 633 e 662 do Cod. do Com.) ;

i) os que pessão invocar em seu favor qualquer dos arts. 108, 156, 189, 537, 565 e 632 do Cod. do Com. ;

j) os hoteleiros, pelas despesas de hotel, sobre os objectos do devedor que estiverem retidos ;

k) os credores por bemfeitorias, sobre o augmento do valor que com ellas deram ao objecto, ainda em seu poder.

§ 1.º O privilegio prevalece a respeito do preço dos immoveis hypothecados anteriormente, depois de pagas as dividas hypothecarias e os credits provenientes das despesas e custas judiciaes feitas para excussão do immovel hypothecado e que serão deduzidas precipuamente do producto do mesmo immovel.

§ 2.º Os bens dados em penhor ou antichrese e objecto do direito de retenção podem ser remidos a beneficio da massa, e, não sendo possivel remirem-se, os credores serão intimados para os trazer a leilão, nos termos do art. 43, d). A sobra, havendo, entrará na massa ; mas si, pelo contrario, não bastar o seu producto, a differença entrará em rateio entre esses credores e os chirographarios.

§ 3.º Os privilegiados só poderão ser pagos pelo producto dos bens em que tiverem privilegio, até onde chegar sómente e por via de rateio.

III. Os que tiverem hypotheca legal ou convencional inscripta.

Paragrapho unico. Os decretos n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, e n. 370, de 2 de maio do mesmo anno, regularão as preferencias.

IV. Todos os mais credores são simples ou chirographarios, comprehendidos :

a) a mulher, pelos bens dotaes inestimados ;

b) os credores, por hypotheca legal não especializada ;

c) os credores privilegiados e hypothecarios, pelos saldos ;

d) os depositantes de dinheiro com o caracter de cousa fungivel.

§ 1.º Os credores que tiverem garantias por fiança serão contemplados entre os chirographarios, deduzindo-se as quantias que tiverem recebido do fiador ; e este será tambem como tal considerado por tudo quanto tiver pago em descurga do fallido.

§ 2.º No caso de fallencia simultanea de muitos co-obrigados solidarios, o credor será admittido pela totalidade de seus creditos em todas as massas fallidas, e os dividendos recebidos de uma das massas descarregarão as outras e os co-obrigados solventes, até integral pagamento.

§ 3.º Os co-devedores solidarios do fallido serão admittidos na massa pela importancia do que tiverem pago, observando-se, porém, as regras do Direito Civil sobre as obrigações solidarias.

Art. 79. Não serão considerados credores :

a) o chirographario que se apresentar habilitado com sentença meramente de preceito, isto é, não fundada em titulos liquidos e certos definidos no art. 2º, obtida anteriormente á declaração da fallencia ;

b) os credores, pelas despesas que fizerem com o processo ou reconhecimento de seus creditos ;

c) os credores por titulo de simples liberalidade, não incluídas as doações remuneratorias, *inter vivos* ou *causa mortis*.

TITULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS SOCIEDADES

Art. 80. A fallencia de sociedades em nome colectivo, de capital e industria e em commandita simples ou por acções, acarreta a de todos os socios pessoal e solidariamente responsaveis.

§ 1.º A de qualquer ou de todos os socios, pessoal e solidariamente responsaveis, não produz a da sociedade em nome colectivo, de capital e industria e em commandita simples ou por acções, si não se acharem tambem em estado de fallencia, considerando-se, porém, dissolvidas para entrarem em liquidação.

§ 2.º Os socios commanditarios que, nos termos do art. 314 do Codice Commercial, se tornarem solidarios, não incidirão nos effeitos da fallencia, mas responderão *in solidum* por todas as obrigações sociaes.

§ 3.º Na sociedade em conta de participação sómente os socios ostensivos e gerentes poderão ser declarados fallidos.

Art. 81. Os bens da sociedade e os particulares dos socios, pessoal e solidariamente responsaveis, serão arrecadados e entregues á administração dos syndicos da fallencia.

§ 1.º Proceder-se-ha separadamente ao inventario dos bens sociaes e dos de cada um dos socios, de modo que não se confundam nas operações de administração e liquidação do activo e passivo.

§ 2.º Os credores particulares dos socios não serão pagos pelos bens sociaes, nem concorrerão com os credores da sociedade ; e só o serão pelos bens do socio devedor e pelas sobras de que tiver na sociedade, depois de pagos os credores sociaes.

§ 3.º Os credores da sociedade só serão pagos pelos bens particulares dos socios e em concurso com os credores destes, não havendo mais bens sociaes e apenas pelos saldos das dividas.

§ 4.º Quando uma mesma pessoa for membro de diversas sociedades com diversos socios, fallindo uma, os credores della só poderão executar a quota liquida que o socio commum tiver nas sociedades solventes, depois de pagos os credores desta.

§ 5.º Esta disposição tem logar si as mesmas pessoas formarem diversas sociedades; fallindo uma, os credores da massa fallida só terão direito sobre as massas solventes depois de pagos os credores destas.

§ 6.º Só os credores sociaes tomarão parte nas deliberações referentes ao patrimonio social, mas concorrerão com os credores particulares dos socios nas que affectarem o patrimonio individual de cada um dos fallidos.

§ 7.º No caso de fallir o socio gerente da sociedade em conta de participação, é lícito ao terceiro com quem houver tratado saldar todas as contas que com elle tiver, posto que abertas sejam debaixo de distinctas designações, com os fundos pertencentes a quaesquer das mesmas contas, ainda que os outros socios mostrem que esses fundos lhes pertencem, uma vez que não provem que o dito terceiro tinha conhecimento antes da fallencia de existir a sociedade (art. 328 do Codigo Commercial).

§ 8.º Os socios não ostensivos da sociedade em conta de participação serão admittidos ao passivo pela parte dos fundos com que contribuíram, si provarem que não foi absorvida pelas perdas, conforme a quota de cada um.

Art. 82. Os socios de responsabilidade limitada deverão preencher as quotas com que se obrigaram a contribuir, quaesquer que sejam as disposições do contracto social.

Paragrapho unico. O socio que se despedir antes de dissolvida a sociedade ficará responsavel pelas obrigações contrahidas e perdas havidas até o momento da despedida, que será o da data da respectiva averbção no registro do commercio (arts. 338 e 339 do Codigo Commercial).

Art. 83. A concordata pôde ser proposta por qualquer dos socios, e cada qual tem o direito de discutil-a e apresentar substitutiva.

§ 1.º Salvo declaração expressa, uma vez aceita, desonera os co-obrigados com os fallidos e a estes em todo caso.

§ 2.º Aceita a proposta e homologada, ao socio que a fez será entregue a massa para liquidal-a, como entender, fazendo seus todos os commodos e incommodos, guardado o disposto no art. 60.

§ 3.º E' lícito a qualquer dos socios oppor embargos á concordata, nos termos do art. 55, observando-se o mesmo processo.

§ 4.º A rescisão da concordata não affectará sinão o socio concordatario a quem a massa foi entregue.

TITULO VII

DA CLASSIFICAÇÃO DA FALLENCIA E DOS CRIMES QUE DELLA DECORREM

Art. 84. O processo criminal contra o fallido correrá em auto apartado, distincto e independente do commercial; não poderá, porém, ser iniciado antes de declarada a fallencia.

Art. 85. E' competente para qualificar a fallencia o juiz que a declarou.

§ 1.º O curador das massas fallidas promoverá perante este o processo contra o fallido, seus cumplices e mais pessoas culpadas.

§ 2.º Quando o syndico provisório e a commissão fiscal em seu relatório mencionarem qualquer dos factos enumerados nos ns. 1 e 2 do art. 50, o syndico definitivo é obrigado, sob pena de destituição, a promover o processo contra o fallido, nos termos do paragraho antecedente, si o não fizer o curador fiscal.

§ 3.º A petição inicial preencherá todos os requisitos exigidos pelas leis do processo criminal, será instruída com a cópia de todo o processado até a concessão ou denegação da concordata, e apresentada dentro do prazo de 15 dias, a contar do recebimento dessa cópia.

§ 4.º Autoadas essas peças, o processo será o da formação da culpa nos crimes communs, com todos os recursos e garantias individuaes estabelecidos nas respectivas leis.

§ 5.º Qualquer credor poderá, e o promotor publico deverá requerer o que for a bem da justiça.

§ 6.º As autoridades policiaes remetterão ao juiz processante os inqueritos a que procederem durante o summario.

§ 7.º Findo o interrogatorio do fallido e produzida a defesa no summario, o curador fiscal e o promotor publico emittirão parecer sobre a qualificação da fallencia.

§ 8.º Concluos os autos ao juiz, este poderá ordenar as diligencias que julgar necessarias e, cumpridas, qualificará a fallencia casual, culposa, ou fraudulenta; nos dous ultimos casos pronunciará os indiciados, dando-lhes recursos para o superior competente.

Art. 86. A fallencia será qualificada :

a) casual, quando proceder de accidentes, casos fortuitos ou força maior, ou não concorrer circumstancia pela qual deva ser qualificada culposa ou fraudulenta ;

b) culposa, quando occorrer algum dos seguintes factos :

I. Excesso de despesas no tratamento pessoal do fallido em relação ao seu cabedal, numero de pessoas de familia e especie do negocio.

II. Venda por menos do preço corrente de effectos comprados nos seis mezes anteriores á época legal da fallencia e ainda não pagos, si foi feita com intenção de retardar a declaração da fallencia.

III. Emprego de meios ruinosos para obter recursos e retardar a declaração da fallencia.

IV. Abuso de accetes, endossos e responsabilidades de mero favor.

V. Quando o fallido não tiver os livros e sua escripturação na fôrma exigida pelo Código Commercial, ou a tiver em atraso; salvo si a exiguidade do commercio e a falta de habilitações litterarias rudimentares do fallido o relevem do cumprimento daquelles preceitos;

c) fraudulenta, quando occorrer:

I. Despezas ou perdas ficticias, falta de justificação do emprego de todas as receitas e gastos para fins reprovados.

II. Occultação no balanço de qualquer somma de dinheiro, de quaesquer bens ou titulos, inclusão de dividas activas pagas ou prescriptas.

III. Desvio ou applicação de fundos ou valores de que seja depositario ou mandatario.

IV. Vendas, negociações ou doações feitas ou dividas contrahidas com simulação ou fingimento.

V. Compra de bens em nome de terceira pessoa, ainda que conjuge, ascendentes e descendentes e irmãos.

VI. Falta pelo menos do *Diario* visado na fôrma do art. 134.

VII. Falsificação ou truncamento do *Diario* ou do *Copiador*.

VIII. Falta de archivamento e lançamento no registro do commercio, dentro de 15 dias subsequentes á celebração do casamento (art. 31 do Código Commercial), do contracto ante-nupcial, sendo o marido commerciante ao tempo do casamento; desse contracto e dos titulos dos bens incommunicaveis da mulher, dentro de 15 dias subsequentes ao começo do exercicio do commercio, quanto ao contracto ante-nupcial, e, dentro de 30 dias subsequentes á aquisição, quanto aos referidos bens; e dos titulos de aquisição de bens que não possam ser obrigados por dividas nos prazos aqui indicados.

IX. Perdas avultadas em jogos de qualquer especie e sob qualquer fôrma, inclusive os chamados da Bolsa.

X. O officio de corretor ou agente de leilões, embora tenha o fallido deixado de exercer taes funcções, uma vez que a fallencia proceda do tempo em que as tiver exercido.

XI. O exercicio do commercio sob firma ou razão commercial que não pudesse ser inscripta no registro.

Paragrapho unico. As regras da cumplicidade estabelecidas no Código Penal prevalecerão em toda a sua extensão e effeitos no caso de fallencia fraudulenta.

Art. 87. Incorrerá nas penas de fallencia culposa, salvo a fraude, caso em que serão applicadas as da fraudulenta:

I. O fallido que, depois da declaração da fallencia ou do sequestro, praticar algum acto nullo ou annullavel.

II. O fallido que tiver os livros escripturados de fôrma a diffcultar ou tornar obscura a verificação ou a liquidação, quer do activo, quer do passivo.

III. O devedor que, no prazo legal, não se declarar fallido, si da omissão resultar que fique fóra da influencia da época legal da

fallencia, algum acto que, dentro dessa época, seria nullo ou annullavel.

IV. O fallido que, occultando-se, ausentando-se, não comparecendo, negando informações ou esquivando-se de auxiliar os syndicos e a commissão fiscal, crear embaraços de qualquer especie ao andamento do processo commercial.

V. O concordatario, si por negligencia, descuido ou algum outro acto de culpa, concorrer para a deterioração da massa e consequente rescisão da concordata e declaração de fallencia.

Art. 88. Incorrerá nas penas de fallencia fraudulenta :

I. O devedor que, por meio de fraude ou simulação, obtiver de seus credore accordo preventivo da fallencia.

II. O devedor que obtiver o dito accordo, prevalecendo-se de algum facto que qualifica de fraudulenta a fallencia.

III. Qualquer pessoa, inclusive guarda-livros, que se mancomunar com o devedor para fraudar os credores, ou o auxiliar para occultar ou desviar bens, seja qual for a sua especie, quer antes, quer depois da declaração da fallencia.

IV. Qualquer pessoa que se apresentar com credito simulado.

V. Qualquer pessoa que occultar ou recusar aos syndicos ou a commissão fiscal a entrega dos bens, credits ou titulos que tenha do fallido ; admitir, depois do publicada a declaração da fallencia, cessão ou endosso do fallido, ou com elle celebrar algum contracto ou transacção.

VI. O credor legitimo que fizer concerto e m o devedor em prejuizo da massa ou transigir com o seu voto para obter vantagens para si nas deliberações e actos da concordata, preventiva ou não, quitação e reabilitação.

VII. O corretor que intervier em qualquer operação mercantil do fallido depois de declarada e publicada a fallencia.

Art. 89. Os crimes de que tratam os arts. 86, b) até 88 serão julgados pelo juiz de direito criminal do districto da sede do estabelecimento do fallido.

Art. 90. A forma do processo do julgamento será a do dec. n. 707 de 9 de outubro de 1850.

Paragrapho unico. Da sentença poderão appellar o réo e o promotor publico, nos effeitos regulares.

Art. 91. A sentença criminal condemnatoria, em fallencia fraudulenta ou por crime a ella equiparado, além dos effeitos estabelecidos no Codigo Penal, produzirá:

a) o de annullar a quitação dada ao fallido ;

b) o de rescindir a concordata, ou o accordo extra-judicial ;

c) o de annullar, independentemente da sentença civil ou commercial, os actos criminosos e de obrigar á restituição dos bens a que se referirem.

Art. 92. Os syndicos e os membros da commissão fiscal ficarão sujeitos á responsabilidade civil e criminal pelos actos que praticarem em opposição aos interesses a seu cargo, sendo equiparados, para os effeitos da penalidade e respectivo processo, aos empregados publicos.

TITULO VIII

DA REHABILITAÇÃO DO FALLIDO

Art. 93. Cumprida a concordata ou obtida dos credores a quitação plena, poderá o devedor, cuja fallencia tiver sido qualificada casual, ou absolvido da accusação por falta da culposa, fraudulenta, ou por acto a ellas equiparado, requerer, com folha corrida, ao juiz commercial da fallencia, a reabilitação.

§ 1.º O fallido condemnado que for declarado innocente, nos termos do art. 186 do Código Penal, poderá também requerer a reabilitação.

§ 2.º O cumprimento da pena, por effeito da fallencia culposa ou de acto a ella equiparado, não impedirá a reabilitação, si o fallido se mostrar digno de obtel-a.

§ 3.º O fallido condemnado por fallencia fraudulenta, ou acto a ella equiparado, só depois de cinco annos do cumprimento da pena poderá requerer e obter reabilitação, si provar ter pago effectivamente de principal e juros todos os credores.

Art. 94. O requerimento para a reabilitação será publicado por edital durante trinta dias e pela imprensa, onde a houver, devendo ser ouvido o curador fiscal.

Paragrapho unico. Qualquer credor ou prejudicado poderá, dentro dos 30 dias, oppor-se, por petição, á reabilitação.

Art. 95. Da sentença que não conceder a reabilitação haverá appellação em um só effeito.

§ 1.º O fallido, nas condições do art. 93, principio, será declarado reabilitado; nos demais casos ficará ao prudente arbitrio do juiz conceder a reabilitação.

§ 2.º A sentença que negar a reabilitação não fará caso julgado.

Art. 96. Declarado reabilitado o fallido, será publicada a sentença pela mesma forma por que o houver si to a declaração da fallencia e communicada ás mesmas instituições.

Paragrapho unico. No registro das firmas ou razões commerciaes far-se-ha a devida averbação *ex-officio*.

Art. 97. A reabilitação faz cessar todas as incapacidades produzidas pela declaração da fallencia.

TITULO IX

DAS FALLENCIAS DECLARADAS FÓRA DA REPUBLICA

Art. 98. E' competente para declarar a fallencia o tribunal do domicilio commercial do devedor, ainda que tenha praticado acidentalmente actos de commercio em outra nação, ou nella mantenha agencias filiaes que operem por conta e sob responsabilidade do estabelecimento principal.

Art. 99. Tendo o fallido dous ou mais estabelecimentos independentes em diversos paizes, serão competentes os tribunaes dos respectivos domicilios,

Art. 100. Serão exequíveis no Brazil, haja ou não reciprocidade legislativa ou diplomatica, mediante as formalidades do decreto n. 6982, de 27 de julho de 1878, as sentenças estrangeiras que abrirem fallencias a negociantes que tenham domicilio no paiz onde foram proferidas.

Art. 101. As ditas sentenças, depois de receberem o *cumpra-se* dos juizes brasileiros e da publicação do *cumpra-se*, produzirão na Republica os effeitos que, por direito, são inherentes ás sentenças de declaração de fallencia, salvo as restricções adeante declaradas.

Art. 102. Independentemente do *cumpra-se* e só com a exhibição da sentença e do acto da nomeação, em fôrma authentica, os syndicos, administradores, curadores ou outros representantes legais da massa terão qualidades para, como mandatarios, requererem na Republica diligencias conservatorias dos direitos da massa, cobrar dividas, transigir, si para isso tiverem poderes, e intentar acções, sem obrigação de prestar caução *judicatum solvi* (fiança ás custas).

§ 1.º O procurador que intentar a acção ou promover os actos judiciarios ficará obrigado ás custas.

§ 2.º Todos os actos que importarem execução da sentença, taes como a arrecadação e arrematação dos bens do fallido, não poderão ser praticados sinão depois que a sentença se tornar executoria pelo *cumpra-se* e mediante autorização do juiz brasileiro, guardando-se as formulas do direito patrio.

Art. 103. Não obstante haver sido declarada executoria a sentença estrangeira de abertura da fallencia, os credores domiciliados na Republica, que tiverem hypotheca sobre bens aqui situados, não ficam inhibidos de demandar os seus creditos e excutir os bens hypothecados.

Art. 104. A disposição do artigo anterior é applicavel aos credores chirographarios domiciliados na Republica, que, na data do *cumpra-se*, tenham acções ajuizadas contra o fallido. Ser-lhes-ha licito proseguir nos termos ultteriores do processo e executar os bens do fallido sitos na Republica.

Art. 105. A sentença estrangeira que abrir fallencia a commerciantes que tenham dous estabelecimentos, um no paiz do seu domicilio e outro distincto e separado na Republica, não comprehenderá em seus affeitos o estabelecimento existente na Republica.

§ 1.º Poderão, porém, tornar-se effectivas medidas assecuratorias sobre bens existentes na Republica, mediante cartas rogatorias que, uma vez cumpridas, serão publicadas por editaes com prazo de 60 dias.

§ 2.º Por esse facto os credores locais poderão requerer a declaração da fallencia do estabelecimento situado na Republica, e serão pagos pela respectiva massa, de preferencia aos credores do estabelecimento existente no estrangeiro.

§ 3.º Credores locais são aquelles cujos creditos deverão ser pagos na Republica.

Art. 106. Havendo pluralidade de concursos de credores, as sobras que resultarem a favor do fallido na Republica serão postas á disposição dos credores dos outros concursos.

Art. 107. No caso do art. 98, os credores locaes concorrerão com os não locaes, que farão valer seus direitos perante o juiz da fallencia.

Art. 108. A lei local regulará a classificação dos creditos.

Art. 109. As concordatas e os modos de prevenir o obstar a declaração da fallencia, homologados por tribunaes estrangeiros, só serão obrigatorios para os credores residentes na Republica que houverem sido citados para nella tomarem parte, e depois de receberem o—*cumpra-se*.

Art. 110. Declarada mais de uma fallencia, as incapacidades do fallido serão reguladas pela lei do paiz onde tiver domicilio pessoal.

Art. 111. A reabilitação do fallido só produzirá effeito quando tiver sido declarada por todos os tribunaes perante os quaes se processaram as fallencias.

Art. 112. Havendo tratado ou convenção com alguma nação, regulando esta materia, se observará o que ali estiver estipulado.

Art. 113. Não são susceptiveis de execução na Republica as sentenças estrangeiras que declararem a fallencia do commerciante aqui domiciliado, sendo brasileiro.

TITULO X

DO ACCORDO OU CONCORDATA PREVENTIVA

Art. 114. O devedor com firma inscripta no registro commercial e antes de decorridos dez dias de protesto por falta de pagamento de obrigação mercantil liquida e certa, que tiver requerido accordo com seus credores perante o juiz commercial da séde do seu estabelecimento, não pôde ser declarado fallido sinão quando não homologado o accordo.

Paragrapho unico. O requerimento para a homologação deverá ser apresentado antes de requerida a fallencia.

Art. 115. Para o accordo, seja elle apoiado ou não por declaração assignada pelos credores, fará o devedor requerimento ao juiz expondo o seu estado, acompanhando a proposta os livros, o balanço do activo e do passivo, a conta demonstrativa dos lucros e perdas, relação dos credores, o domicilio de cada um, a natureza dos titulos e o importe de cada um.

Art. 116. Distribuida a petição, publicará o escrivão edital pela imprensa, onde a houver, e dirigirá carta aos credores, conforme estiverem presentes ou não, communicando o accordo proposto, e intimando-os para, no prazo de 10 dias, remetterem a juizo, além do seu voto de acceitação ou recusa, os documentos em que fundam o seu credito, cobrando recibo do escrivão.

Findo este prazo, o juiz marcará o de 10 dias para, dentro delle, o impetrante e os credores allegarem e provarem qualquer reclamação, observadas as disposições do art. 49, *alinea*, sobre a prova e authenticidade dos titulos particulares.

Encerrado o decendio, o juiz, procedendo aos exames dos livros do devedor e do credor, si houver contestação, e outras diligencias

que julgar precisas, com o concurso de uma commissão de dous credores, que nomeará, homologará ou não, dentro de oito dias, devendo no caso negativo decretar a fallencia do devedor. A taes diligencias assistirá o curador fiscal das massas fallidas.

Art. 117. A homologação não terá logar si o accordo ou concordata não for estipulado na forma prevista no art. 54.

Art. 118. São causas de reclamação :

- 1º, dolo, fraude, má fé do devedor;
- 2º, falta de capacidade de algum dos signatarios do accordo ;
- 3º, conluio com um ou mais credores signatarios do accordo ;
- 4º, simulação de credores para formar o computo legal do passivo.

Art. 119. Caberá agravo da sentença proferida.

Art. 120. O accordo homologado poderá, a requerimento de qualquer credor, ser rescindido, declarando-se a fallencia :

- a) por má fé do devedor, antes ou depois da homologação ;
- b), si por culpa ou por negligencia do devedor, o activo da massa se deteriorar, de sorte que não possa satisfazer o accordo celebrado.

Art. 121. A homologação do accordo produzirá o effeito de obrigar a todos os credores chirographarios, e obstará a declaração da fallencia, salvo por falta de pagamento de divida contrahida depois della, ou si não for cumprido o accordo.

Art. 122. Durante o processo da homologação não poderá o devedor alienar ou hypothecar seus bens, nem contrahir novas obrigações sem autorização do juiz, que procederá ás informações necessarias.

TITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 123. Aos corretores, agentes de leilões, trapicheiros e commissarios de transportes são applicaveis as disposições desta lei com a excepção do art. 114.

Art. 124. Os credores, a requerimento do fallido, ou por proposta dos syndicos, poderão autorizar a prestação de alimentos ao fallido, á sua viuva e filhos menores.

Art. 125. Todos os prazos marcados nesta lei correrão em cartorio, independentemente de accusação e lançamento em audiencia, e serão faties o improrogaveis.

Art. 126. Só por motivo extraordinario e convindo aos credores, poderá ser adiada a reunião convocada; funcionará qualquer que seja o numero dos presentes, e, salvo os casos expressos, a decisão da maioria dos presentes obrigará os ausentes.

Art. 127. De toda e qualquer reunião de credores lavrará o escrivão acta circunstanciada, que será assignada pelo juiz, pelo fallido e pelos credores que o quizerem.

Art. 128. O processo das fallencias prefere, na ordem dos feitos, a todos os outros do juizo commercial; não tem ferias, salvo os domingos e os dias de festa nacional.

Art. 129. O juiz e o escrivão perceberão custas na razão de um terço das actuaes, e mais 1 % sobre o liquido da massa até 200:000\$, e sobre o que exceder desta somma terão 1/4 % até o limite máximo de mil contos de réis, sendo uma parte para o juiz e duas para o escrivão.

Art. 130. O curador das massas fallidas apenas perceberá custas pelos actos que exercer, e uma gratificação annual de 4:800\$, na Capital Federal.

Art. 131. A massa não pagará commissão a agentes de leilões pelas vendas que effectuarem.

Art. 132. Os syndicos provisórios e os definitivos poderão contractar advogados, por conta da massa, mediante autorização expressa da commissão fiscal, approvada pelo juiz, quando a massa for a juizo, como autora ou ré, ou se trate de negocio judicial, que exija competencia technica.

Art. 133. Declarada a fallencia, o syndico fará juntar ao processo certidão da Junta Commercial, da repartição ou autoridade competente, de quaes, quantos e quando por ella abertos, rubricados e encerrados, os livros da casa fallida nos ultimos tres annos, si mais recente não for o seu commercio.

Art. 134. Todo commerciante é obrigado a apresentar annualmente ao juiz o seu *Diario*, logo que nelle houver lançado o balanço a que se refere o art. 12 do Código Commercial; e o juiz, sem examinar a escripturação, authenticará com o seu — visto e assignatura — o estado da escripta nessa data.

É competente para esse visamento o juiz commercial, e qualquer outro de primeira instancia do logar do estabelecimento.

Pelo visamento perceberá o juiz 2\$000.

Art. 135. Na fallencia de estabelecimento do fundo mercantil, não excedente de 10:000\$ o juiz, procedendo de plano verbal e summariamente, ordenará o inventario, avaliação, venda e deposito dos bens e do seu preço. Outrosim, successivamente, ou simultaneamente, si for possível, fará, a requerimento e com assistencia do curador fiscal, as inquirições, interrogatorios, exames e averiguações necessarios, e mandará extrahir cópias para enviar incontinenti ao juiz competente, para a formação da culpa, e proseguirá nos ultimos termos do processo o concurso de preferencia, com cuja decisão, salvos os recursos legais, se terminará a causa.

Art. 136. Si pela diligencia a que se refere o art. 44 verificar-se que não existem bens, ou que os existentes são manifestamente insufficientes para as despesas, e não houver por isso dividendo a distribuir, o juiz, ouvidos os credores e não havendo opposição, encerrará o processo de fallencia, ficando livre aos credores o exercicio das acções que individualmente lhes competir contra o fallido.

O encerramento do processo não exime o fallido do procedimento criminal pela qualificação da fallencia.

Art. 137. Vagando o lugar de curador das massas fallidas, no Districto Federal, será creado mais um lugar de promotor publico, com função especial nas fallencias, o qual substituirá o curador fiscal em todas as obrigações.

Paragrapho unico. As funções do curador das massas fallidas serão exercidas pelos promotores publicos nas comarcas nas quaes não estiver o cargo creado ou provido, com as mesmas vantagens concedidas ao curador.

Art. 138. As porcentagens a que se refere esta lei serão sempre tiradas do liquido, que effectiva e realmente for apurado afinal, deduzida a importancia dos creditos privilegiados e as despesas da liquidação.

Art. 139. Fica revogado o art. 380 do regulamento mandado observar pelo decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, na parte em que sujeita á jurisdicção commercial e á fallencia os que contraírem empréstimos mediante hypotheca ou penhor agricola.

Art. 140. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de agosto de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 860 — DE 19 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:132\$, para pagamento a diversos operarios da Casa da Moeda por serviços prestados em janeiro e março de 1900.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de um conto cento e trinta e dous mil réis (1:132\$) para pagamento a diversos operarios da Casa da Moeda, pelos serviços extraordinarios prestados em janeiro e março de 1900; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de agosto de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 861 — DE 21 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:463\$978 para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:463\$978, para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior, lente jubilado da Faculdade de Direito do Recife, em cumprimento da carta rogatoria expedida pelo Juizo Federal em Pernambuco, a 31 de dezembro de 1900, sendo: 963\$978, correspondentes á differença de vencimentos até aquella data, e 200\$, correspondentes á mesma differença, do exercicio de 1901; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal. 21 de agosto de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 862 — DE 21 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao Dr. Elias Maria Gonçalves de Castro Mascarenhas, procurador da Republica na secção do Piahy

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o E' o Poder Executivo autorizado a conceder seis mezes de licença, com o respectivo ordenado, e em prorrogação daquella em cujo gozo se acha, ao Dr. Elias Maria Gonçalves de Castro Mascarenhas, procurador da Republica na secção do Piahy, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal. 21 de agosto de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 863 — DE 21 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por mais um anno, com todos os vencimentos, a licença concedida ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a prorogar por mais um anno, com todos os vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, afim de tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de agosto de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 864 — DE 26 DE AGOSTO DE 1902

Manda entregar a Victor Meirelles de Lima, a quantia de 50:000\$ como auxilio ás despesas feitas com o panorama da Descoberta do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a entregar a Victor Meirelles de Lima, a quantia de 50:000\$, como auxilio ás despesas feitas com o panorama da Descoberta do Brazil.

Capital Federal, 26 de agosto de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 865 — DE 27 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de £ 370-15-5 para pagamento de concertos realizados no cruzador *Benjamin Constant* nas docas de Devonport (Plymouth).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de £ 370-15-5 (trezentas e setenta libras, quinze shillings e cinco pence) para pagamento dos concertos no cruzador *Benjamin Constant*, nas docas de Devonport (Plymouth), quando por ali passou em 1901, em commissão do Governo ; effectuando as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de agosto de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 866 — DE 28 DE AGOSTO DE 1902

Autoriza o Governo a prorogar a licença em cujo goso se acha o lente da Faculdade de Direito de S. Paulo Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a prorogar por um anno, com ordenado, a licença concedida ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, pela lei n. 780, de 10 de agosto de 1901 ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de agosto de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 867 — DE 28 DE AGOSTO DE 1902

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 2 de outubro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar a actual sessão legislativa até ao dia 2 de outubro do corrente anno.

Capital Federal, 28 de agosto de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 868 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 237:215\$545 para occorrer ás despesas resultantes de obras a praticar no canal do Mangue.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado abrair ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 237:215\$545 para occorrer ás despesas resultantes de obras a praticar no canal do Mangue, de accordo com o plano organiado pela Inspeção Geral das Obras Publicas; fazendo as necessarias operações de credito e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de setembro de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 869 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 24:685\$800 para pagar a Wilson, Sons & Comp., Limited, o fornecimento de carvão de pedra feito á Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, no exercicio de 1900.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de vinte e quatro contos seiscentos oitenta e cinco mil e oitocentos réis (24:685\$800), para pagar a Wilson, Sons & Comp., Limited, o fornecimento de carvão de pedra feito á Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, no exercicio de 1900, effectuando as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 870 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ao cambio de 27, suplementar á verba n. 6, do art. 8º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ao cambio de 27, suplementar á verba n. 6 do art. 8º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a funcionarios diplomaticos e consulares no corrente exercicio ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.

DECRETO N. 871 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 612:945\$, para pagamento do pessoal dos Correios de que trata o decreto n. 845, de 8 de janeiro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito total de 612:945\$, fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario, sendo:

Credito extraordinario:

Para pagamento do pessoal da repartição dos Correios, creado por deliberação do Congresso Nacional em 1901 e mandada cumprir pelo decreto n. 845, de 8 de janeiro ultimo, correspondente áquelle exercicio — 204:495\$000.

Credito suplementar:

A' verba n. 3 — Correios — da lei do orçamento em vigor, para identico fim do decreto n. 845, de 8 de janeiro de 1902 — 408:450\$000.

Capital Federal, 11 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 872 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:600\$, para pagar a impressão de 1.000 exemplares do « Methodo pratico para o ensino da lingua franceza».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de sete contos e seiscentos mil réis (7:600\$), para pagar

a impressão de 1.000 exemplares do « Methodo pratico para o ensino da lingua franceza », confeccionado pelos lentes do Gymnasio Nacional Henrique Alexandre Monat e Gastão Ruch, nos termos do art. 35 do Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 873— DE 17 DE SETEMBRO DE 1902

Determina que, no caso de licença concedida a um lente cathedratico da Escola Naval, será a cadeira regida pelo lente substituto, a quem competir na occasião o exercicio das funções de repetidor dessa cadeira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Dado o caso de licença concedida a um lente cathedratico da Escola Naval, será a cadeira regida pelo lente substituto a quem competir, na occasião, o exercicio das funções de repetidor dessa cadeira.

Paraphrasso unico. A mesma disposição se applicará aos casos em que o lente cathedratico se achar impedido por estar com assento no Congresso Nacional, em comissão do Governo, ou por qualquer outro motivo de caracter transitório.

Art. 2.º Quinze dias antes da abertura das aulas, a congregação dessa escola procederá á designação dos substitutos de cada secção para as cadeiras respectivas, de modo que elles se alternem annualmente.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 874 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença ao Dr. Fernando de Siqueira Cavalcanti, secretario da Capitania do Porto do Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao Dr. Fernando de Siqueira Cavalcanti, secretario da Capitania do Porto de Pernambuco, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-sé as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 875 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a reformar, mediante inspecção de saúde, o enfermeiro-mór alferes graduado Christiano Pontes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a reformar, mediante inspecção de saúde e com o soldo da tabella, o enfermeiro-mór alferes graduado Christiano Pontes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 876 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 1º escriptuario do Hospital Militar do Estado do Pará, Francisco de Assis Tobias, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 1º escriptuario do Hospital Militar do Estado do Pará, Francisco de Assis Tobias, para tratar de sua saude dentro ou fóra do territorio da Republica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 877 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis mezes, com ordenado a licença em cujo goso se acha o encarregado do deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel Candido Cordeiro Dias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a prorogar por seis mezes, com o ordenado respectivo, a licença em cujo goso se acha o encarregado do deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel Candido Cordeiro Dias, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

Capital Federal, 23 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 878 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão de 1\$500 diários ao ex-empregado da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Luiz Affonso Ferreira.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder a Luiz Affonso Ferreira, ex-empregado da Estrada do Ferro Central de Pernambuco, em cujo serviço se inutilizou, a pensão de 1\$500 diários, a contar de abril de 1898 em diante ; abrindo para tal fim o necessario credito.

Capital Federal, 23 de setembro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 879 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença em cujo gozo se acha o conductor de trem de 3^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio José Teixeira Guimarães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a prorogar por seis mezes, com o ordenado respectivo, a licença em cujo gozo se acha o conductor de 3^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio José Teixeira Guimarães, afim de tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 880 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação da licença em cujo goso se acha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação da licença em cujo goso se acha aquelle funcionario; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 881 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1902

Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de novembro do corrente anno.

Capital Federal, 30 de setembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 882 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario para pagamento do meio soldo devido a D. Analia Brum Gonçalves desde 22 de dezembro de 1893 a 5 de dezembro de 1899.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito extraordinario necessario ao Ministerio da Fazenda para pagamento a D. Analia Brum Gonçalves, viuva do capitão Eleuterio José Gonçalves, habilitada por titulo de 12 de janeiro de 1900, do meio soldo que lhe é devido desde 22 de dezembro de 1893, em que falleceu o seu marido, até 5 de dezembro de 1899, fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de outubro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 883 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 64:703\$414 para ser applicado á liquidação e regularização de despesas que se deram em diversas sub-consignações do Orçamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 64:703\$414, para ser applicado á liquidação e regularização de despesas que se deram em diversas sub-consignações do Orçamento da Repartição Geral dos Telegraphos; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de outubro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 884 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de \$:000\$, para ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de \$:000\$, para ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas, nomeado pela congregação da mesma Faculdade para o desempenho da comissão scientifica de que trata o art. 216 do Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 885 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 4^o escripturario da Alfandega de Pernambuco, João Honorato Pereira Leal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 4^o escripturario da Alfandega de Pernambuco, João Honorato Pereira Leal, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 836 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 5:000\$, para pagamento de um terreno para uso da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 5:000\$, para pagamento de um terreno adquirido para uso da Estrada de Ferro Central do Brazil, na estação do Rocha ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 887 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Governo a prorogar, por um anno, a licença concedida ao machinista de 2^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Achilles Arnaud Coutinho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder ao cidadão Achilles Arnaud Coutinho, machinista de 2^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com todo o ordenado, em prorrogação da que lhe fôra concedida por decreto n. 883, de 1901, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 888 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder até um anno de licença, com ordenado, a José Augusto de Oliveira, conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder até um anno de licença, com ordenado, a José Augusto de Oliveira, conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 889 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão, prorrogação, por um anno, com todos os vencimentos, da licença em cujo gozo se acha, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão, prorrogação, por um anno, com todos os vencimentos, da licença em cujo gozo se acha, afim de tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1902, 14ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 890 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1902

Fixa o subsidio do Presidente e do Vice-Presidente da Republica no periodo de 15 de novembro do corrente anno a 15 de novembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º No periodo presidencial a decorrer de 15 de novembro do corrente anno a 15 de novembro de 1906, o Presidente da Republica vencerá o subsidio de 120:000\$, annualmente, e o Vice-Presidente o de 36:000\$, um e outro pagaveis em prestações mensaes.

Art. 2.º No caso de impedimento por molestia ou de licença, o Presidente da Republica vencerá metade do subsidio.

Art. 3.º O Vice-Presidente ou qualquer dos seus substitutos, quando no exercicio pleno das funções presidenciaes, nos termos do art. 41 da Constituição, perceberá o mesmo subsidio fixado para o Presidente.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de outubro de 1902, 1.ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sobino Barroso Junior.

DECRETO N. 891 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira, lente cathedratico da Faculdade de Di-

reito de S. Paulo, para tratar de sua saúde na Europa ;
revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de outubro de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 892 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1902

Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1^o do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.

Capital Federal, 31 de outubro de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 894 (*) — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a transferir para Manoel Maria Vélles a concessão feita a Julio Benavides, em 7 de outubro de 1892, podendo prorogar-a por mais cinco annos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a transferir para Manoel Maria Vélles, ou companhia que organizar, a concessão

(*) Com o n. 893 não houve acto algum.

feita a Julio Benavides pelo decreto n. 99, de 7 de outubro de 1892, podendo prorroga-la por mais cinco annos, si julgar conveniente ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 895 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, a João da Matta Macedo, ajudante de estação de 1^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao ajudante de estação de 1^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, João da Matta Macedo, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 896 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1902

Reduz de 15 a 10 annos o tempo de serviço exigido pelo art. 335 do regulamento dos Correios da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.^o Fica reduzido de 15 a 10 annos o tempo de serviço exigido pelo art. 335 do regulamento dos Correios da Republica,

afim de que os respectivos carteiros comecem a perceber a gratificação adicional relativa ao tempo de serviço postal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1902, 14.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 897 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 77:521\$899, para pagamento de vencimentos ao pessoal do Corpo de Patrões-Móres; a um capitão de mar e guerra e um capitão de fragata, promovidos, e a tres medicos de 5.ª classe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de setenta e sete contos quinhentos vinte e um mil oitocentos noventa e nove réis (77:521\$899), sendo cincoenta e sete contos novecentos setenta e tres mil e duzentos réis (57:973\$200) para pagamento de vencimentos ao pessoal do Corpo de Patrões-Móres creado pelo decreto legislativo n. 695, de 1900, e dezenove contos quinhentos quarenta e oito mil seiscentos noventa e nove réis (19:548\$699) para pagamento da differença de vencimentos de um capitão de mar e guerra e um capitão de fragata, promovidos, e dos vencimentos de tres medicos de 5.ª classe nomeados; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1902, 14.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Jose Pinto da Luz.

DECRETO N. 898 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:000\$, para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboya o premio e a impressão da obra que publicou sob o titulo «Tratado de Cirurgia Contemporanea».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:000\$, para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboya, lente jubilado e director honorario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o premio de 3:000\$ e a impressão de 1.000 exemplares, segundo a avaliação feitas pela Imprensa Nacional, no valor de 7:000\$, da obra que publicou sob o titulo *Tratado de Cirurgia Contemporanea*, que obteve approvação da congregação da mesma Faculdade, nos termos do Codigo do Ensino Superior ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de novembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 899 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, sem ordenado, a licença em cujo goso se acha o lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Samuel da Gama Costa Mac-Dowell.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a prorogar por um anno, sem ordenado, a licença em cujo goso se acha o lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Samuel da Gama Costa Mac-Dowell, affin de tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de novembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

LEI N. 900 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1902

Fixa as forças de terra para o exercício de 1903

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º As forças de terra para o exercício de 1903 constarão:

§ 1.º Dos officiaes das differentes classes do Exercito.

§ 2.º Dos alumnos das Escolas Militares até 800 praças.

§ 3.º De 28.160 praças de pret, distribuidas de accordo com a organização em vigor, as quaes poderão ser elevadas ao dobro ou mais em circumstancias extraordinarias.

Art. 2.º Estas praças serão obtidas pela fôrma expressa no art. 87, § 4º, da Constituição e na lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874, com as modificações estabelecidas nos arts. 3º e 4º da lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892, continuando em vigor o paragrapho unico do art. 2º e o art. 3º da lei n. 394, de 9 de outubro de 1896.

Art. 3.º Enquanto não for executado o sorteio militar, o tempo de serviço para os voluntarios será de tres annos, podendo o engajamento dos que tiverem concluido esse tempo de serviço ter logar por mais de uma vez e por tempo nunca menor de tres annos.

Art. 4.º As praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem sem interrupção nas fileiras com engajamento por tres annos, pelo menos, terão direito á importancia em dinheiro das peças de fardamento que se abonam gratuitamente aos recrutas no ensino e bem assim á gratificação diaria de 250 réis estipulada na lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894.

Art. 5.º As ex-praças que de novo se alistarem com engajamento ou reengajamento por tres annos terão direito á importancia em dinheiro das peças de fardamento que se abonam aos recrutas gratuitamente no ensino e á gratificação diaria de 125 réis.

Art. 6.º O Governo providenciará para que nas colonias militares sejam convenientemente localisadas as praças que o desejarem, quando forem excusas do serviço por conclusão de tempo, garantindo-as na posse dos respectivos lotes.

Art. 7.º O Ministerio da Guerra terá um registro dos voluntarios, segundo os Estados onde tenham verificado praça, para o fim de deduzir-se annualmente, do contingente a ser sorteado em cada Estado (Constituição, art. 87 e seus paragraphos), o numero daquelles voluntarios.

Art. 8.º O Governo animará a creação do tiro nacional, instituindo premios pecuniarios e medalhas de distincção para serem conferidas annualmente, em concurso solemne, aos

melhores atiradores, deduzindo-se opportunamente da verba — Instrução militar — do orçamento do Ministerio da Guerra, a importancia que for necessaria á realização desse serviço.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de novembro de 1902, 14.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mellet.

DECRETO N. 991 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1902

Torna extensivos os beneficios do art. 1.º da lei n. 529, de 2 de dezembro de 1898, aos militares amnistiados pelo art. 2.º da lei n. 533, de 7 de dezembro do mesmo anno e submettidos a conselho de guerra ao tempo da promulgação daquella lei.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º São extensivos os beneficios do art. 1.º da lei n. 529, de 2 de dezembro de 1898, aos militares amnistiados pelo art. 2.º da lei n. 533, de 7 de dezembro do mesmo anno e que, tendo sido submettidos a conselho de guerra, estivesse esse em andamento, ou quando terminado, pendente de qualquer recurso inclusive o de revisão para o Supremo Tribunal Federal, ao tempo da promulgação da referida lei n. 529, de 2 de dezembro de 1898.

Art. 2.º Para os effeitos do artigo antecedente fica o Governo autorizado a abrir os creditos necessarios.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1902, 14.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mellet.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 902 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1902

Concede ao Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Ficam concedidos ao Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 903 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de \$:000\$, para ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de \$:000\$, para ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia, nomeado pela respectiva congregação para desempenho da commissão de que trata o art. 216 do Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario; fazendo as necessarias operações de credito e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de novembro de 1902, 14^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 904 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1902

Regula a naturalização de estrangeiros

Francisco de Assis Rosa e Silva, Presidente do Senado:

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º São considerados cidadãos brasileiros (Constituição, art. 69, §§ 1 a 6):

§ 1.º Os nascidos no Brazil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação.

§ 2.º Os filhos de pae brasileiro e os illegítimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica.

§ 3.º Os filhos de pae brasileiro, que estiver em outro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se.

§ 4.º Os estrangeiros que, achando-se no Brazil a 15 de novembro de 1889, não declararem até 24 de agosto de 1891 o animo de conservar a nacionalidade de origem, segundo o processo estabelecido nos decretos n. 58 A, de 14 de dezembro de 1889 e de 15 de maio de 1890.

§ 5.º Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade.

§ 6.º Os estrangeiros que requererem a naturalização, de accordo com a presente lei.

Art. 2.º Os estrangeiros naturalizados gozarão de todos os direitos civis e politicos e poderão desempenhar quaesquer cargos ou funções publicas.

Parapho unico. Exceptuam-se os cargos :

I. De Presidente o Vice-Presidente da Republica ;

II. De senador ou deputado ao Congresso Nacional, sem que tenham para o primeiro mais de seis annos de cidadão brasileiro, e para o segundo mais de quatro annos.

Art. 3.º A naturalização não subtrah os naturalizados ás obrigações por elles contrahidas no paiz de origem antes de sua desnacionalização.

Art. 4.º Compete privativamente ao Presidente da Republica conceder titulo de naturalização aos estrangeiros que o requererem por si ou procurador com poderes especiaes.

Art. 5.º O naturalizando, na petição dirigida ao Governo Federal, fará as necessarias declarações quanto á filiação, naturalidade, estado, profissão ou especificação da prole, si a houver de legitimo consorcio, o domicilio ; cumprindo-lhe ainda provar com documentos :

I. Identidade de pessoa ;

II. Maioridade legal ;

III. Residencia no Brazil pelo tempo de dous annos, no minimo;

IV. Bom procedimento moral e civil, provado por documento official.

Art. 6.º O requisito de residencia será dispensado :

I. Ao estrangeiro casado com brasileira ;

II. Ao que possuir bens immoveis no Brazil ;

III. Ao que tiver parte em algum estabelecimento industrial ou for inventor ou introductor de um genero de industria util ao paiz ;

IV. Ao que se recommendar por seus talentos e letras, ou por sua aptidão profissional em qualquer ramo de industria ;

V. Ao filho do estrangeiro naturalizado, nascido fóra do Brazil antes da naturalização do pae.

Art. 7.º Para os effeitos legais constituem prova bastante as certidões extrahidas dos livros de notas e repartições officiaes, e bem assim os attestados passados por qualquer autoridade judiciaria, municipal ou policial da União ou dos Estados.

Art. 8.º O titulo de naturalização, assignado pelo Presidente da Republica e referendado pelo Ministro do Interior, será registrado na respectiva secretaria, depois de ter o naturalizando, por si ou por procurador, passa-lo recibo do mesmo titulo, que considerav-se-ha de nenhum effeito quando não solicitado no prazo de seis mezes.

Art. 9.º O processo de naturalização referente aos estrangeiros residentes nos Estados se organizará :

§ 1.º Perante a secretaria competente do Governo estadual, que o transmittirá ao Ministerio do Interior para os effeitos da concessão e registro do titulo, que será reenviado ao Governo referido, afim de ser entregue ao naturalizando.

§ 2.º Perante o presidente ou chefe do governo municipal, que o remetterá informado ao presidente ou governador do Estado, para os fins do paragrapho anterior.

Art. 10. Na secretaria competente do Governo estadual haverá tambem um livro proprio ao registro de titulos de naturalização.

Art. 11. O prazo para entrega do titulo nos Estados será de um anno, contado da data do recebimento na secretaria do Governo. Esgotado o dito prazo e não sendo reclamado aquelle documento, far-se-ha a devolução ao Ministro do Interior, para os effeitos do art. 8.º, *in fine*.

Art. 12. Independente de quaesquer formalidades, serão expedidos *titulos declaratorios de cidadão brasileiro* aos que o requererem por si, provando as condições do art. 1.º, §§ 2º, 3º, 4º e 5º desta lei.

§ 1.º O Ministro do Interior é o competente para assignar os titulos referidos, applicando-se, quanto ao processo de concessão e registro, as disposições dos arts. 7º e 8º.

§ 2.º Para os estrangeiros tacitamente naturalizados em virtude do art. 69, § 4.º, da Constituição, equivalem a titulos declaratorios de cidadãos brasileiros os seguintes documentos expedidos até a data desta lei :

- 1) Os titulos de eleitor federal ;
- 2) Os decretos e portarias de nomeação para cargos publicos, federaes ou estaduais.

Art. 13. Não é permittida a naturalização de estrangeiros que, no paiz ou fóra d'elle, estiverem pronunciados ou tiverem sido condemnados por crime de homicidio, furto, roubo, bancarota, falsidade, contrabando, estellionato, moeda falsa e lenocinio.

Art. 14. Ficam isentos de quaesquer custas, sellos e emolumentos os papeis referentes á naturalização de estrangeiros ou prova de ser cidadão brasileiro.

Art. 15. No regulamento que o Governo expedir para a execução desta lei, além do um formulario do processo de naturalização estabelecerá as necessarias providencias no sentido de ser organizado em prazo breve um quadro estatístico de todos os estrangeiros residentes no territorio nacional e tacitamente naturalizados em virtude da Constituição e leis anteriores.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 12 de novembro de 1902, 14.ª da Republica.

DR. FRANCISCO DE ASSIS ROSA E SILVA.

DECRETO N. 905 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder nove mezes de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao thesoureiro da Sub-Administração dos Correios de Uberaba, Irineu de Mello Franco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder nove mezes de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao cidadão Irineu de Mello Franco, thesoureiro da Sub-Administração dos Correios de Uberaba, para tratar de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1902, 14.ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 906 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1902

Manda contar, para o effeito da aposentadoria, ao engenheiro civil João Victor de Magalhães Gomes, o tempo em que exerceu effectivamente o cargo de engenheiro de districto da ex-provincia de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Para o effeito da aposentadoria, será contado ao engenheiro civil João Victor de Magalhães Gomes o tempo em que exerceu effectivamente o cargo de engenheiro de districto da ex-provincia de Minas Geraes ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de novembro de 1902, 14^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Antonio Augusto da Silva.

DECRETO N. 907 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1902

Deroga o art. 3º e paragraphos da lei n. 620, de 11 de outubro de 1899, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Ficam derogados o art. 3º e paragraphos da lei n. 620, de 11 de outubro de 1899, para que sejam restabelecidos o art. 7º e paragraphos da lei n. 153, de 3 de agosto de 1893.

Paragrapho unico. A cidade de Petropolis continuará como sede do 4º districto eleitoral.

Art. 2.º A cidade de Bello Horizonte fica sendo a sede do 1º districto eleitoral do Estado de Minas Geraes.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de novembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 908 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1902

Reduz a tres mezes o prazo estabelecido na lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, para duração da incompatibilidade dos magistrados estaduais.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica reduzido a tres mezes o prazo estabelecido na lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, para duração da incompatibilidade dos magistrados estaduais, em qualquer hypothese de cessação das respectivas funções, quer por exoneração ou aposentadoria, quer por ficarem avulsos ou em disponibilidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de novembro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 908 A — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1902

Regula a collação do titulo de engenheiro geographo a alumnos da Escola Polytechnica da Capital Federal e da Escola de Minas de Ouro Preto.

Francisco de Assis Rosa e Silva, Presidente do Senado :

Faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei :

Art. 1.º Aos alumnos da Escola Polytechnica da Capital

Federal, que terminarem os estudos do curso geral, de accordo com o regulamento de 1896, será mantido o titulo de engenheiro geographo.

Art. 2.º Igual titulo será tambem conferido aos alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto, que terminarem os estudos do curso fundamental, de accordo com o actual regulamento da mesma escola.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 13 de novembro de 1902, 14.º da Republica.

DR. FRANCISCO DE ASSIS ROSA E SILVA.

DECRETO N. 910 (*) — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 100:000\$, para pagamento das despezas accrescidas ás previstas no art. 8º, n. 24, rubrica — Obras — da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de cem contos de réis (100:000\$), para pagamento das despezas accrescidas ás previstas no art. 8º, n. 24, sob a rubrica—Obras—da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900; fazendo as operações necessarias e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de novembro de 1902, 14.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

(*) Com o n. 909 não houve acta algum.

DECRETO N. 911 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, 1.º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. O Poder Executivo é autorizado a conceder ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, 1º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco, um anno de licença com todo o ordenato, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de novembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 912 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao capitão-tenente Virtulino de Magalhães Moreira Sampaio um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao capitão-tenente da Armada Virtulino de Magalhães Moreira Sampaio, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de novembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 913 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1902

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 30 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 30 de dezembro do corrente anno.

Capital Federal, 29 de novembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 914 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder oito mezes de licença, sem vencimentos, ao Dr. Pedro Pereira Chermont Rayol, substituto do juiz federal na secção do Pará, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizarlo a conceder oito mezes de licença, sem vencimentos, ao Dr. Pedro Pereira Chermont Rayol, juiz substituto federal no Estado do Pará, para tratar de sua saúde, dentro ou fora da Republica; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 915 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 65:000\$, complementar á verba — Obras — n. 24 do art. 9º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para occorrer ás despesas necessarias e urgentes na Secretaria de Estado, no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha e na ponte do Arsenal desta Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 65:000\$, complementar á verba — Obras — n. 24 do art. 9º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para occorrer a despesas necessarias e urgentes na Secretaria de Estado, no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha e na ponte do Arsenal desta Capital Federal; fazendo-se as necessarias operações de credito e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 916 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:000\$, para premio e publicação do trabalho « Sciencia das Finanças » do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:000\$, sendo 3:000\$ para pagamento do premio arbitrado pelo Governo ao Dr. João Pedro da Veiga Filho, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, pelo seu trabalho « Sciencia das Finanças », e 2:000\$ no maximo, para publicação de 1.000 exemplares do mesmo trabalho, na Imprensa Nacional; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 917 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1902

Adia para 18 de fevereiro vindouro as eleições federaes a que se tinha de proceder em 28 do corrente mez.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam adiadas para o dia 18 de fevereiro de 1903 as eleições federaes para a Camara dos Deputados e para a renovação do terço do Senado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 918 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito necessario ao pagamento devido a Conrado Alves de Medeiros, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito necessario para cumprir a sentença do Supremo Tribunal Federal que condemnou a Fazenda Nacional a pagar a Conrado Alves de Medeiros a quantia de 24:000\$, além dos juros da móra e custas *pro rata*, como indemnização de gastos por elle fornecidos ás forças legaes no Rio Grande do Sul, durante a guerra civil; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 919 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao sub-director do Tribunal de Contas, Francisco da Silva Medella.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, a Francisco da Silva Medella, sub-director do Tribunal de Contas, para tratar de sua saude, onde julgar conveniente; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1902, 11^a da Republica

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 920 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a pagar aos inferiores da Armada a differença de vencimentos que deixaram de receber, e de outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a pagar aos inferiores da Armada a differença de vencimentos que deixaram de receber, nos termos do regulamento que baixou com o decreto n. 2207, de 30 de dezembro de 1895, por ter a lei do orçamento apenas providenciado sobre a despesa com as duas classes de artífices, creadas pelo regulamento de 17 de março de 1899, cuja execução fôra aliás sustada pela lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, pelo art. 1.º § 2.º.

Art. 2.º E' mantido para todos os effeitos o regulamento que baixou com o decreto n. 3234, de 17 de março de 1899.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessario credito para pagamento do pessoal a que se refere o art. 1.º.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 921 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis mezes a licença concedida ao 3º escriptuario da Alfândega de Pernambuco, Grato da Silveira Bastos Varella.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a prorogar por seis mezes, com o ordenado a que tiver direito, a licença concedida ao 3º escriptuario da Alfândega de Pernambuco, Grato da Silveira Bastos Varella.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 922 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1902

Releva a pena de prescrição em que incorreu D. Anna Coelho de Figueiredo relativamente á importância de 216\$, proveniente da differença entre o meio soldo integral que lhe caberia e o que recebeu no periodo de 19 de janeiro de 1869 a 18 de janeiro de 1884, e autoriza a abertura do credito preciso para tal pagamento.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que incorreu D. Anna Coelho de Figueiredo, viuva do capitão Joaquim Soares de Figueiredo, no valor de 216\$, correspondente á differença entre a importância do meio soldo incompleto que recebeu e a do meio soldo integral que lhe caberia no periodo decorrido de 19 de janeiro de 1869 a 18 de janeiro de 1884, e autorizada a abertura do credito necessario para seu pagamento.

Art. 2.º Para os effeitos desta lei revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 923 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1902

São abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 7:950\$ á verba 6^a — Secretaria do Senado — e de 5:926\$654 á verba 8^a — Secretaria da Camara dos Deputados — do corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.^o E' aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 7:950\$ á verba 6^a — Secretaria do Senado Federal, no corrente exercicio, para pagamento do augmento da despesa com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional, de 25 de fevereiro a 3 de maio ultimos, e com a reunião do mesmo Congresso para apurar a eleição do Presidente da Republica.

Art. 2.^o E' igualmente aberto o credito supplementar á verba 8^a — Secretaria da Camara dos Deputados, na importância de 5:926\$654, sendo: 1:926\$654, para pagamento dos vencimentos a que tem direito o porteiro do salão e um continuo dispensados do serviço por acto de 19 de setembro do corrente anno, correspondentes desta data até 31 de dezembro desse anno, e 4:000\$ para despesas eventuaes e extraordinarias.

Art. 3.^o Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as necessarias operações de credito; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 924 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1902

E' aberto á verba 6^a — Secretaria do Senado — do orçamento em vigor, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 1:706\$556, para pagamento de vencimentos a um 1.^o official e a um continuo, dispensados do serviço.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' aberto á verba 6^a — Secretaria do Senado — do orçamento em vigor, do Ministerio da Justiça e Negocios In-

teriores, o credito supplementar de 1:706\$666, destinado ao pagamento dos vencimentos, desde 28 de outubro, em que foram dispensados do serviço, até 31 de dezembro do corrente anno, a um 1º official e a um continuo, sendo: 1:280\$ ao primeiro e 426\$666 ao segundo; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 925 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para pagamento do premio de viagem conferido a Pedro Demosthenes Rache.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para pagamento do premio de viagem de que trata o art. 221 doCodigo de Ensino, conferido a Pedro Demosthenes Rache; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 926 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com ordenado, a licença concedida ao bacharel Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a prorogar por um anno, com ordenado, a licença concedida em virtude do decreto n. 807, de 7 de dezembro de 1901, ao Dr. Zacharias do

Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,

J. J. Seabra.

LEI N. 927 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1902

Fixa a força naval para o anno de 1903

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A força naval da Republica para o anno de 1903 constará:

§ 1.º Dos officiaes da Armada e classes annexas, conforme os respectivos quadros;

§ 2.º De 120, no maximo, aspirantes a guardas-marinha;

§ 3.º De 4.000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, inclusive 150 praças para as companhias de foguistas e 100 para a companhia de Matto Grosso;

§ 4.º De 900 foguistas contractados;

§ 5.º De 1.500 aprendizes marinheiros;

§ 6.º De 500 praças do Corpo de Infantaria de Marinha.

Art. 2.º Em tempo de guerra a força naval constará do dobro do pessoal de que tratañ os §§ 3.º, 4.º, 5.º e 6.º.

Art. 3.º As praças e ex-praças que se engajarem por mais de tres annos, e, em seguida, por dous, pelo menos, terão direito, em esde engajamento, ao valor, em dinheiro, das peças de fardamento gratuitamente distribuidas aos recrutas.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 928 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.463:823\$816, supplementar á verba n. 24, art. 9º, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de mil quatrocentos sessenta e tres contos oitocentos vinte e tres mil oitocentos e dezeseis réis (1.463:823\$816), supplementar á verba n. 24, art. 9º, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1902, 1ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 929 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:860\$207, para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao escrivão do almoxarifado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Francisco Mauricio de Abreu.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:860\$207, para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao escrivão do almoxarifado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Francisco Mauricio de Abreu, relativamente ao periodo decorrido da 13 de janeiro de 1899 a 26 de outubro de 1900, em que esteve suspenso do exercicio para responder a processo civil, por crime de responsabilidade, em occurrencias naquello estabelecimento, sendo absolvido e julgada improcedente a denuncia contra o mesmo datta; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1902, 1ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 930 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder dous annos de licença, com soldo simples, sómente no primeiro anno, ao capitão do corpo de estado-maior do Exercito, Pedro Botelho da Cunha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder dous annos de licença, com soldo simples, sómente no primeiro anno, ao capitão do corpo de estado-maior do Exercito, Pedro Botelho da Cunha, para tratar de negocios do seu interesse dentro do paiz.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argello.

DECRETO N. 931 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de cincoenta contos de réis (50:000\$), para satisfazer as despesas de representação e cortezia naval para com as marinhas estrangeiras que se fizeram representar por occasião de ser commemorado o 13º anniversario da Republica e empossado o novo Presidente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de cincoenta contos de réis (50:000\$000), para satisfazer as despesas de representação e cortezia naval para com as marinhas estrangeiras que se fizeram representar por occasião de ser commemorado o 13º anniversario da Republica e empossado o novo Presidente; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 932 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:000\$, para attender á restituição do deposito de igual quantia feito por Adolpho Gomes Netto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:000\$, para attender á restituição do deposito de igual quantia feito em moedas de bronze por Adolpho Gomes Netto, para garantia da responsabilidade do logar de fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 933 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 705\$600, para pagamento da indemnização devida a Joaquim Gomes de Souza Braga, em virtude da sentença do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 705\$600, para cumprir a sentença do Supremo Tribunal Federal que condemnou a Fazenda Nacional a indemnizar a Joaquim Gomes de Souza Braga da quantia que pagou, não só pelo laudêmio, como pelo imposto predial em debito ao tempo em que arrematou um predio, em virtude de execução que a mesma fazenda moveu contra o ex-thezoureiro da Estrada do Ferro Central do Brazil, Joaquim da Silva Guimarães; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 934 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1902

Concede a D. Lucia Barbosa de Amorim a reversão da pensão mensal de 36\$000 que recebia seu marido, o alferes honorario do Exército, Luiz Alves Dantas de Amorim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º É concedida a D. Lucia Barbosa de Amorim, viuva do alferes honorario do Exército, Luiz Alves Dantas de Amorim, a reversão da pensão mensal de 36\$900 que recebia seu marido, por serviços prestados na guerra do Paraguay.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1902, 11ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 935 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 120:939\$207, suplementar á verba 32ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 120:939\$207, suplementar á verba 32ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901 ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1902, 11ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 936 --- DE 27 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito de 426:618\$352, suplementar á verba 11.ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito de 426:618\$352, suplementar á verba 11.ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901; fazendo as necessárias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 937 --- DE 27 DE DEZEMBRO DE 1902

Determina que na liquidação do tempo de serviço para a concessão de meio soldo e montepio não se descontará o que for passado no gozo de licença para tratamento de saúde, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Na liquidação do tempo de serviço para a concessão do meio soldo e montepio não se descontará aquelle que for passado no gozo de licença para tratamento de saúde; ficando, outrossim, em vigor as disposições dos decretos ns. 1.388, de 21 de fevereiro de 1891 e 1051, de 20 de setembro de 1892.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 938 -- DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Determina que as sentenças finais da competência do Supremo Tribunal Federal sejam proferidas com a presença de dez, pelo menos, dos juizes desimpedidos daquelle Tribunal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Sempre que o Supremo Tribunal Federal tiver de julgar, nos casos de sua competência, comprehendida no art. 59, ns. 1 e 3 da Constituição, ou quando em qualquer pleito se envolver questão de inconstitucionalidade das leis da União ou dos Estados e de tratados federaes, as decisões finais serão proferidas com a presença de dez, pelo menos, dos seus membros desimpedidos.

Art. 2.º Dentro de 30 dias depois de verificada a vaga entre os juizes do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da Republica deverá prover o seu preenchimento.

Art. 3.º Poder-se-ha oppor embargos de nullidade de sentença o do processo, bem como embargos infringentes do julgado ás sentenças finais do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4.º Nos julgamentos das appellações e embargos será permitido ás partes o debate oral, guardadas as formalidades que o Regimento estatuir para boa ordem dos trabalhos.

Art. 5.º E' abolida a excepção prescripta no paragrapho unico do art. 1.º do decreto n. 363, de 6 de janeiro de 1896.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

LEI N. 939 -- DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Reorganisa o Districto Federal e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

CAPITULO I

Disposições preliminares

Art. 1.º O Conselho Municipal do Districto Federal compor-se-ha de 10 intendentes, um dos quaes o presidirá, por eleição de seus pares.

Paragrapho unico. A Capital Federal constituirá um só districto eleitoral.

Art. 2.º E' de dous annos improrogaveis a duração do mandato legislativo municipal, que terminará a 15 de novembro do segundo anno, qualquer que seja a época da eleição.

Art. 3.º No caso de annullação da eleição, ou em qualquer outro de força maior que prive o Conselho Municipal de se compor ou de se reunir, o Prefeito administrará e governará o districto, de accordo com as leis municipaes em vigor.

Paragrapho unico. Reunido o Conselho, o Prefeito enviar-lhe-ha uma mensagem, informando-o de todos os actos de sua gestão no periodo provisorio em que tiver administrado o districto.

Art. 4.º O Conselho Municipal reunir-se-ha duas vezes por anno, em sessões ordinarias, sendo uma de 2 de abril a 31 de maio e a outra de 1 de setembro a 31 de outubro, ambas improrogaveis.

Paragrapho unico. Poderá, contudo, ser convocado extraordinariamente o Conselho pelo Prefeito Municipal, ou pelo presidente do dito Conselho, precedendo neste caso requerimento escripto e fundamentado, pelo menos, de seis de seus membros.

Art. 5.º Os intendentes municipaes perceberão o subsidio de 40\$ diários, durante as sessões ordinarias.

Art. 6.º O Prefeito será nomeado por decreto, dentre os cidadãos brasileiros de reconhecida competencia.

§ 1.º O Prefeito perceberá o vencimento annual de 36:000\$, sendo a terça parte considerada gratificação.

§ 2.º O Prefeito nos seus impedimentos ou faltas terá substituto por nomeação do Presidente da Republica.

§ 3.º O substituto do Prefeito terá direito aos vencimentos totaes ou simplesmente á gratificação do Prefeito, conforme a licença a este concedida for sem ordenado ou com elle.

CAPITULO II

Do governo municipal

Art. 7.º Compete ao Conselho Municipal:

§ 1.º Estabelecer, para os casos de infracção, penas de multa até 1:000\$, prisão até 15 dias, bem como, cumuladas ou não, as de cassação de licença, fechimento, interdicção, destihamento e demolição de predios, obras e construcções, apprehensão, destruição dos bens apprehendidos e venda delles por conta e risco de seus donos, despejo, sequestro e venda de objectos para indemnização de despezas feitas.

§ 2.º Crear depositos municipaes, onde serão recolhidos os objectos apprehendidos em virtude de execução de posturas, bem como as quantias que devem ser depositadas pela Municipalidade ou por terceiros, em virtude de leis municipaes.

§ 3.º Legislar, no Districto Federal, sobre vias ferreas, ou qualquer outro systema de viação.

Art. 3.º É prohibida, sob pena de nullidade, a criação de emprego, cargo ou qualquer funcção municipal vitalicia.

§ 1.º As leis vigentes sobre vitaliciedade de funcionarios não se applicam aos funcionarios actuaes que não tiverem adquirido esse direito.

§ 2.º Esta disposição não comprehende os professores municipaes, normalistas, effectivos e os que tiverem sido nomeados por concurso, contanto que tenham, pelo menos, cinco annos de serviço.

Art. 9.º Os contractos para fornecimentos, execução de serviços municipaes e obras que não forem executados por administração, serão sempre feitos por concorrência publica, quando excedam de 2:000\$000.

Art. 10. Nenhum emprestimo municipal poderá ser contratado no estrangeiro, sem autorização do Congresso Nacional.

CAPITULO III

Da Fazenda Municipal

Art. 11. Competem á Fazenda Municipal todos os favores e privilegios de que presentemente goza e de que vier a gozar a Fazenda Federal, sendo applicavel tambem a seus representantes judiciaes o disposto no art. 51 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894.

Art. 12. Excederão sempre da alçada do Juizo, em beneficio da Fazenda Municipal, as causas em que ella for interessada.

Art. 13. No processo executivo fiscal, versará originariamente a penhora sobre os predios ou seus rendimentos, a juizo do representante da Fazenda Municipal.

Art. 14. As desapropriações em que for interessada a Municipalidade serão reguladas pela mesma lei que vigorar para a União.

Art. 15. Os processos de infracção de leis e posturas municipaes são isentos de sellos e taxa judicialia. Quando, porém, condemnado o réo, á importancia das custas por elle devida se addicionará a dos sellos e taxa.

Art. 16. Não podem as autoridades judiciaes, quer federaes, quer locaes, modificar ou revogar as medidas e actos administrativos, nem conceder interdictos possessorios contra actos do Governo Municipal exercidos *ratione imperii*.

Art. 17. Fica salvo ao particular lesado o direito de reclamar judicialmente as perdas e damnos que lhe couberem, si o acto administrativo tiver sido illegal, ou si nello tiver havido excessos de poderes. O juiz competente se limitará a examinar si o acto em questão foi ou nao emanado da autoridade competente, está ou não de accordo com as leis e regulamentos administrativos, federaes ou municipaes, em vigor no districto.

Art. 18. Os autos lavrados pelos funcionarios administrativos municipaes farão fé sobre os factos a que se refert-

rem, até prova em contrario, e independentemente da confirmação em Juizo pelos ditos funcionarios.

Art. 19. Os autos de infracção serão lavrados em duplicata, sendo um exemplar remettido á Procuradoria dos Feitos e outro deixado no local em que habitar ou for encontrado o infractor ou o responsavel pela infracção, com a declaração de que este se considera citado para pagar a multa dentro do prazo marcado na lei, ou se vier processar, findo tal prazo. Além disso será inscripto no jornal, que publicará o expediente da Prefeitura, um aviso relativo a cada autuação, com todas as declarações e communicacões.

Art. 20. O processo de infracção de leis e posturas municipales será oral, correrá perante o Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal e dois prelores designados, mensalmente, como vogaes, pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal, por escala, na ordem numerica das Pretorias.

§ 1.º Será iniciado o findo na mesma audiencia e, no maximo, na seguinte, representada a accusação pelos procuradores ou solicitadores dos Feitos da Fazenda Municipal.

§ 2.º Na defesa, que será oral e produzida pela parte ou seu advogado, poderá o accusado juntar documentos ou produzir testemunhas, que serão inquiridas juntamente com as da accusação, si as houver, summariamente e de plano, sem termo de assentada. Estas diligencias ficarão constando de acta resumida, e logo após será feito o relatorio e proferida a sentença por maioria de votos.

§ 3.º A appellação só poderá ser interposta na mesma audiencia em que for proferida a sentença, quando a parte estiver presente, por si ou seu procurador; e, no caso de revelia, 48 horas depois de publicada no jornal official da Prefeitura a acta do julgamento. Em qualquer dos casos só poderá seguir a appellação, si o infractor pagar ou depositar a importancia da multa dentro do prazo de oito dias. Quando a pena for de prisão, só poderá seguir a appellação depois de preso o infractor ou de prestada fiança.

§ 4.º As razões de appellação poderão as partes juntar documentos, bem como justificações que hajam produzido no Juizo dos Feitos, com citação do representante da Fazenda Municipal.

Art. 21. Quando, perante o Juizo dos Feitos, for necessario vistoria, exame ou qualquer outra diligencia, a audiencia do julgamento será adiada para oito dias depois, e, findo este prazo, o processo será julgado afinal, independentemente do resultado da diligencia, que o interessado juntará ás razões de appellação, si lhe convier.

Art. 22. Os processos e diligencias referentes a predios, terrenos ou obras, sua demolição ou interdicção, correrão contra os respectivos proprietarios, sem dependencia da citação do outro conjugue, quando casados, segundo o regimen commum, ou contra seus procuradores, quando conhecidos.

Paragrapho unico. No caso de não ser conhecido o proprietario, nem o procurador, ou de não serem encontrados, se-

guirão os processos seus termos com o curador de ausentes, e em virtude do edital, até que se apresente alguém pelo proprietário, sem que a este seja permitido o direito a qualquer reclamação contra a Fazenda Municipal.

Art. 23. Quando se tratar de infração de posturas sobre obras, demolição, interdição ou despejo, e cassação de licença ou de clausura de estabelecimento, além do processo criminal respectivo, será afixado no local da infração um edital que dê conhecimento ao interessado da pena imposta ou da diligência a cumprir, incorrendo nas penas que forem estabelecidas os que desrespeitarem o prescripto no edital.

Art. 24. As obras de qualquer natureza, feitas em desacordo com as leis municipaes, se considerarão logo e effectivamente embargadas, pela afixação do edital de que trata o artigo antecedente, sem prejuizo do processo criminal de infração.

Art. 25. O despejo das pessoas que occuparem os imoveis embargados ou interdictados, bem como a remoção dos objectos que nelles possam existir, serão effectuados por intermedio da Policia, mediante requisição das autoridades municipaes, sem intervenção do Poder Judiciario.

Art. 26. Os termos constantes dos livros das Reparações municipaes, de contractos e obrigações, bem como os de entrega, cessão ou doação de immoveis para abertura ou melhoramento de ruas e logradouros publicos, tem força de escriptura publica, independendo, qualquer que seja seu valor, de insinuação, transcrição para que valham contra terceiros e da outorga da mulher, quando casado o contractante pelo regimen communum.

Art. 27. Nenhum procedimento judicial poderá ser intentado, nenhuma escriptura publica poderá ser lavrada, nenhuma partilha, divisão, transmissão ou entrega de bens será julgada por sentença, desde que se refiram a pessoas, negocios ou bens sujeitos a impostos municipaes, sem que conste quitação dos impostos respectivos, devendo os respectivos conhecimentos ou certidões constar dos alludidos actos, sob pena de multa de 100\$ a 500\$ ás autoridades ou funcionarios que em taes actos intervierem. A multa será imposta pelo Prefeito e cobrada executivamente.

CAPITULO IV

Da eleição municipal

SECÇÃO I

DOS ELEITORES MUNICIPAES E DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 28. Terão voto na eleição a que se proceder para constituição do Conselho Municipal do Districto Federal sómente os cidadãos que forem alistados na forma desta lei.

Art. 29. São eleitores municipaes os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e politicos, que tiverem um anno de residencia, pelo menos, no Districto Federal.

Art. 30. Prevallecem as incompatibilidades definidas no art. 4.º da lei n. 85, de 29 de setembro de 1892, e no art. 14 da lei n. 248, de 15 de dezembro de 1894.

SECÇÃO II

DO ALISTAMENTO ELEITORAL

Art. 31. O alistamento dos eleitores municipaes será organizado por uma *Junta*, composta de dous juizes do Tribunal Civil e Criminal, sorteados em sessão 10 dias antes da época estabelecida, de tres pretores também sorteados na mesma occasião e de um dos promotores publicos que for designado pelo Ministro da Justiça.

§ 1.º No mesmo acto serão sorteados outros tantos juizes o pretores, que servirão de supplentes na ordem do sorteio.

§ 2.º Presidirá a junta o Juiz sorteado mais antigo do Tribunal Civil e Criminal.

§ 3.º Não haverá incompatibilidade entre os membros da Junta de alistamento.

§ 4.º Para os effeitos e regularidade do alistamento, será este organizado por districtos municipaes que obedeçam a divisão judiciaria vigente.

Art. 32. No dia 20 de janeiro será iniciado o alistamento dos eleitores, precedendo editaes de convocação com 10 dias de prazo e assignados pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal.

§ 1.º A Junta de alistamento funcionará no edificio da Intendencia Municipal 60 dias consecutivos, contados da data de sua installação, em sessões publicas, que se realizarão diariamente das 11 horas da manhã ás 4 da tarde.

§ 2.º Não poderá funcionar a Junta sem que compareça a maioria de seus membros, incorrendo na multa de 500\$ a 1:000\$ os que faltarem sem justificação de motivo. A multa será imposta pelo presidente da Corte de Appellação.

§ 3.º Todas as deliberações da Junta serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

§ 4.º O presidente será substituido pelo outro juiz do Tribunal Civil e Criminal e, na falta, pelo pretor mais antigo dos que comparecerem.

§ 5.º No fim de cada sessão lavrar-se-ha uma acta circunstanciada, contendo todas as resoluções tomadas pela Junta.

§ 6.º As actas diarias serão lançadas em livros proprios, abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo presidente da Junta e pelo outro juiz do Tribunal Civil e Criminal que funcionar no mesmo alistamento.

§ 7.º Os livros e mais objectos necessários ao expediente do alistamento serão fornecidos pela Intendencia Municipal; competindo ao Prefeito designar funcionarios municipaes em numero sufficiente, mediante requisição do presidente da Junta, para servirem de escripturarios nos trabalhos desta.

Art. 33. Para ser alistado eleitor é preciso que o cidadão prove em requerimento dirigido á Junta:

I. Que é maior de 21 annos, servindo de prova a certidão de idade ou documento que a suppra nos termos da lei.

II. Que tem o domicilio de um anno no Districto Federal, servindo de prova attestado de autoridade judiciaria ou de delegado de policia.

III. Que sabe ler e escrever, servindo de prova o reconhecimento da lettra e firma do requerimento por notario publico; ou pela propria Junta, no caso do comparecimento pessoal do requerente.

Art. 34. Nenhum requerimento será recebido sem que dello conste o nome por extenso, a idade, a filiação, o Estado natal, a profissão e o districto municipal de residencia do requerente.

§ 1.º Ao requerente se dará recibo do requerimento com expressa declaração do numero dos documentos e da natureza destes.

§ 2.º Os requerimentos recebidos serão impreterivelmente despachados dentro do prazo de 48 horas.

§ 3.º Os despachos serão assignados pela Junta e delles não se negará certidão a qualquer cidadão que a requireira.

§ 4.º Até o quadragésimo dia do prazo designado para o seu funcionamento, a Junta receberá documentos para completar a prova exigida.

Art. 35. Terminados os trabalhos do alistamento, será este lançado, por ordem alphabetica e por districtos municipaes, em livros regularizados nos termos do art. 32, § 6º, e assignados pela Junta.

Art. 36. A relação nominal dos alistados será publicada no *Diario Official* e, conjuntamente, a relação dos requerimentos indeferidos.

Art. 37. Terminados definitivamente todos os trabalhos do alistamento, a Junta remetterá á secretaria do Tribunal Civil e Criminal os livros, requerimentos e mais papeis que tiverem servido para os referidos trabalhos.

SECÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 38. Das decisões da Junta de alistamento haverá recurso, no effeito devolutivo, para a Camara Criminal da Corte de Appellação.

Art. 39. No caso de inclusão indevida do eleitor, o recurso será interposto por qualquer cidadão com as qualidades de

eleitor municipal ; e sómente pelo prejudicado, no caso de não inclusão ou exclusão do alistamento.

§ 1.º O prazo para interposição do recurso será de 10 dias, contados da publicação do alistamento no *Diário Official*.

§ 2.º O recurso será interposto por um requerimento ao presidente da Junta, que o mandará incontinentemente autoar e tomar por termo no proprio requerimento.

§ 3.º Funcionarão nos recursos eleitoraes um ou mais escrivães designados pelo juiz presidente da Junta.

§ 4.º No prazo improrogavel de 24 horas o recorrente poderá arrazoar o recurso, instruindo-o com os documentos que entender a bem de seus direitos.

§ 5.º Decorrido esse prazo, com as razões ou sem ellas, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz presidente da Junta, que os mandará incontinentemente subir á superior instancia.

§ 6.º Apresentados os autos de recurso na Secretaria da Côte de Appellação, serão distribuidos ao juiz a quem competir, e julgados na primeira sessão da Camara Criminal, depois de relatados em mesa.

§ 7.º Provido o recurso, será devolvido ao juiz presidente da Junta, o qual fará contemplar no alistamento o eleitor recorrente, a quem expedirá o respectivo titulo, na conformidade desta lei.

SECÇÃO IV

DOS TITULOS DE ELEITORES

Art. 40. Trinta dias depois de terminado o prazo do alistamento, serão extrahidos na secretaria do Tribunal Civil e Criminal, pelos funcionarios do Conselho que tiverem servido na Junta do alistamento, os titulos dos eleitores alistados.

§ 1.º Esses titulos serão fornecidos pela Intendencia Municipal e assignados pelo presidente da Junta e pelo promotor publico que houver servido no alistamento ; e deverão conter, além da indicação do districto, o nome, a idade, a filiação, o estado, a profissão e o numero e a data do alistamento.

§ 2.º O presidente da Junta convidará por edital os eleitores comprehendidos no alistamento para irem receber os seus titulos dentro de 10 dias, na secretaria do Tribunal, desde as 11 horas da manhã até as 3 da tarde.

§ 3.º Os titulos serão entregues aos proprios eleitores, os quaes os assignarão á margem, na presença do juiz presidente da Junta ; em livro especial passarão recibo com sua assignatura.

§ 4.º Quando for duvidosa a identidade do cidadão que reclame o titulo, o juiz presidente da Junta exigirá que o mesmo cidadão apresente attestado de *identidade de pessoa*, passado por qualquer autoridade judiciaria ou delegado de policia, contando que a letra e a firma do attestado sejam reconhecidas por tabellião.

§ 5.º Os títulos dos eleitores, que os não tiverem procurado dentro do prazo designado para sua entrega, ficarão archivados na secretaria do Tribunal, afim de serem entregues quando solicitados pelos proprios eleitores, satisfeita por estes a exigencia do paragrapho anterior.

§ 6.º No caso de perda do titulo, poderá o eleitor requerer ao presidente da junta novo titulo, á vista da justificação daquella perda, com citação do promotor publico que funcionou na junta e certidão do alistamento. O despacho será proferido no prazo de 48 horas e, si fôr negativo, delle caberá recurso para o presidente da Camara Criminal da Côte de Appellação.

§ 7.º No mesmo titulo e no respectivo talão se fará declaração expressa da circumstancia de ser segunda via e do motivo pelo qual foi passada.

§ 8.º Do mesmo modo se procederá quando se passar novo titulo, no caso de verificar-se erro no primeiro.

SECÇÃO V

DA REVISÃO

Art. 41. No dia 1 de agosto de 1904 e de então em diante, no mesmo dia e de dous em dous annos, proceder-se-ha á revisão do alistamento geral dos eleitores municipales no Districto Federal, sómente para os seguintes fins :

I. De serem eliminados os eleitores que tiverem fallecido ou mudado do domicilio para fóra do Districto Federal e os que incidirem no dispositivo do art. 71 da Constituição.

II. De serem incluídos no dito alistamento os cidadãos que, de conformidade com esta lei, tiverem adquirido a qualidade de eleitores.

Art. 42. A eliminação do eleitor terá lugar sómente nos seguintes casos :

I. De morte, á vista da certidão de obito.

II. De mudança do domicilio para fóra do Districto Federal, em virtude de requerimento do proprio eleitor ou de informação documentada do promotor publico que funcionar no alistamento, precedendo, neste caso, editaes com prazo de 10 dias.

III. No de perda ou suspensão dos direitos de cidadão brasileiro, mediante requerimento devidamente instruido do promotor publico.

Art. 43. A junta revisora será organizada nos termos do art. 31 e funcionará das 11 horas da manhã ás 3 da tarde, durante 30 dias consecutivos.

Art. 44. Das decisões da Junta cabe o recurso do art. 38.

Art. 45. As alterações que se fizerem no alistamento geral, em virtude da revisão, serão inscriptas em livros proprios, nos termos do art. 35.

SECÇÃO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 46. A eleição de intendentes municipaes effectuar-se-ha no ultimo domingo do mez de outubro do anno em que terminar o mandato do Conselho.

SECÇÃO VII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 47. A eleição municipal se fará em cada districto por secções de 250 eleitores, no maximo, e 50, no minimo.

Art. 48. Vinte dias antes do designado para a eleição reunir-se-ha, no edificio do Conselho Municipal, uma Junta composta do presidente do Tribunal Civil e Criminal e de dous juizes sorteados dentre todos os juizes do mesmo Tribunal, o dividirá o Districto Federal em secções eleitoraes, designando conjunctamente os edificios publicos onde devam funcionar as mesas e elegendo para cada uma dellas cinco eleitores, dos quaes um expressamente para presidente o os respectivos supplentes, em numero igual.

§ 1.º Essas nomeações e designações serão publicadas por edital no prazo de 10 dias antes da eleição e communicadas aos mesarios eleitos, ao Conselho Municipal, ou ao Prefeito, si o Conselho não estiver reunido.

§ 2.º Os mesarios e supplentes exercerão as suas funções nas eleições municipaes a quo se proceder dentro do periodo de dous annos.

Art. 49. Todos os livros necessarios á eleição serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal.

§ 1.º Preenchida essa formalidade, o presidente do Tribunal Civil e Criminal fará remessa, aos presidentes das mesas eleitoraes, dos livros e cópias do alistamento, que serão extrahidas pelos funcionarios da Intendencia e rubricadas em todas as folhas pelo mesmo presidente.

§ 2.º A remessa dos livros e cópias do alistamento, devidamente encerrados e lacerados, será feita por intermedio do officiaes do justica das Pretorias, os quaes exigirão recibo em duplicata, um para salvaguarda da sua responsabilidade e o outro para ser entregue ao respectivo pretor e archivado em cartorio.

Art. 50. Os cidadãos que devem constituir as mesas eleitoraes, não podendo comparecer por qualquer motivo, deverão participar em tempo o seu impedimento a seus supplentes, sob pena de multa de 1:000\$ a 2:000\$, imposta pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal.

Art. 51. Os trabalhos eleitoraes comecarao ás 10 horas da manhã, depois de reunida a mesa, que deve ser installada no mesmo dia, ás 9 horas da manhã.

Art. 52. A votação não será encerrada antes das 2 horas da tarde. A apuração de votos e a confecção da acta poderão prolongar-se o tempo necessario para a conclusão dos trabalhos, que não serão interrompidos.

Art. 53. No dia da eleição, os membros da mesa eleitoral que faltarem serão substituidos pelos supplentes eleitos e na ordem da votação, excluidos aquelles de funcionarem na eleição a que se estiver procedendo.

Paragrapho unico. O presidente será substituido pelo mesario que for eleito pela maioria dos membros presentes, incorrendo na multa do art. 50 quando faltar sem prévia communicação a qualquer dos mesarios.

Art. 54. Na eleição para intendentes ao Conselho Municipal cada eleitor votará em um só nome, considerando-se eleitos os 10 candidatos que obtivorem maioria relativa de votos em todo o Districto Federal.

§ 1.º O voto será escripto ou impresso em qualquer papel e a cedula fechada de todos os lados.

§ 2.º Depois de lançar a cedula na urna, o eleitor assignará o seu nome em um livro para esse fim destinado e legalizado nos termos do art. 49.

E' vedada a assignatura por outrem do nome do eleitor no livro de presença, sob pretexto de molestia ou outro qualquer, sendo considerado ausente o eleitor que não puder lançar o seu nome.

§ 3.º Nenhum eleitor será admittido a votar sem apresentar o seu titulo, nem poderá ser recusado o voto do que exhibir o dito titulo, não competindo á mesa entrar no conhecimento da identidade do pessoa do eleitor em qualquer desses casos.

Si, porém, a mesa reconhecer que é falso o titulo apresentado ou que pertence a eleitor cuja ausencia ou fallecimento seja notorio, ou si houver reclamação de outro eleitor que declare pertencer-lhe o titulo, apresentando certidão do seu alistamento, a mesa tomará em separado o voto do portador do titulo, e assim tambem o do reclamante, si exhibir novo titulo expedido nos termos desta lei, afim de ser examinada a questão em Juizo competente. Os titulos serão apprehendidos.

Art. 55. O eleitor só poderá votar na secção em que tiver sido alistado ou naquella de cuja mesa fizer parte.

Art. 56. Quando na vespéra ou, não sendo possivel, no dia da eleição até á hora marcada para o comeco dos trabalhos não se puder installar a mesa eleitoral, não haverá eleição na secção respectiva.

Paragrapho unico. Deixará tambem de haver eleição na secção onde por qualquer outro motivo a mesma eleição não puder ser feita no dia proprio.

Art. 57. Os eleitores de uma secção que forem privados do exercicio do voto, por não se ter reunido a mesa eleitoral, poderão votar a descoberto na secção mais proxima.

Art. 58. E' permittido a qualquer eleitor votar a descoberto, não podendo a mesa recusar o voto assim formulado.

Paragrapho unico. O voto descoberto será dado apresentando o eleitor duas cédulas, que assignará perante a mesa, uma das quaes será depositada na urna e a outra lhe será restituída, depois de datada e rubricada pela mesa e pelos fiscaes que comparecerem.

Art. 59. E' expressamente prohibida a presença de força publica dentro do edificio em que se proceder á eleição, ainda mesmo á requisição da mesa para manter a ordem.

SECÇÃO VIII

DA APURAÇÃO

Art. 60. A apuração da eleição municipal será feita 10 dias depois pelos pretores reunidos em Junta, sob a presidencia do que para esse fim for eleito pelos seus pares, por maioria relativa de votos.

Art. 61. A Junta de pretores constituída para os trabalhos da apuração não poderá, sob qualquer pretexto, adiar ou interromper os seus trabalhos, que serão em dias consecutivos, sob pena de multa de 500\$ a 1:000\$, além da responsabilidade criminal.

Paragrapho unico. A multa será imposta pelo presidente da Corte de Appellação.

Art. 62. No caso de morte, renuncia, escusa ou mudança de domicilio para fóra do Districto Federal de algum membro do Conselho Municipal, proceder-se-ha á eleição para preenchimento da vaga.

§ 1.º Em qualquer dos casos mencionados o presidente do Conselho é obrigado, sob pena de responsabilidade criminal, a mandar proceder a nova eleição, dentro do prazo de 60 dias, fazendo as devidas communicações.

§ 2.º Deixando o presidente do Conselho de cumprir esse dever legal, o Ministro do Interior designará o dia da eleição.

Art. 63. Os membros do Conselho Municipal só poderão ser reeleitos dous annos depois de findar o biennio em que tiverem servido (Decr. n. 543, de 1898, art. 4º).

SECÇÃO IX

DAS NULLIDADES

Art. 64. E' nulla :

§ 1.º A eleição feita em dias differentes dos designados ou que não tenha sido designado pelo poder competente.

§ 2.º A eleição feita em horas differentes das determinadas nesta lei.

§ 3.º A eleição que effectuar-se em logar diverso do previamente designado.

§ 4.º A eleição que tiver logar perante mesa organizada de modo contrario ás determinações desta lei.

§ 5.º A eleição em que forem recebidos englobadamente votos que, nos termos desta lei, deviam ser tomados em separado.

§ 6.º A eleição em que se recusar receber votos que possam influir sobre o resultado della.

§ 7.º A eleição contra a qual houver prova de fraude que prejudique o seu verdadeiro resultado.

§ 8.º A eleição em que forem recusados os fiscaes legalmente nomeados.

SECÇÃO X

VERIFICAÇÃO DE PODERES

Art. 65. Ao Conselho Municipal que for eleito compete a verificação dos poderes de seus membros.

Paragraphe unico. O Conselho Municipal, sempre que, na verificação de poderes de seus membros, annullar uma eleição sob qualquer fundamento, resultando desse acto ficar o candidato diplomado inferior em numero de votos a qualquer outro não diplomado, mandará proceder a nova eleição para preencher a vaga ou vagas resultantes das nullidades, prevalecendo, entretanto, as eleições dos outros candidatos.

SECÇÃO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 66. Fica em pleno vigor para a eleição municipal a parte penal da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892.

Art. 67. Os requerimentos e documentos para fins eleitoraes são isentos de sello, custas e direitos.

Art. 68. O trabalho eleitoral prefere a qualquer outro serviço publico, sendo considerado feriado o dia da eleição municipal.

Art. 69. O Poder Executivo, no regulamento que expedir para execução desta lei, consolidará, no que for applicavel ao processo eleitoral, fiscalização e apuração da eleição, os dispositivos das leis ns. 85, de 20 de setembro de 1892, 35, de 26 de janeiro do mesmo anno, e 426, de 7 de dezembro de 1896.

CAPITULO V

Disposições transitorias

Art. 1.º Cessarão as funções do actual Conselho interino da data da publicação desta lei.

Art. 2.º A eleição para o futuro Conselho Municipal será feita cento e oitenta (180) dias depois da publicação da presente lei.

Paragraphe unico. Durante esse periodo o Prefeito administrará e governará o Districto Federal com plenitude de poderes, excepto o de crear e elevar impostos.

Art. 3.º O primeiro Conselho Municipal eleito em consequencia desta lei terminará o mandato no dia 15 de novembro de 1904.

Art. 4.º Fica o Prefeito autorizado a rever o quadro dos funcionarios municipaes aposentados, declarando nullas as aposentadorias que tiverem sido concedidas com infração do art. 75 da Constituição Federal; obrigando a voltarem ao exercicio de suas funcções, sob pena de demissão, os que tiverem sido indevidamente aposentados, bem como os aposentados que estiverem exercendo outro qualquer emprego publico remunerado.

Paragraphe unico. Para o cumprimento do disposto neste artigo, poderá o Prefeito modificar o quadro do funcionalismo municipal, dispensando quaesquer empregados que não forem vitalicios.

Art. 5.º Fica autorizado o Governo da União a realizar, no exterior ou dentro do paiz, as operações de credito necessarias, até 6.000.000 osterlinos, para occorrer ao saneamento da Capital Federal.

Art. 6.º Fica igualmente autorizado o Governo Federal a consolidar esta e as outras leis federaes, relativas á organização municipal, e a publicar em um só decreto a consolidação, que vigorará como lei organica do Districto Federal.

Art. 7.º Nas eleições federaes designadas para 18 de fevereiro de 1903, a attribuição de nomear as mesas eleitoraes no Districto Federal, dividil-o em secções e indicar os edificios publicos em que se realizem as eleições, será exercida por uma Junta, composta do juiz seccional, como presidente, do juiz substituto seccional, e do procurador seccional da Republica.

§ 1.º A essa Junta, que se reunirá no edificio onde funciona o Juizo Seccional, competirá igualmente, observadas as disposições da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892 :

I. Abrir, numerar, rubricar e encerrar todos os livros e papeis destinados ao processo eleitoral e remetter-os aos presidentes das mesas, com a devida antecedencia.

II. Mandar extrahir cópias do alistamento por funcionarios do Conselho Municipal, as quaes, depois de numeradas e rubricadas, serão transmittidas, conjunctamente com os livros, aos presidentes das mesas eleitoraes.

III. Proceder á apuração das eleições, expedindo os respectivos diplomas aos candidatos que obtiverem maioria de votos.

§ 2.º As authenticas exigidas pelo art. 43, § 22, da lei n. 35, de 1892, serão remettidas ao juiz seccional, 48 horas após as eleições.

§ 3.º Os livros que tiverem servido no processo eleitoral serão remettidos á secretaria da Camara dos Deputados.

§ 4.º As mesas eleitoraes oxigirão recibos da entrega de todos os documentos referidos.

§ 5.º O expediente para o serviço eleitoral será fornecido, com a devida antecodencia, pela Secretaria do Ministerio do Interior ; sendo os livros remettidos ao Juizo Seccional, 30 dias antes das eleições.

§ 6.º As funcções da Junta e das mesas eleitoraes cessam com a posse do Conselho Municipal, que exercerá, então, as attribuições politicas estabelecidas na lei n. 35, de 1892, desde que tenha de effectuar-se alguma eleição federal.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 910 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Fixa o subsidio e a ajuda de custod dos senadores e deputados na proxima legislatura.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os senadores e deputados vencerão na proxima legislatura, durante as sessões ordinarias e extraordinarias e de prorogaçao, o subsidio de setenta e cinco mil réis (75\$) diarios que o decreto n. 492, de 12 de agosto de 1901, instituiu para o cumprimento da lei n. 2, de 8 do mesmo mez e anno e as leis n. 182, de 20 de setembro de 1893 e n. 497, de 6 de novembro de 1896, conservaram para as legislaturas subsequentes.

Paragrapho unico. Além do subsidio, vencerão mais os senadores e os deputados a mesma ajuda de custo que lhes tem sido abonada pelas leis vigentes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902. 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 911—DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 990:000\$, para despezas com o serviço de hygiene da defesa na Capital da Republica, avocado para a administração federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 990:000\$, para despezas com o serviço de hygiene da defesa na Capital da Republica, avocado para a administração federal, de accordo com o art. 58, paragrapho unico, da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892 ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 912 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a conceder dous annos de licença, com todos os vencimentos, ao engenheiro civil Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa, lente de mathematica do Gymnasio Nacional, afim de aperfeiçoar-se no estudo da sua cadeira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder dous annos de licença, com todos os vencimentos, ao engenheiro civil Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa, lente de mathematica do Gymnasio Nacional, afim de aperfeiçoar-se no estudo da sua cadeira.

Art. 2.º Durante os dous annos da licença, o referido funcionario dará conhecimento á Congregação do Gymnasio Nacional, em relatorios semestraes, dos estudos que tiver feito e do tudo que tiver visto e for applicavel ao mesmo Gymnasio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 943 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães um anno de licença, com vencimentos, para applicar-se a estudos, em paiz estrangeiro, da materia que professa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães um anno de licença, com vencimentos, para applicar-se a estudos, em paiz estrangeiro, da materia que professa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo considerado como em effectivo exercicio para todos os efeitos legais.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 944 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 11:868\$599, supplementar ás seguintes verbas do art. 2^o da lei n. 831, de 30 de dezembro de 1901: n. 11—Justiça Federal—n. 26—Escola de Minas—n. 27—Gymnasio Nacional, Externato—e n. 31—Instituto dos Surdos-Mudos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de quatorze contos oitocentos sessenta e oito mil quinhentos e noventa e nove réis (14:868\$599), supplementar ás verbas abaixo mencionadas, do art. 2^o da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario:

N. 11—Justiça Federal:

Para pagamento dos vencimentos do 2^o escrivão do Juizo Seccional no Estado de S. Paulo, Antero Gomes Barbosa, vencimentos não incluídos na lei citada.....

1:500\$000

N. 23—Escola de Minas :	
Pensão a alumnos pobres matriculados nesta escola, de accordo com o art. 84 do respectivo regulamento approvado pelo decreto n. 1546, de 18 de setembro de 1893.....	1:800\$000
N. 27—Gymnasio Nacional:	
Externato:	
Para pagamentos a professores de turmas supplementares.....	7:000\$000
Idem do inspector extraordinario.....	1:400\$000
Consignação—despezas com exames preparatorios e outros.....	2:872\$599
N. 31—Instituto dos Surdos-Mudos :	
Consignação—Gratificações addicionaes aos professores de mais de 10 annos de serviço effectivo no magisterio.....	290\$000
Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14 ^a da Republica.	

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 915 -- DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar necessario á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para pagamento de ajudas de custo de deputados e senadores.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar necessario á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para pagamento de ajudas de custo dos deputados e senadores que deixaram de receber por deficiencia de verba ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 946 --- DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:992\$603, para pagamento de vencimentos e custas de processos, devidos ao lente substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de tres contos novecentos noventa e dous mil seiscientos e tres réis (3:992\$603), para pagar ao lente substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão, sendo 3:680\$103 de vencimentos que deixou de perceber durante o periodo em que esteve suspenso de suas funções por acto do Poder Executivo, e 312\$500 de custas do processo movido contra a Fazenda Nacional pelo referido doutor ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 11^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

LEI N. 947 --- DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Reforma o serviço policial no Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado :

I. A reorganisar a policia do Districto Federal, dividindo-a em civil e militar.

II. A fazer nova divisão das circumscripções policiaes, attendendo ao desenvolvimento e extensão do mesmo Districto, e ás exigencias creadas pela reforma determinada nesta lei.

III. A regulamentar, annexando-os, os serviços da estatistica policial e judiciaria e de identificação anthropometrica, podendo incumbir de taes trabalhos a um dos membros do Ministerio Publico do Districto Federal.

IV. A crear uma ou mais colonias correccionaes para rehabilitação, pelo trabalho e instrução, dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como taes julgados no Districto Federal, comprehendidos nessas classes os definidos no Codigo Penal e no decreto n. 145, de 12 de julho de 1892.

Art. 2.º A policia civil ficará immediatamente subordinada ao chefe de policia, o será exercida pelos delegados auxiliares, pelos delegados das circumscripções urbanas e suburbanas e seus supplementes, inspectores seccionaes, agentes de segurança e por uma guarda civil, composta de:

Um chefe com o vencimento annual de.....	10:000\$000
Um sub-chefe com a gratificação de.....	2:400\$000
Um almoxarife com a gratificação de.....	1:900\$000
500 guardas de 1ª classe com a diaria de.....	6\$500
500 guardas de 2ª classe com a diaria de.....	5\$000
500 guardas de 3ª classe com a diaria de.....	3\$500

Art. 3.º A guarda civil, além dos servicos de ronda e vigilância, serão confiados todos os mais de que possa estar encarregada a policia militar.

§ 1.º O chefe dos guardas será nomeado por portaria do Ministro da Justiça.

§ 2.º A nomeação e demissão do sub-chefe e dos guardas e a sua respectiva classificação serão feitas pelo chefe de policia, de accordo com o regulamento.

Art. 4.º Ao guarda que for ferido por occasião de qualquer diligencia policial poderá ser paga a totalidade de seus vencimentos, durante o tempo de tratamento.

Art. 5.º A policia militar continuará a ser exercida pela brigada policial, nos termos do decreto n. 4272, de 11 de dezembro de 1901.

Art. 6.º As colonias correccionaes de que trata o n. IV, do art. 1.º, serão subordinadas ao regimen tecnico e disciplinar que ao Governo parecer mais conveniente, e a sua administração será confiada a um director, com o vencimento annual de 4:800\$, um vice-director com 3:600\$, um escriptuario com 2:400\$, um almoxarife com 2:400\$, um professor do curso primario com 1:800\$, um chefe de officina com 2:400\$, um horticultor com 1:800\$ e um porteiro com 1:200\$000.

Art. 7.º Além dos individuos de que trata o n. IV, do art. 1.º, serão recolhidos ás colonias correccionaes:

I. Os menores de 14 annos, maiores de 9, inculcados criminalmente que forem julgados como tendo agido sem discernimento, nos termos dos arts. 39 e 49 do Codigo Penal.

II. Os menores abandonados de 14 annos, maiores de 9 que, por serem orphãos ou por negligencia ou vicios, ou enfermidades dos paes, tutores, parentes ou pessoas em cujo poder, guarda ou companhia, vivam, ou por outras causas, forem encontrados habitualmente sós na via publica, entregues a si mesmos e privados de educação.

Art. 8.º Os menores abandonados serão remettidos administrativamente pelos prefeitos ou juizes de orphãos.

§ 1.º Essa remessa será precedida de um processo administrativo sobre o comportamento e os habitos do menor, o caracter, a moralidade, a situação e os meios de vida do pae, tutor, parente ou pessoa sob cujo poder ou guarda se ache, ou em cuja companhia viva, o que se será compellido a dar necessarias informações.

§ 2.º Os menores assim recolhidos á colonia permanecerão nesta até a idade de 17 annos completos, salvo decisão em contrario do respectivo juiz.

§ 3.º O pae, tutor, parente ou pessoa em cujo poder, guarda ou companhia esteja o menor, não poderá obstar a internação deste na colonia, ordenada pela autoridade competente; só lhe é licito requerer a retirada do menor por acção summaria, proposta no Juizo de seu domicilio, com assistencia do Ministerio Publico.

Art. 9.º São applicados aos mendigos os preceitos dos artigos 399, 400 e 401 do Código Penal.

Art. 10. O processo e julgamento dos mendigos, vadios ou vagabundos e capoeiras será o do art. 6º da lei n. 628, de 28 de outubro de 1898.

Art. 11. Enquanto não forem creadas colonias em numero correspondente ás classes dos individuos que forem, nos termos desta lei, internados, serão elles, na primeira colonia que o Governo estabelecer, agrupados separadamente, segundo a causa do recolhimento, o sexo e a idade.

Art. 12. Os individuos internados nas colonias, além dos trabalhos de agricultura, fabricas e officinas, e outros convenientes, receberão instrucção primaria e profissional.

Art. 13. Do producto do trabalho dos internados, e que constituirá uma das fontes de receita das colonias, reservar-se-ha uma parte, calculada segundo o esforço de cada correccional, para formação do peculio, que será entregue a este no acto de sua sahida.

Art. 14. O Poder Executivo expedirá regulamentos para a execução da presente lei, abrindo os creditos especiaes necessarios, e aproveitará as terras e os edificios de propriedade da União para installação das colonias, podendo despende para esse serviço até a somma de 400:000\$, e a que for precisa para custeio do primeiro anno.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 948 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 260:000\$, para indemnizar o Banco da Republica de igual somma despendida com a recepção da Esquadra do Chile, com as exequias dos diplomatas chilenos aqui fallecidos, com os preparativos para o transporte de seus corpos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de duzentos e sessenta contos de réis (260:000\$), para indemnizar o Banco da Republica do Brazil de igual somma que adeantou ao Governo da União, afim de occorrer ás despesas realizadas com a recepção da Esquadra do Chile, ultimamente vinda ao nosso porto; com as exequias celebradas em homenagem aos diplomatas chilenos aqui fallecidos e com os preparativos para o transporte de seus corpos; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 949 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 152:536\$182, supplementar ás verbas n. 8 — Corpo da Armada — n. 9 — Corpo de Marinheiros Nacionais — n. 14 — Força Naval — n. 18 — Reformados — e n. 19 — Companhia de inválidos, do orçamento em vigor.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 152:536\$182, supplementar ás verbas abaixo mencionadas do art. 9^o da lei n. 834, de 30

de dezembro de 1901, fazendo as necessárias operações e revogadas as disposições em contrario :

N. 8 — Corpo da Armada.....	16:009\$324
N. 9 — Corpo de Marinheiros Nacionais.....	97:115\$890
N. 14 — Força Naval.....	15:192\$793
N. 18 — Reformados.....	2:7:5\$555
N. 19 — Companhia de invalidos.....	21:422\$920

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 950 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 130:000\$ para realizar melhoramentos na Escola Naval.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de cento e trinta contos de réis (130:000\$) para realizar melhoramentos na Escola Naval ; fazendo as necessárias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 951 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 11:465\$, para pagamento a Felismino Soares & Comp., correspondente á segunda metade do valor total das obras de reparação nas caldeiras da torpedeira *Silrado*, de accordo com o contracto para esse fim celebrado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de onze contos

quatrocentos sessenta e cinco mil réis (11:465\$), para pagamento a Felismino Soares & Comp., correspondente á segunda meta do valor total das obras de reparação nas caldeiras da torpedeira *Silvado*, de accordo com o contracto para esse fim celebrado; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 952 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 7:500\$, para pagar ao cidadão Antonio de Castro Gandra a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina, na conformidade do contracto lavrado com a mesma repartição em 24 de novembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.^o Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito de sete contos e quinhentos mil réis (7:500\$), para pagar ao cidadão Antonio de Castro Gandra a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina, na conformidade do contracto lavrado com a mesma repartição em 24 de novembro de 1892.

Art. 2.^o Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

LEI N. 953 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1902

Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.^o A Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil é orçada para o exercicio de 1903 em ouro 40.967:942\$

o papel 248.018:000\$ e será realizada com o producto do que for arrecadado dentro do mencionado exercicio, sob os seguintes titulos:

ORDINARIA

IMPORTAÇÃO

	Ouro	Papel
1. Direitos de importação para consumo, elevados na vigencia da presente lei os da manteiga de leite a 1\$500 o kilogramma e os da de margarina a 3\$500.....	31.000:000\$000	116.250:000\$000
2. Expediente dos generos livres de direitos de consumo.....	1.600:000\$000
3. Dito de Capatazias.....	1.000:000\$000
4. Armazenagem	3.700:000\$000

ENTRADA, SAHIDA E ESTADIA DE NAVIOS

5. Imposto de pharões.....	300:000\$000	
6. Dito de docas	120:000\$000	10:000\$000

ADICIONAES

7. 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos, inclusive para soccorro naval.....	162:000\$000
---	-------	--------------

INTERIOR

8. Renda da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	31.000:000\$000
9. Dita do Correio Geral....	6.600:000\$000
10. Dita dos Telegraphos, elevado de 50 para 75 % o abatimento de que presentemente gosam os telegrammas da imprensa e estaduaes, nos termos da lei n. 391, de 7 de outubro de 1896,		

	Ouro	Papel
art. 1. ^o , § 2. ^o , abolidos para ambos os tele- grammas preteridos...	359:000\$000	5.700:000\$000
11. Renda da Fazenda de Santa Cruz e outras...	40:000\$000
12. Dita da Casa de Correção	10:000\$000
13. Dita da Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i>	300:000\$000
14. Dita do Laboratorio Na- cional de Analyses.....	170:000\$000
15. Dita dos Arsenaes.....	20:000\$000
16. Dita da Casa da Moeda...	10:000\$000
17. Dita do Gymnasio Nacional	100:000\$000
18. Dita dos Institutos dos Surdos-Mudos e Meninos Cegos.....	20:000\$000
19. Dita do Instituto Nacional de Musica.....	2:000\$000
20. Dita das matriculas dos estabelecimentos de in- strução superior.....	250:000\$000
21. Dita da Assistencia a Alienados.....	130:000\$000
22. Dita arrecadada nos Con- sulados.....	844:000\$000	
23. Dita dos proprios nacio- naes.....	250:000\$000
24. Imposto de sello, conti- nuando em vigor o art. 13 da lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901, que, na isenção do imposto de sello, comprehende tambem os livros de re- gistro civil dos casa- mentos.....	15.000:000\$000
25. Dito de transporte.....	4.700:000\$000
26. Dito de 2 % sobre o ca- pital das loterias fede- raes e 4 % sobre as estaduaes.....	1.800:000\$000
27. Dito sobre subsidios e ven- cimentos, não compre- hendidos os dos minis- tros do Supremo Tribu- nal Federal, os dos juizes		

	Ouro	Papel
federaes e os dos ministros do Supremo Tribunal Militar.....	37:000\$000	3.360:000\$000
28. Imposto sobre o consumo da agua.....		1.700:000\$000
29. Dito de 2 1/2 % sobre dividendos dos titulos das companhias ou sociedades anonymas.....		1.300:000\$000
30. Dito sobre casas de <i>sport</i> de qualquer especie, na Capital Federal.....		10:000\$000
31. Dito de 30 réis, em estampilhas, sobre annuncios em cartazes.....		1:000\$000
32. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro e de outras companhias, inclusive a <i>City Improvements</i>	106:666\$667	1.270:000\$000
33. Fôros de terrenos de marinha.....		30:000\$000
34. Laudemios.....		130:000\$000
35. Premios de depositos publicos.....		40:000\$000
36. Taxa judiciaria.....		130:000\$000
37. Dita de estatistica.....		270:000\$000

CONSUMO

38. Taxas sobre o fumo, modificadas as que incidem sobre os charutos do seguinte modo : por cada charuto, até 50\$ (preço da fabrica) 5 réis ; de 50\$ até 150\$ (idem) 10 réis ; de 150\$ até 300\$ (idem) 20 réis ; acima de 300\$ (idem) 100 réis.	6.400:000\$000
39. Taxa sobre bebidas.....	4.500:000\$000
40. Dita sobre phosphores....	5.550:000\$000
41. Dita sobre o sal de qualquer procedencia, isentas dos emolumentos	

	Ouro	Papel
devidos ao registro as salinas maritimas em que a evaporação ao sol e ao vento for o unico processo industrial.....		4.520:000\$000
42. Taxa sobre calçado.....		1.300:000\$000
43. Dita sobre velas.....		400:000\$000
44. Dita sobre perfumarias..		350:000\$000
45. Dita sobre especialidades pharmaceuticas nacionaes e estrangeiras....		550:000\$000
46. Dita sobre vinagre.....		150:000\$000
47. Dita sobre conservas, na conformidade do disposto no art. 1º, n. 49, da lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901. A carne de porco de procedencia nacional gosará tambem da isenção, quando acondicionada em latas de mais de 10 kilogrammas.....		900:000\$000
48. Dita sobre cartas de jogar.		130:000\$000
49. Dita sobre chapéos.....		900:000\$000
50. Dita sobre bengalas.....		10:000\$000
51. Dita sobre tecidos.....		7.000:000\$000

EXTRAORDINARIA

52. Montepio da Marinha....	150\$000	130:000\$000
53. Dito militar.....		250:000\$000
54. Dito dos empregados publicos.....	7:000\$000	750:000\$000
55. Indemnizações.....	10:000\$000	600:000\$000
56. Juros de capitães nacionaes.....	100:000\$000	400:000\$000
57. Ditos dos titulos da Estrada de Ferro da Bahia e Pernambuco.....	63:125\$333	
58. Remanescentes dos premios de bilhetes de loterias.....		25:000\$000

	Ouro	Papel
59. Imposto de transmissão de propriedade no Districto Federal.....		2.100:000\$000
60. Dito de industrias e professions no Districto Federal.....		2.500:000\$000

RENDA COM APPLICAÇÃO
ESPECIAL

Fundo de resgate do papel-moeda :		
61.	1.º Renda em papel, proveniente do arrendamento das estradas de ferro da União.....	350:000\$000
	2.º Productos da cobrança da divida activa da União, inclusive as sommas provenientes da liquidação do debito dos bancos, etc..	600:000\$000
	3.º Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em papel pelo Thesouro, etc.	1.200:000\$000
	4.º Os saldos que se apurarem no orçamento..	\$
Fundo de garantia do papel-moeda :		
62.	1.º Quota de 5 %, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo.....	7.750:000\$000
	2.º Os saldos das taxas arrecadadas em ouro, deduzidos os serviços que nesta especie o Thesouro é obrigado a custear	\$
	3.º Productos integral do arrendamento das estradas de ferro da União, que tiver sido ou for estipulado em ouro.....	110:000\$000
	4.º Todas e quaesquer rendas eventuaes em ouro.....	10:000\$000

	Ouro	Papel
63. Fundo para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas:		
Arrendamento das mesmas estradas de ferro.....	160:000\$000	1.658:000\$000
Fundo de amortização dos empréstimos internos:		
64. { 1.º Receita proveniente da venda de generos e de proprios nacionaes.....	200:000\$000
Depositos :		
2.º Saldo ou excesso entre os recebimentos e restituições	5.000:000\$000
65. Fundo destinado ás obras de melhoramentos de portos, executadas á custa da União:		
Maranhão.....	150:000\$000
Portaleza.....	200:000\$000
Natal.....	130:000\$000
Parahyba.....	100:000\$000
Paranaguá.....	100:000\$000
Recife.....	800:000\$000
Maceió (Jaraguá).....	100:000\$000
Florianopolis.....	150:000\$000
Rio Grande do Sul.....	800:000\$000

Art. 2.º E' o Governo autorizado :

I. A emittir como antecipação de receita, no exercicio de 1903, bilhetes do Thesouro até a somma de 25.000:000\$, que serão resgatados até ao fim do mesmo exercicio.

II. A receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 41 da lei n. 638, de 17 de setembro de 1851, os dinheiros provenientes dos cofres de orphãos, de bens de defuntos e ausentes e do evento, de premios de loterias, de depositos das caixas economicas e montes de socorro e dos depositos de outras origens. Os saldos que resultarem do encontro das entradas com as sahidas serão applicados ás amortizações dos empréstimos internos e os excessos das restituições serão levados ao balanço do exercicio.

III. A adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de produção estrangeira, compensadora de concessões feitas a generos de produção brasileira, quando tratados como procedentes de nação mais favorecida ou vice-versa.

IV. A mandar adoptar um sello especial com o qual seja porteada a correspondencia official.

Paragrapho unico. Toda e qualquer correspondencia de caracter official, que não tenha o referido sello, não será porteada, salvo si tiver o sello ordinario correspondente.

V. A cobrar dos navios que se utilizarem dos portos em que forem executadas, á custa da União, obras tendentes ao melhoramento das respectivas entradas e ancoradouros, a taxa de um a cinco réis por kilogramma de mercaderia que for por elles carregada ou descarregada, segundo o seu valor, destino ou procedencia.

O producto desta taxa, que será tambem proporcionada ás necessidades do serviço, constituirá para cada porto um fundo especial, destinado exclusivamente ao respectivo melhoramento.

Paragrapho unico. Para accelerar a execução das obras referidas, poderá o Governo aceitar donativos, ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, municipios ou associações interessadas no melhoramento, contanto que os encargos resultantes de taes auxilios não excedam ao producto da taxa indicada.

VI. A entrar em accordo com os Governos dos Estados, quando o julgar conveniente, atim de transferir-lhes a verba do art. 1º n. 65, para conservação e melhoramento de ancoradouros e portos, desde que se obriguem e possam realizar os serviços respectivos.

VII. A conceder isenção na vigencia da presente lei:

a) de direitos, á requisição dos Governos dos Estados ou Municipalidades, ao material importado com applicação ao abastecimento de agua e material metallico para installações das redes de esgotos, e bem assim ao material metallico para illuminação electrica ;

b) do imposto de importação aos combustores de candieiros, ás lampadas, aos fogões, fogareiros, ferros de engommar e aos motores, que só puderem ser utilizados por meio do alcool, como força illuminativa, calorifica ou motriz; e bem assim ao benzol que for importado por fabricantes de alcool para o fim do carburetal o, mediante requerimento despachado pelos inspectores das Alfandegas.

Paragrapho unico. A isenção de direitos comprehende a totalidade do expediente quando osapparelhos se destinarem á exposição ou exposições que se organisarem no paiz, officialmente ou com o auxilio do Governo, para vulgarisar-se a applicação industrial do alcool ;

c) do imposto de importação aos instrumentos de lavoura e machinismos destinados ao fabrico e beneficio de productos agricolas, quando directamente importados por agricultores ou pelas respectivas empresas, sendo o imposto de expediente pago nos termos do final do art. 5º da larift vigente.

Nesta isenção se comprehendem os apparelhos para o fabrico de lacticinios, os machinismos e a ossatura ou armação de ferro

com seus pertences para a refinação de assucar, distillação de alcool de canna e tambem os arames farpados para cercas.

Paragrapho unico. O despacho para tal fim será dado pelo Ministro da Fazenda, mediante lista que llo será apresentada, especificando os objectos, uma vez verificado que são importados por lavradores ou empresas respectivas;

d) de todos os impostos aduaneiros, na vigencia desta lei, os animais destinados aos jardins zoologicos e os que forem importados para exhibições zoologicas e scientificas.

Paragrapho unico. Os animais, de que trata a lettra d) deste numero, que vierem a morrer, serão entregues aos muséus das respectivas circumscripções.

VIII. A arrendar, mediante concorrência publica e a quem melhores vantagens offerecer, a exploração das areias monaziticas do dominio da União, podendo revalidar o contracto celebrado a 31 de dezembro de 1901, mediante as clausulas que julgar convenientes, estabelecidas as multas para os casos de infracção de contracto; ou entrar em accordo com os Governos dos Estados da Bahia e do Espirito Santo, afim de ajustar com elles a exploração, em commun, das areias monaziticas, existentes em seus territorios.

IX. A organizar o Codigo de Contabilidade Publica, consolidando as disposições vigentes, harmonizando-as e completando-as como julgar conveniente. O Codigo da Contabilidade será submettido á approvação do Congresso.

X. A declarar sem effeito os processos por infracções do regulamento do sello, a que se refere a circular n. 69, de 24 de novembro de 1900, do Ministerio da Fazenda.

XI. A fazer o encontro de contas com a casa Flint & Comp., de Nova-York, abrindo os creditos necessarios para a regularidade da escripturação do Thesouro.

XII. A rever o regulamento que baixou com o decreto n. 4270, de 10 de dezembro de 1901, fazendo nelle as alterações aconselhadas pela experiencia, e submittendo á apreciação do Congresso a parte que depender de sua approvação.

XIII. A acautelar, como julgar mais conveniente, os interesses da Fazenda Publica, compromettidos nas companhias de estradas de ferro Oeste de Minas e União Sorocabana e Ituana.

XIV. A regular o serviço e extracção das loterias federaes, por prazo igual ao do vigente contracto, do modo que julgar mais conveniente, observando, todavia, rigorosamente, as seguintes determinações:

a) o imposto sobre o capital das loterias será de 3 1/2 %, além do sello adhesivo, na razão de 5 % sobre o valor dos bilhetes;

b) o contractante se obrigará mais ao pagamento annual do quantia não inferior a 1.600:000\$, que será entregue ao Thesouro em prestações quinzenaes iguaes;

c) o contractante depositará no Thesouro a quantia de 500.000\$, em dinheiro, ou em apolices federaes de 5 %, para a fiel execução do contracto, o que será integrada desde que della seja retirada parte ou totalidade, nos termos do contracto. O deposito será feito da seguinte fórma: 250.000\$ no acto da assignatura do contracto e o restante em prestações bi-mensaes de 50.000\$000 ;

d) uma vez rescindido o contracto, qualquer que seja o motivo, ou terminado o prazo de sua duração, essa importância será dividida em partes iguaes, que serão incorporadas aos patrimonios dos Institutos dos Meninos Cegos e de Surdos-Mudos ;

e) fica tambem estabelecido o imposto de 5 % sobre o valor dos premios superiores a 200\$, quer os respectivos bilhetes tenham sido expostos á venda, quer não ;

f) o contractante obrigar-se-ha a entrar para o Thesouro annualmente com a quantia de 30.000\$, a titulo de remanescentes, nos termos da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 24, § 1º, letra d), e mais com a importância destinada á fiscalização e computada em 28.000\$000 ;

g) uma vez celebrado o contracto para o serviço e extracção das loterias, não poderão mais ser alterados, até sua terminação, os onus e impostos estabelecidos, a distribuição dos beneficios pela fórma nesta lei determinada, assim como a quota destinada aos premios, quo será de 60 % ;

h) a importância do imposto de 3 1/2 % e a resultante do imposto de 5 % sobre o valor dos premios superiores a 200\$ serão recolhidas ao Thesouro até a vespera da extracção da loteria, e si não o forem, serão deduzidas da caução, a qual deverá ser integrada no prazo improrogavel de 48 horas, sob pena de rescisão do contracto, pronunciada pelo Governo, sem prejuizo do que foi estabelecido na letra d) ;

i) no contracto se indicarão os demais casos de sua rescisão e os de multas, que ficarão determinadas, sujeitando-se o contractante á rescisão do contracto sem indemnização de especie alguma, no caso de infracção por sua parte das condições estipuladas ;

j) ficam subsistentes as disposições constantes da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, na parte que por esta lei não for modificada, não só quanto ás loterias federaes, como ás estaduais, ficando estas sujeitas ao imposto de 5 % sobre o capital, de 5 % deduzidos do valor dos premios superiores a 200\$ e ao sello adhesivo na razão de 5 % sobre o valor dos bilhetes ;

k) as quotas das loterias federaes, destinadas aos beneficios, são as seguintes: 1.600.000\$, da contribuição annual, nos termos ditos na letra b) e a somma resultante do imposto de 5 % sobre os premios superiores a 200\$000.

Da totalidade será feita annualmente pelo Thesouro a seguinte distribuição: 39.650\$ a cada um dos Estados que não estiverem

nos casos previstos no § 3º do art. 24 da lei de 10 de dezembro de 1896 ¹;

Ao Montepio dos Servidores do Estado.....	400:000\$000
A' Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro..	100:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Offícios do Rio de Janeiro..	100:000\$000
A' Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitaria da Capital Federal.....	10:000\$000
Ao Instituto de Surdos-Mudos.....	20:000\$000
Ao Asylo de S. Luiz—da Velhice desamparada...	23:000\$000
Ao Asylo Isabel.....	24:000\$000
Ao Instituto Historico e Geographico do Brazil...	14:000\$000
A' Polyclinica do Rio de Janeiro.....	12:000\$000
Ao Instituto Pasteur.....	5:000\$000
Ao Asylo do Bom Pastor.....	20:000\$000
Ao Asylo de Orphãs da Sociedade Amante da Instrução.....	20:000\$000
A' Academia Nacional de Medicina.....	4:000\$000
A' Associação de Nossa Senhora Auxiliadora da Capital Federal.....	6:000\$000
Ao Estado do Amazonas, para ser distribuido, a juizo do governador, pelos estabelecimentos de caridade e de instrução.....	40:000\$000
A' Santa Casa de Misericórdia de Belém, Estado do Pará.....	10:000\$000
Ao Asylo de Orphãos de Belém, no mesmo Estado	10:000\$000
Ao Instituto Lauro Sodré.....	10:000\$000
Ao Instituto Gentil Bittencourt.....	10:000\$000
A' Santa Casa de Misericórdia de S. Luiz do Maranhão.....	15:000\$000
Ao Hospital de Lazaros, da mesma cidade.....	9:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Offícios, da mesma cidade...	6:000\$000
A' Assistencia da Infancia Desamparada, da mesma cidade.....	10:000\$000
Ao Jardim Zoologico da Capital Federal.....	5:000\$000
A' Sociedade Beneficente Maranhense, nesta Capital.....	2:000\$000

¹ Art. 21 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896 — Fica o Governo autorizado a regular o serviço das loterias, observadas as seguintes determinações :

§ 3.º O Estado que prohibir ou tiver prohibido a venda de bilhetes de loterias ou o que tiver abolido ou abolir loterias ou as tiver concedido que não fiquem subordinadas ao regimen da presente lei, bem como os que preferirem manter os respectivos contractos, não terão direito á quota que lhes é destinada, enquanto vigorarem as respectivas leis ou forem executados os respectivos contractos, ficando o contractante isento do respectivo pagamento. — Tambem serão excluidos dos beneficios desta lei os Estados cujas Municipalidades tiverem obtido licença para extracção ou extrahirem loterias.

Ao Lyceo de Artes e Officios, na cidade do Macció	10:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia, da mesma cidade.	10:000\$000
Aos Asylos de Mendicidade, de Alienados, das Orphãs, de Nossa Senhora do Bom Conselho e ao Instituto Archeologico, todos de Macció, a 5:000\$000.....	20:000\$000
Ao Hospital de Caridade da cidade do Natal.....	25:000\$000
Ao Atheneo Norte Rio-Grandense, na mesma cidade.....	15:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia de Therezina.....	10:000\$000
A' dita de Parnahyba, no mesmo Estado.....	1:000\$000
Para a instrucção publica do Piahy, a juizo do governador.....	26:000\$000
A' Santa Casa da Fortaleza, no Ceará.....	20:000\$000
A' Escola de Meninos Desvalidos, da mesma cidade.....	5:000\$000
Ao Collegio da Immaculada Conceição, na mesma cidade.....	5:000\$000
Ao Instituto do Ceará.....	5:000\$000
Ao Asylo de Alienados de Porangaba.....	5:000\$000
Ao Lyceo do Estado da Parahyba.....	15:000\$000
Ao Asylo de Orphãos da cidade de Souza, no mesmo Estado.....	3:000\$000
A' Casa de Caridade da cidade de Areias, no mesmo Estado.....	4:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia da Capital da Parahyba.....	9:000\$000
A's Casas de Caridade da villa de Cabaceiras e da cidade de Cajazeiras, no mesmo Estado, repartidamente.....	6:000\$000
A' Santa Casa da villa de Santa Luzia de Sabugy	3:000\$000
Ao Recolhimento de Nossa Senhora da Gloria, no Recife.....	8:000\$000
A' Sociedade Beneficente de Nazareth, em Pernambuco.....	2:000\$000
A' Casa de Caridade de Bezerras, em Pernambuco	3:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Officios e ao Instituto Archeologico do Recife, repartidamente.....	17:000\$000
A' Santa Casa da Misericordia do Recife.....	25:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Officios da Bahia.....	20:000\$000
Ao Instituto Geographico e Historico da Bahia...	5:000\$000
A' Santa Casa da Misericordia da cidade de Cachoeira, na Bahia.....	10:000\$000
Ao Centro Operario da Bahia.....	15:000\$000
A' Associação Beneficente dos Funcionarios Publicos da Bahia.....	6:000\$000
Ao Gremio Litterario da Bahia.....	2:000\$000
A' Associação Beneficencia Bahiana nesta Capital.....	2:000\$000
A' Santa Casa da Victoria, no Estado do Espirito Santo.....	20:000\$000

A' Santa Casa da Cachoeira de Itapemirim, no mesmo Estado.....	15:000\$000
Ao Gremio Bibliothecario Cachoeirense, no mesmo Estado.....	5:000\$000
A' Casa de Misericordia da cidade da Barra, no Estado da Bahia.....	5:000\$000
Ao Asylo de Santa Leopollina de Nitheroy.....	15:000\$000
A' Casa de Misericordia da cidade de Campos...	10:000\$000
Idem da cidade da Barra Mansa.....	5:000\$000
Idem de Santa Rita da Barra do Pirahy.....	5:000\$000
A' Casa de Caridade da cidade de Macahé.....	8:000\$000
Ao Hospital de Santa Thereza de Petropolis, dirigido pelas irmãs de Santa Catharina.....	7:000\$000
A' Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo de Petropolis.....	6:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Officios de Campinas, em S. Paulo.....	25:000\$000
Ao Hospital de Santa Isabel de Taubaté.....	10:000\$000
Ao Hospital de Beneficencia de Itapetininga....	10:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia de Piracicaba.....	10:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia da cidade de Juiz de Fôra.....	15:000\$000
Ao Asylo de Orphãs da mesma cidade.....	8:000\$000
A' Liga Mineira Contra a Tuberculose, da mesma cidade.....	5:000\$000
A' Sociedade Propagadora de Sciencias e Artes, com sede no edificio da Academia do Commercio de Juiz de Fôra.....	6:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia de Bello Horizonte.	20:000\$000
Ao Hospital de Lazaros de Sabará.....	5:000\$000
A' Casa de Misericordia de Barbacena e ao Asylo de Orphãs «Sagrado Coração de Jesus», da mesma cidade, repartidamente.....	10:000\$000
A' Casa de Misericordia de Ouro Preto.....	8:000\$000
Ao Lyceo de Goyaz.....	20:000\$000
Ao Gabinete Litterario Goyano.....	2:000\$000
Ao Hospital de S. Pedro de Alcantara, de Goyaz.	15:000\$000
Ao Asylo de Mendicidade de Goyaz.....	3:000\$000
Ao Gymnasio Paranaense (Curityba).....	15:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia de Curityba.....	15:000\$000
A' Santa Casa de Paranaguá.....	5:000\$000
A' Santa Casa de Antonina.....	5:000\$000
Ao Asylo de Orphãos Desvalidos, Liga Operaria de Florianopolis e á Caixa Beneficente do Centro Catharinense, na Capital Federal, repartidamente.....	6:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Officios de Florianopolis...	15:000\$000
Aos hospitaes de Itajahy, Laguna e S. Francisco, repartidamente.....	6:000\$000
Ao Gymnasio Catharinense.....	8:000\$000
Ao Hospital de Caridade de Florianopolis.....	5:000\$000

A's Casas de Misericordia das cidades de Montes Claros, Ouro Fino, Curvello e Uberaba, a 5:000\$ para cada uma.....	20:000\$000
A's Casas de Misericordia das cidades da Campanha, Turvo, S. Gonçalo do Sapucahy, Diamantina, Itabira e Serro, a 4:000\$ para cada uma.....	24:000\$000
A's Casas de Misericordia das cidades de Oliveira e Pará, a 2:000\$ para cada uma.....	4:000\$000
Ao Instituto de Ensino Visitação em Pouso Alegre	3:000\$000
Ao Hospital de Caridade de Aracaju.....	10:000\$000
Ao Hospital de Caridade da cidade da Capella...	10:000\$000
A's Casas de Caridade das cidades de Estancia, Laranjeiras, Maroim, Rosario e Propriá, repar-tidamente.....	20:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia de Porto Alegre...	20:000\$000
Ao Asylo de Mendicidade do padre Cacique, em Porto Alegre.....	7:000\$000
A' Casa de Misericordia da cidade do Rio Grande	6:000\$000
A' Casa de Caridade de Pelotas.....	6:000\$000
A' Casa de Caridade de S. Gabriel.....	6:000\$000
A' Santa Casa de Misericordia de Cuyabá.....	12:000\$000
Ao Lyceo de Artes e Officios de Cuyabá.....	10:000\$000
Ao Asylo de Santa Rita de Cuyabá.....	10:000\$000
Ao Collegio de Santa Thereza, em Corumbá.....	8:000\$000
Para auxilio ao gabinete dynamo-therapico do Sr. Alvaro Alvim, na Capital Federal (não annualmente, mas por uma só vez).....	10:000\$000

l) os remanescentes serão distribuidos: tres contos de réis ao Gymnasio Parnahybano (Parnahyba, no Piahy) dirigido pelo Dr. Olyntho Amorim e o restante em partes iguaes á Maternidade da Capital Federal, além de ser realizado o programma da Comissão do Congresso Medico, á Liga contra a Tuberculose, ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, Asylo Gonçalves de Araujo e Lyceo de Artes e Officios, todos da Capital Federal;

m) o producto do imposto de 5 % cobrado sobre os premios das loterias estaduaes será destinado em partes iguaes aos mesmos institutos mencionados na lettra l, não incluindo o Gymnasio Parnahybano.

Art. 3.º Fica sómente sujeito á taxa fixa de £2.0.0. todo vapor ou navio á vela, seja qual for a sua tonelagem ou carregamento, quando demande qualquer dos portos da União com o fim exclusivo de receber ordens e seguir seu destino, podendo demorar-se 10 dias sob a fiscalização das Alfandegas para receber provisões, agua o combustivel.

§ 1.º Na referida taxa comprehender-se-hão todos os emolumentos aduaneiros e quaesquer outras taxas, carta de saude e capitania do porto, respeitadas no mais os regulamentos de saude e policia do porto.

§ 2.º O prazo de 10 dias será prorogado por mais cinco dias pelo inspector da Alfândega, por motivo justificado.

§ 3.º Terminado o prazo de 15 dias, ficará o vapor ou navio sujeito ao regimen dos que dão entrada por inteiro, franquia ou arribada.

Art. 4.º A cobrança dos impostos de importação será feita na razão de 25 % ouro, dos quaes 5 % continuam a ser destinados ao fundo de garantia, e de 75 %, papel.

Art. 5.º O Governo providenciará sobre o recolhimento das moedas de nickel dos antigos cunhos, marcando os prazos necessarios para a desmonetização e as mandará recunhar até a importancia correspondente áquellas emissões.

Art. 6.º O Governo mandará consolidar as disposições das leis e regulamentos relativos ao serviço alfandegario.

Art. 7.º O Governo apresentará ao Congresso, na sessão do anno proximo, uma informação especial sobre o resultado que tem dado na pratica a execução da actual tarifa e sobre as reclamações que contra ella tenham apparecido, indicando ao mesmo tempo quaesquer modificações que porventura julgue necessario fazer-se.

Art. 8.º Continuum em vigor o § 1.º do art. 7.º da lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897, ¹ e o respectivo regulamento.

Paragrapho unico. Aos grandes consumidores para usos industriaes ou de commercio, a taxa de 150 réis será feito um abatimento até 50 %, de tantas vezes 1 %, quantas forem as parcelas de 4.000 metros cubicos do seu consumo em cada semestre.

Art. 9.º A disposição do n. 11 do art. 3.º da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898 ² comprehende as estradas de ferro federaes, estaduais e municipaes.

¹ Art. 7.º, § 1.º, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Para o pagamento do consumo da agua desta Capital serão os predios urbanos divididos em duas classes:

Predios de 1.ª classe são os de aluguel superior a 2:400\$ annuaes e os de 2.ª classe aquellos cujo aluguel não exceda áquella quantia.

Os predios de 1.ª classe pagarão a taxa annual de 54\$ e os de 2.ª pagarão a de 36\$500.

§ 1.º Os estabelecimentos de educação, os de beneficencia e respectivos hospitaes, as congregações civis ou religiosas e casas de saude que actualmente não gosam de isenção da taxa acima, e bem assim as estalagens, pagarão, segundo o consumo verificado por hydrometro, a razão de 100 réis por metro cubico; as casas de banhos, as cocheiras e quaesquer estabelecimentos em que o consumo seja proveniente de uso industrial, pagarão, pelo mesmo modo, a razão de 150 réis por metro cubico.

² Art. 3.º da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898 — E' o Governo autorizado:

.....
XI. A conceder ás empresas de estradas de ferro e de engenhos contraos isenção de direitos de machinismos e material importados para a sua construção.

Art. 10. Os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos publicos da Capital Federal serão executados exclusivamente na Imprensa Nacional e nas repartições federaes com officinas installadas para tal fim.

Art. 11. As isenções de direitos concedidas pelos §§ 21, 22 e 23 do art. 2º das tarifas e disposições orçamentarias serão sujeitas ás seguintes restricções:

a) salvo os artigos do mercado que não tenham applicação especial ao objectivo do serviço que se quer favorecer;

b) salvo os artigos que tiverem similares na industria nacional, conforme a disposição da Consolidação das Leis das Alfandegas.

Paragrapho unico. Na celebração de contractos ou ajustes para fornecimentos ao serviço da União não será permittida a clausula de isenção de direitos.

Art. 12. Os direitos do art. 353 da tarifa das Alfandegas ficam assim corrigidos :

Em	vez	de	7\$000	diga-se	20\$000
»	»	»	3\$000	»	6\$000
»	»	»	2\$400	»	5\$000
»	»	»	1\$200	»	4\$000
»	»	»	7\$000	»	20\$000
»	»	»	3\$500	»	6\$000
»	»	»	9\$000	»	30\$000
»	»	»	6\$000	»	20\$000
»	»	»	3\$600	»	5\$000
»	»	»	20\$000	»	50\$000
»	»	»	10\$000	»	20\$000
»	»	»	25\$000	»	50\$000
»	»	»	14\$000	»	30\$000
»	»	»	7\$000	»	20\$000
»	»	»	1\$000	»	3\$000
»	»	»	2\$000	»	6\$000

e tudo mais como está no artigo.

Art. 13. Ficam isentas de impostos de importação e do expediente as folhas estampadas para fabricação de latas para manteiga, directamente importadas pelas fabricas.

Art. 14. Os beneficios constantes do decreto legislativo n. 7, de 29 de agosto de 1891, que continha em vigor, se applicam a Sociedade Propagadora de Sciencias e Artes, com sede no edificio que pertenceu á Academia de Commercio em Juiz de Fora, para o fim de concluir a dita sociedade a construcção do mesmo edificio e prover-se dos objectos necessarios á completa installação de seu instituto de ensino.

Art. 15. A tarifa actual sobre o milho—400 réis por sacco de 62 1/2 kilogrammas, na Estrada de Ferro Central, applica-se a todos os outros cereaes.

Art. 16. Continuam em vigor: a disposição constante do n. 25 do art. 29 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900,¹ e bem assim o n. 28² do mesmo artigo na parte referente à isenção do imposto de importação para o material destinado à construção de um mercado nos terrenos da praia de D. Manoel, na Capital Federal; o n. XI do art. 3º da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898³; as disposições contidas no n. VIII do art. 2º⁴ e arts. 4º,⁵

¹ Art. 29 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — E' o Governo autorizado:

25. A usar da autorização da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899, art. 22, n. VIII, que fica extensiva ás estradas de ferro de todas as emprezas que gosam da garantia de juros, fazendo para isso as necessarias operações de credito. As apolices para este fim emittidas constituirão uma serie especial, etc.

² Mesmo artigo n. 28. — A isentar, na vigencia desta lei, do pagamento do imposto de importação o material destinado: ao desenvolvimento da luz electrica e ao estabelecimento da força electrica da cidade de Minas, no Estado de Minas Geraes, que for importado por conta da Prefeitura da mesma cidade; ao estabelecimento de luz electrica da cidade de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, da Cachoeira e S. Felix do Paraguassú, no Estado da Bahia, e à construção de um mercado nos terrenos da praia de D. Manoel, na Capital Federal.

³ Art. 3º n. XI da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898 — Vide nota n. 2.

⁴ Art. 2º da lei n. 713, de 23 de dezembro de 1901 — E' o Governo autorizado:

N. VIII — A isentar de direitos o material importado pelos Estados ou Municipalidades com applicação ao abastecimento de agua e o material metallico para rede de esgoto; bem como as *road locomotives* com vagões importados para serviço de tracção em estradas sem trilhos, e os instrumentos destinados ao ensino profissional e appparelhos para a instrucção technica, importados pelos institutos de ensino profissional officiaes dos Estados e o material importado para os institutos profissionais mantidos pelo Governo do Districto Federal.

Paragrapho unico. Ficam isentos de impostos e outras quaesquer contribuições os navios e embarcações nacionaes que se empregarem exclusivamente na pesca, e bem assim os appparelhos, instrumentos e artigos importados para exploração daquella industria e para conservação do pescado.

⁵ Art. 4º da mesma lei — Obriga a remessa ao Laboratorio de Analyses de todas as bebidas e productos alimenticios importados pela Alandega da Capital Federal, sem interrupção de partidas a prescreve regras a respeito.

5º, 10º e 16º da lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901, e bem assim todas as disposições das leis de orçamento antecedentes, que não versarem sobre a fixação da receita e despesa, sobre autorização para alterar ou marcar vencimento, crear, reformar ou supprimir repartições e alterar legislação fiscal, e que não tenham sido expressamente revogadas.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 954 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao agente da estação de Sítio, da Estrada de Ferro Central do Brazil, coronel Francisco da Costa Araujo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao agente da estação de Sítio, da Estrada de Ferro Central do Brazil, coronel Francisco da Costa Araujo, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

¹ Art. 5º da mesma lei — Dá nova tabella de taxas ás analyses a que se proceder no laboratorio respectivo.

² Art. 10 da mesma lei — Ficam sem effecto as autorizações para arrendar ou alienar a Estrada de Ferro Central do Brazil.

³ Art. 16 da mesma lei — São do dominio dos Estados os proprios nacionaes que no regimen transacto eram destinados a serviços que passaram para os Estados com a nova organização politica, e bem assim os que naquella época já eram utilizados para serviços que estavam a cargo das antigas provincias e continuaram a cargo dos Estados.

DECRETO N. 955 -- DE 30 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito extraordinario de 7:244\$ para pagamento a dous empregados da extincta Commissão de Melhoramentos do rio Parnahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:244\$, destinado ao pagamento de dous empregados da extincta Commissão de Melhoramentos do rio Parnahyba, que, no periodo de 1 de janeiro de 1897 a 5 de junho de 1899, estiveram encarregados da guarda e conservação do material pertencente á mesma commissão; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1902, 14º da Republica,

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 956 -- DE 30 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder a Paulo Orozimbo de Azevedo, administrador dos Correios de S. Paulo, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, dentro ou fóra da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, a Paulo Orozimbo de Azevedo, administrador dos Correios do Estado de S. Paulo, para tratar de sua saude, dentro ou fóra da Republica.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Lauro Severiano Müller.

LEI N. 957 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1902

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o exercicio de 1903, é fixada na quantia de 41.399:062\$834, ouro, e 244.432:545\$495, papel, assim distribuida pelos respectivos Ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes :

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelas repartições do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 16.424:481\$135 :

1. Subsidio do Presidente da Republica.....	120:000\$000
2. Subsidio do Vice-Presidente da Republica..	36:000\$000
3. Despesa com o palacio da Presidencia da Republica.....	101:440\$000
4. Gabinete do Presidente da Republica.....	33:600\$000
5. Subsidio dos Senadores.....	567:000\$000
6. Secretaria do Senado—Pessoal: augmentada de 7:200\$ para um 1.º official e de 2:400\$ para um continuo, dispensados com vencimentos por acto do Senado, de 28 de outubro de 1902, acto este que tambem se refere aos 2.ºs officiaes, reduzindo o respectivo numero a tres com os vencimentos de 3:200\$ de ordenado e 1:600\$ de gratificação; augmentada tambem de 3:800\$ para um porteiro da Secretaria, dispensado com todos os vencimentos, por acto do Senado, de 6 de dezembro de 1902, e augmentada ainda de 3:000\$ para mais um continuo, logar creado pelo referido acto de 6 de dezembro de 1902 — Material: augmentada de 3:000\$ para a installação de ventiladores no edificio do Senado, e de 100\$ mensaes á consignação para um ajudante do redactor das actas para o <i>Diario do Congresso</i> ; reduzida de 1:500\$ a consignação para redacção e revisão dos debates, á razão de 300\$ mensaes em cinco mezes, de accordo com a já citada resolução do Senado, de 6 de dezembro de 1902.....	342:932\$118

7. Subsídio dos Deputados.....	1.908:000\$000
8. Secretaria da Camara dos Deputados — Elevada de 26:800\$, sendo : no — Pessoal dispensado do serviço — 3:800\$ para o porteiro do salão e 3:000\$ para um continuo, dispensados em virtude da resolução da Camara, de 19 de setembro de 1902 ; e no — Material — 20:000\$ para attender ao augmento da despesa com a stenographia e redacção dos debates, em virtude do novo contrato celebrado pela Mesa da Camara dos Deputados, em 11 de julho de 1902.....	473:868\$118
9. Ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional.....	90:000\$000
10. Secretaria de Estado — Augmentada de 3:000\$ para gratificação ao pessoal do gabinete do Ministro.....	367:603\$118
11. Justiça Federal — Augmentada de 1:000\$ para despesa com a installação do Juizo Federal na nova capital do Estado do Rio de Janeiro.....	847:234\$118
12. Justiça do Districto Federal — Augmentada de 4:800\$ para a gratificação annual do curador das massas fallidas, conforme o art. 130 do decreto n. 859, de 16 de agosto de 1902.....	343:729\$059
13. Ajudas de custo a magistrados.....	6:000\$000
14. Policia do Districto Federal.....	2.989:667\$438
15. Casa de Correção.....	216:893\$939
16. Guarda Nacional.....	29:000\$000
17. Junta Commercial — Augmentada de 6\$ para aluguel de um predio destinado a nelle funcionar a Junta, em falta de um proprio nacional que sirva para esse fim.....	37:346\$118
18. Archivo publico.....	81:976\$118
19. Assistencia a Alienados.....	663:527\$248
20. Directoria Geral de Saude Publica — Augmentada de 50:600\$ o serviço quarentenario e de desinfecção no Estado de Matto Grosso.....	1.040:819\$000
21. Faculdade de Direito de S. Paulo.....	284:380\$000
22. Faculdade de Direito do Recife.....	300:100\$000
23. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — Augmentada, no — Material — de 10:000\$ para acquisição deapparelhos e instrumentos necessarios a cadeira de clinica propedeutica.....	631:732\$236
24. Faculdade de Medicina da Bahia — Augmentada no — Material — de 35:000\$, sendo 10:000\$ para acquisição de appa-	

	relhos e instrumentos necessarios á cadeia de clinica propedeutica, e 25:000\$ para ser elevada a 50:000\$ a gratificação á Santa Casa de Misericordia por prestar os seus hospitaes e o material necessario ás aulas de clinica da Faculdade.....	671:080\$000
25.	Escola Polytechnica.....	489:895\$118
26.	Escola de Minas.....	243:000\$000
27.	Gymnasio Nacional — Mantida a consignação para despesas, no Externato, com os exames de preparatorios e expediente dos de madureza, inclusive pagamento mensal do pessoal indispensavel desse serviço e os respectivos auxiliares, sendo paga ao director a gratificação de 300\$, unicamente durante quatro mezes, ao secretario 200\$ e ao escrivão a de 100\$ durante todo o anno. Classificada a consignação destinada, no Internato, a um enfermeiro entre as do—Pessoal — e não no — Pessoal de nomeação do director...	511:448\$354
28.	Escola Nacional de Bellas Artes.....	159:721\$777
29.	Instituto Nacional de Musica.....	127:632\$118
30.	Instituto Benjamin Constant.....	200:818\$118
31.	Instituto Nacional dos Surdos-Mudos.....	118:279\$118
32.	Bibliotheca Nacional.....	185:312\$118
33.	Musco Nacional — Augmentada de 1:000\$ a consignação para diarias aos assistentes incumbidos de excursões fóra do Districto Federal.....	147:673\$118
34.	Serventuarios do Culto Catholico.....	181:060\$000
35.	Soccorros publicos.....	100:000\$000
36.	Obras — Augmentada de 34:000\$, para aquisição do material necessario á bibliotheca da Camara dos Deputados, reparos urgentes e indispensaveis no respectivo archivo, reforma completa do serviço de illuminação externa do edificio da mesma Camara e conclusão de pequenas obras no referido edificio; e de 16:000\$ para a illuminação geral do salão de concertos do Instituto Nacional de Musica, diversas alterações no mesmo salão e reparos na mobilia do alludido Instituto	300:352\$118
37.	Corpo de Bombeiros — Augmentada de 100:000\$, destinados á continuação das obras do quartel central.....	898:360\$550
38.	Magistrados em disponibilidade.....	436:000\$000
39.	Eleições federaes — Para despesas com as eleições federaes.....	50:000\$000
40.	Eventuaes.....	100:000\$000

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado :

I, a entrar em accordo com a Sociedade Nacional de Agricultura, no sentido de, mediante a subvenção annual de 50:000\$, fundar e custear, no proprio nacional — Fazenda de Santa Monica — ora a cargo da mesma sociedade, uma *Escola Agricola para menores desamparados*, devendo prestar annualmente contas ao Poder Executivo, da applicação da mesma subvenção:

a) Para o effeito dessa subvenção, serão transferidos para a mencionada escola, da Escola Quinze de Novembro, á qual se referem o n. V do art. 3º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 ¹, e a rubrica 36ª do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901 ², os menores alli existentes, só podendo ser admittidos, além desses, e até attingirem o maximo de 70:

1º, os menores viciosos do Districto Federal, orphãos, que absolutamente não disponham de recursos para prover á sua honesta subsistencia ;

2º, os menores que estiverem no caso do art. 30 do Codigo Penal ;

b) A manutenção dos menores será calculada á razão de 700\$ annuaes cada um ;

c) Nenhum menor será admittido no estabelecimento sem ordem do chefe de policia ou do juiz criminal, conforme a hypothese ;

d) Feito o accordo a que se refere esta autorização, o Poder Executivo fará, para esse fim, as necessarias operações de credito ;

II, a fazer, na vigencia desta lei, as despezas necessarias para installar definitivamente a guarda da Presidencia da Republica nas immedições do Palacio do Governo ;

III, a mandar examinar por pessoas competentes a obra do professor Benedicto Raymundo da Silva Filho, intitulada *Diccionario de Zoologia no Brasil*, e, si for julgada de merito extraordinario, solicitar o credito para a sua impressão ;

IV, a effectuar o pagamento da installação do material electrico nas Casas de Correção e de Detenção, com o saldo do

¹ Art. 3º da lei n. 746 de 29 de dezembro de 1900 — E' o Governo autorizado:

N. V. A conceder á Escola 15 de Novembro, fundada nesta Capital, o auxilio annual de 10:000\$, para manutenção dos menores já alli admittidos, e a concorrer com a quantia de 800\$ annuaes para manutenção de cada menor que daqui por deante for admittido, até o maximo de 25, etc.

² Art. 2º da Lei n. 834 de 30 de dezembro de 1901:

N. 36 — Verba de despesa: Escola 15 de Novembro — Com a manutenção, até o maximo de 60 menores orphãos, á razão de 700\$ cada um, 42:000\$000.

credito para esse fim aberto pelo decreto n. 4508, de 21 de agosto de 1902, si o prazo para conclusão das obras exceder de 31 de dezembro do mesmo anno ;

V, a despende até 50:000\$ com a compra de cavallos para o regimento de cavallaria da brigada policial ;

VI, a entrar em accordo com os proprietarios dos terrenos contiguos ao quartel de cavallaria da brigada policial, afim de adquiril-os até o preço maximo de 60:000\$000 ;

VII, a continuar as obras de construcção dos edificios da Praia da Sividade, rua do General Severiano e Praia da Lapa, podendo despende neste exercicio até 150:000\$000 ;

VIII, a expedir novo regulamento para a Bibliotheca Nacional, reorganizando-a de modo a melhor preencher os seus fins, sem augmento de despeza.

IX. A consignação — Material — do § 32 — Bibliotheca Nacional — será distribuida do seguinte modo :

Acquisição de livros, manuscritos, mappas, estampas, moedas, medalhas e sellos.....	15:000\$000
Conservação de livros, periodicos, manuscritos, etc., impressões e ampliação e custeio das officinas de encadernação e typographia.....	29:000\$000
Permutações internacionaes.....	2:700\$000
Objectos de expediente.....	1:800\$000
Material da illuminação.....	2:000\$000
Contribuição á brigada policial pelo fornecimento de energia electrica.....	3:000\$000
Conservação do predio, moveis, publicações e despesas miudas e eventuaes.....	6:000\$000
Aluguel de casa para o deposito de livros.....	6:000\$000
Taxa de esgoto do predio.....	136\$118
Consumo de agua.....	576\$000
	<hr/>
	66:212\$118

Art. 4.º Na vigencia desta lei, o Governo despende até a quantia de 400:000\$ para a conclusão das obras do lazareto de Tamandaré.

Art. 5.º Ficam prohibidas as accumulações de cargos remunerados.

Art. 6.º Fica autorizado o Governo a despende a quantia necessaria para o pagamento de um amanuense da bibliotheca da Escola Polytechnica desta Capital, cargo esse creado pelo decreto n. 3890, de 1 de janeiro de 1901.

Art. 7.º Fica revogado o regulamento de 12 de janeiro de 1901, sobre o Instituto Benjamin Constant (Cegos), e restabelecido o de 17 de maio de 1890, com as modificações dos actos ulteriores a elle relativos ; havendo um professor ou professora de piano para ambos os sexos e um professor ou professora de canto e canto-choral para ambos os sexos, em vez de um professor para piano e canto e uma professora para piano e canto, como dispõe o art. 4.º desta ultima regulamento.

Art. 8.º O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio das Relações Exteriores a importancia de... 631:920\$000, papel, e 905:500\$000, ouro, nos serviços designados nas verbas seguintes :

	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado — Augmentada de 5:000\$, sendo 3:000\$ para a re- presentação do director geral e 2:000\$ para o official de gabinete... ..		216:920\$000
2. Empregados em disponibi- lidade		70:000\$000
3. Extraordinarias no inte- rior—Inclusive 11:000\$ para telegrammas para o exterior.....		45:000\$000
4. Comissões de limites — Reduzida de 100:000\$..		300:000\$000
5. Legações e Consulados — Reduzida de 28:000\$ des- tinados ao augmento das representações dos mi- nistros no Perú, Boli- via, Paraguay, Suissa, Santa Sé, Belgica e Hes- panha. Augmentada de 30:000\$ para um 2º se- cretario em cada uma das Legações nos Esta- dos Unidos da America, na Republica Argentina, no Uruguay, na Italia, em Portugal e na Alle- manha, sendo 2:500\$ de ordenado e 2:500\$ de gratificação a cada um; de 28:000\$ para os Consulados Geraes em Trieste, Genebra e Val- paraiso e Consulado em Napoles, sendo 2:500\$ de ordenado e 4:500\$ de gratificação a cada um; de 2:000\$ para acce- scimo de vencimentos do consul geral em Nova- York, e de 4:000\$ para o vice-consul em Pos- das.....		780:500\$000

	Ouro	Papel
6. Ajudas de custo.....	80:000\$000	
7. Extraordinarias no exterior — Reduzida de...		
15:000\$.....	45:000\$000	

Art. 9.º O Presidente da Republica é autorizado a despendere pelo Ministerio da Marinha, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 26.700:664\$517.

1. Secretaria de Estado.....	208:667\$000
2. Conselho Naval.....	46:000\$000
3. Quartel-General — Augmentada de 6:800\$ para pagamento da impressão dos 1.500 exemplares já entregues do <i>Almanak da Marinha</i> para 1901.....	97:031\$000
4. Supremo Tribunal Militar	26:040\$000
5. Contadoria	227:932\$500
6. Commissariado Geral.....	43:760\$000
7. Auditoria.....	21:775\$000
8. Corpo da Armada — Augmentada de 960\$ para pagamento da differença de soldo ao capitão-tenente José Maria da Fonseca Neves, promovido a esse posto, por decreto de 16 de julho de 1902, no quadro extraordinario; e de 4:320\$, também para pagamento de differenças de soldo, sendo 960\$ ao capitão de mar e guerra Alfredo Augusto de Lima Barros, 960\$ ao capitão-tenente João da Costa Pinto, promovidos a esses postos, por decretos de 31 de outubro e de 5 de novembro de 1902, o 2:400\$ para pagamento de soldo ao 1.º tenente Francisco Burlamaqui de Moura, revertido do quadro activo para o extraordinario, por decreto do 22 de outubro de 1902.....	2.998:380\$000
9. Corpo de Marinheiros Nacionais.....	1.730:577\$400
10. Corpo de Infantaria de Marinha—Augmentada de 22:661\$400, sendo : 6:570\$ para pagamento do soldo a mais 50 praças e 16:091\$400 para fardamento destinado a essas mesmas praças.....	302:724\$600
11. Arsenaes—Augmentada de 150:000\$ para pagar aos operarios dos arsenaes extinctos da Bahia e de Pernambuco que tiverem direito a pensões.....	3.875:334\$650
12. Capitancias de portos — Augmentada de 72:000\$ do soccorro naval no porto do Rio de Janeiro.....	424:239\$000
13. Balisamento de portos.....	50:000\$000

14. Força naval — Augmentada de 153:877\$, sendo : 144:000\$ para gratificação de mais 200 foguistas contractados ; 1:890\$ para gratificação de embarque ao 1º tenente Tycho Brahe de Araujo Machado, revertido ao quadro activo ; 1:825\$ para gratificação a mais 50 praças, e 6:156\$ de differença de gratificação de vice-almirante para a de almirante commandante da escola..... 4.127:213\$512
15. Hospitacs — Na enfermaria do Arsenal do Pará, em vez de — medico-cirurgião de 1ª classe, diga-se — cirurgião de 3ª classe (capitão-tenente); augmentada de 978\$ para a differença de gratificação resultante dessa modificação 359:103\$000
16. Repartição da Carta Maritima — Augmentada de 80:000\$ para a construção de dous pharões de 3ª classe, sendo um na costa do Albardão e outro na praia de Pernambucozinho, no Rio Grande do Sul. 743:940\$000
17. Escola Naval..... 383:000\$000
18. Reformados — Augmentada de 13:600\$ para pagamento de soldo e quotas que competem ao contra-almirante Joaquim Cardoso Pereira de Mello, reformado no posto de almirante graduado e com o soldo de vice-almirante..... 677:021\$609
19. Companhia de Invalidos..... 127:477\$000
20. Armamento e equipamento — Augmentada de 6:950\$ no material, sendo: para armamento 1:85\$ e para equipamento 5:100\$, destinados a mais 50 praças..... 76:950\$000
21. Munições de bocca — Augmentada de.... 134:393\$, sendo 511\$ para uma etapa que compete ao capitão-tenente José Maria da Fonseca Neves, promovido no quadro extraordinario ; 2:555\$ para cinco etapas que competem ao 1º tenente Tycho Brahe de Araujo Machado, que reverteu ao serviço activo ; 102:200\$ para 200 rações a foguistas contractados ; 25:550\$ para 50 rações para o Corpo de Infantaria de Marinha, e 3:577\$ para pagamento de etapas, sendo 511\$ ao capitão de mar e guerra Alfredo Augusto de Lima Barros, 511\$ ao capitão-tenente João da Costa Pinto e 2 555\$ ao 1º tenente Tancredo Burlamaqui de Moura.. 5.495:198\$246
22. Munições navacs — Augmentada de..... 53:300\$, sendo destinada a quantia de

3:000\$ para installação da iluminação a gaz na Escola de Aprendizes Marinheiros no Estado da Bahia e a de 300\$ para agua e luz na patromoria da Capitania do Porto do mesmo Estado.....	1.153:300\$000
23. Material de construcção — Augmentada de 925:000\$, sendo 200:000\$ para novo material destinado á barra do Rio Grande do Sul; 100:000\$ para acquisição de um rebocador ou lancha a vapor para o serviço da Capitania do Porto de Pernambuco; 350:000\$ para compra de machinas-ferramentas para o Arsenal da Capital Federal, tres bombas para esgotamento dos diques, machinas motoras, dynamos, caldeiras, quadros de distribuição electrica e do necessario para a installação; 200:000\$ para acquisição de um porta-caixão para o dique Guanabara, e 75:000\$ para conclusão das obras da mortona, no Arsenal do Ladarario.....	1.675:000\$000
24. Obras — Augmentada de 330:000\$, sendo 120:000\$ para os reparos mais urgentes na fortaleza de Willegaignon; 10:000\$ para construcção da lavanderia, depositos de agua e esgoto na Escola de Aprendizes Marinheiros, no Estado de Alagoas; e 200:000\$ para conclusão do quartel de infantaria de marinha; e destinada a importancia de 30:000\$ para os reparos mais urgentes de que carece a doca do Arsenal de Marinha da Bahia na parte dependente deste Ministerio....	510:000\$000
25. Combustivel — Augmentada de 100:000\$..	900:000\$000
26. Fretes.....	220:000\$000
27. Eventuaes.....	200:000\$000

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado :

a) a vender o material reputado inutil, aproveitando o producto da venda nos reparos do material fluctuante e proprios nacionaes ;

b) a dotar, dentro das forças do orçamento, as escolas de aprendizes marinheiros com o material fluctuante necessario á instrucção pratica que taes escolas são destinadas a fornecer ;

c) a mandar imprimir na Imprensa Nacional o catalogo da Bibliotheca e Museo da Marinha ;

d) a abrir o credito supplementar necessario para occorrer ao pagamento de vencimentos e vantagens e material, a medida que se for preenchendo o numero de praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes, até o limite marcado na lei da fixação do forças ;

e) a transferir para outras escolas, em que haja falta, os alumnos que excederem á lotação em uma escola de aprendizes marinheiros ;

f) a abrir credito até 500:000\$ para proseguinto da construção dos monitores *Maranhão* e *Pernambuco* si, após exames, o julgar conveniente ;

g) a mandar construir, para experiencia, os submarinos de invenção nacional, que forem julgados accitaveis, depois de ouvidas e publicadas as opiniões competentes sobre o assumpto, podendo para esse fim abrir credito até a quantia de 700:000\$000 ;

h) a abrir credito de 25:000\$ para conclusão da muralha do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, contigua ao mosteiro de S. Bento ;

i) a mandar praticar officiaes da Armada em officinas e estabelecimentos navaes estrangeiros, até o maximo de seis ; e tem assim até quatro dos engenheiros navaes, que tenham de completar o curso a que são obrigados pelo respectivo regulamento, vencendo os mesmos officiaes, além do soldo, etapa o quantitativo para criado, a gratificação de commando, conforme a patente, devendo recahir a escolha entre os officiaes subalteruos ;

j) a despende até a quantia de 20:000\$, com experiencias do torpedo dirigivel, invento do cidadão brasileiro Torquato Lamarão, abrindo o necessario credito ;

k) a abrir credito até 900:000\$ para occorrer ás despesas com as viagens de navios da Armada que, porventura, sejam feitas a portos estrangeiros, na vigencia desta lei ;

l) a reorganisar o Conselho Naval e a respectiva Secretaria, ficando o acto para execução dependendo de approvação do Congresso ;

m) a rever o regulamento da Escola Naval, fazendo as alterações que julgar convenientes, devendo, porém, ter execução depois da approvação do Congresso.

Art. 11. Fica derogado o art. 19 da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880¹, para o fim de poder o Governo celebrar contractos por tempo nunca maior de cinco annos, quando estes versarem sobre aluguel de casas, construcções navaes e illuminação de fortalezas, ilhas do Ministerio da Marinha e navios de guerra cu fornecimento de agua a qualquer dessas dependencias.

¹ Art. 19 da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880 — O Governo não pôde, sem autorização expressa do Poder Legislativo, fazer contractos por tempo excedente do anno financeiro, que estiver correndo, nem para serviços não contemplados na lei do orçamento vigente.

Art. 12. Continuam em vigor o art. 10, lettras c e i da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901 ¹, e o art. 13 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 ², ficando extensivo ás praças e inferiores asylados, aquartelados, o abono que se faz de etapa á mulher e um filho do asylado, aquartelado, no Ministerio da Guerra.

Art. 13. Serão restituídas, na vigencia desta lei, aos operarios dos Arsenaes de Marinha da Bahia e Pernambuco, dispensados por effeito da extincção destes estabelecimentos, as quantias com que aquelles concorreram para o fundo das pensões ou para montepio.

§ 1.º A' restituição teem direito os herdeiros de todos os operarios fallecidos após a extincção dos Arsenaes.

§ 2.º Nas restituições será levado em conta quanto houverem recebido os operarios depois da extincção dos Arsenaes, a titulo de abono de vencimentos.

Art. 14. Vigorará durante o anno de 1903 a autorização contida no art. 1º, n. 6, da lei n. 478, de 9 de dezembro de 1897. ³

Art. 15. Ficam prohibidas as accumulações remuneradas.

Art. 16. O Presidente da Republica é autorizado a despendar pela repartição do Ministerio da Guerra, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 47.569:437\$905.

1. Administração Geral—Transferido da 6ª rubrica, sub-rubrica 1ª ordem — Capital Federal — um encarregado do Museo Militar, para a sub-rubrica — Direcção Geral de Artilharia — com a gratificação de 900\$000..... 196:315\$000

¹ Lei n. 834 de 30 de dezembro de 1901, art. 10 — E' o Governo autorizado:

c) a applicar aos novos pharões, que tenham de ser inaugurados dentro do exercicio, os creditos votados para pessoal e custeio dos que não estiverem montados e funcionando:

i) a fazer embarcar officiaes da Armada em navios de linhas subvencionadas, no intuito de proporcionar-lhes pratica de mar e conhecimento da costa, sem perda dos vencimentos que perceberem, nem de antiguidade, sendo-lhes contado esse tempo como de embarque, não percebendo, porém, gratificação alguma das respectivas empresas e sendo obrigados a apresentar relatorios das viagens que fizerem.

² Art. 13 da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899 — A etapa dos invalidos da patria da Marinha será a mesma dos invalidos da patria do Exercito.

³ Decreto n. 478 de 9 de dezembro de 1897, art. 1º — E' o Governo autorizado:

N. 6, a expedir regulamento para execução do previsto no art. 87 § 4º, *in fine*, da Constituição, o qual impõe á marinha mercante a obrigação de contribuir para o pessoal da Armada, mediante sorteio, observadas as seguintes clausulas, etc.

2. Supremo Tribunal Militar.....	143:800\$000
3. Direcção Geral de Contabilidade da Guerra	238:330\$000
4. Intendencia Geral da Guerra — Transferidos da 6ª rubrica, sub-rubrica 1ª ordem — Capital Federal — para esta : um encarregado do deposito de artilharia com a gratificação de 1:800\$, um guarda de artilharia com 1:200\$ de ordenado e 600\$ de gratificação, um guarda do deposito com 800\$ de ordenado e 400\$ de gratificação, 12 serventes de 1ª classe com a diaria de 3\$ e oito de 2ª classe com a diaria de 2\$500.....	237:565\$000
5. Instrucção Militar — Na sub-rubrica — Tiro Nacional — reduzida de 10:000\$ a consignação para despesas com o pessoal para manutenção da linha.....	1.000:894\$500
6. Arsenaes, Depositos e Fortalezas — Assim redigidas as sub rubricas 1ª e 2ª ordem — Capital Federal — de 1ª ordem — Officinas de machinistas, caldeireiros, instrumentos de precisão, ferreiros, fundição e moldadores, construcção de reparos e torneiros, serralheiros e espingardeiros. De 2ª ordem — Officinas de coronheiros, carpinteiros, pintores e secção de latoeiros e funileiros, correeiros, selleiros e alfaiates. De 2ª ordem — de Porto Alegre — Officinas pyrotechnica, de machinistas, serralheiros, espingardeiros, construcção, carpinteiros, alfaiates, coloinheiros, pintores e secções de latoeiros, funileiros, correeiros e selleiros. Na sub-rubrica — 3ª ordem — Matto Grosso — Augmentada de 6:570\$ para o serviço de uma lancha a vapor no 7º districto, sendo: 2:920\$ para um machinista com a diaria de 8\$ e 3:650\$ para dous foguistas com a diaria de 5\$ cada um. Reduzida de 26:740\$ esta rubrica, em consequencia da transferencia de pessoal para as 1ª e 4ª rubricas.....	1.124:215\$000
7. Fabricas e laboratorios.....	350:875\$300
8. Serviço de Saude — Transferidos da sub-rubrica — Hospitaes de 2ª classe — para a sub-rubrica — Hospital Central (1ª classe) — com as respectivas verbas : um almoxarife, um 1º escriptuario, um 2º dito, um fiel de almoxarife, um porteiro, um cozinheiro, um enfermeiro-mór, dous enfermeiros, tres ajudantes e 10 serven-	

tes, que pertenceram ao Hospital de Andarahy, ultimamente extinto, devendo ser aproveitados nos logares vagos os que tiverem direitos adquiridos.....		335:100\$000
9. Soldos e gratificações.....	14.730:412\$900	
10. Etapas.....	15.797:054\$000	
11. Classes inactivas.....	2.001:369\$956	
12. Ajudas de custo.....	200:000\$000	
13. Colonias militares.....	97:908\$277	
14. Obras militares—Augmentada a sub- brica—Material—de 81:706\$072 para as obras necessarias ao abastecimento de agua ao Asylo de Invalidos da Patria, e substituida a parte referente a « gratifi- cações ás praças do Exército empregadas em obras e reparos » por : « gratifica- ções de 300 a 600 réis diarios ás praças do Exército empregadas em obras e re- paros ». Destinada a importancia de 100:000\$ para construcção de linhas de tiro nas sedes dos commandos de distri- cto e de guarnições, a juizo do Governo. Augmentada de 250:000\$ para a bateria de torpedos na fortaleza de S. João; 150:000\$ para terminação da Intendencia Geral da Guerra; 300:000\$ para o Ar- senal de Guerra da Capital Federal; 100:000\$ para a linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá; e destinem-se da propria verba 30:000\$ para o quartel de S. Luiz do Maranhão e 12:000\$ para o quartel de S. João d'El-Rei. Destinem-se da verba 60:000\$ para a continuacão da construcção da estrada estrategica de Palmas ao porto de União da Victoria, no Estado do Paraná.....	2.651:706\$072	
15. Material — Augmentada de 3:000\$ a consi- gnação n. 2, para expediente, livros, jor- naes, revistas e outras despezas, excluida deste augmento a parte que trata da <i>Re- vista Militar</i> ; de 10:000\$ a consignação n. 15 — Tiro Nacional — Despezas diver- sas — e de 6:000\$ a consignação n. 18 para combustivel e lubrificantes de uma lancha a vapor em serviço no 7º districto militar. Incluida sob n. 34 uma consi- gnação na importancia de 100:000\$ para iniciação dos trabalhos de levantamento da carta geral do Brazil, começando pelas regiões que forem pelo Governo julgadas mais convenientes. Diminuidas: de 7:053\$		

a consignação n. 18, nas partes relativas ao concerto do motor da officina de machinas do Arsenal de Porto Alegre e á compra de machinas para a officina de carpintaria do mesmo Arsenal ; de 90:000\$ a consignação n. 32 — Na consignação n. 27 supprimidas as palavras — de tronco — e substituidas as palavras — da mesma — por — dos mesmos — e augmente-se com mais 400:000\$ para terminação da reforma do arreiamento e equipamento dos corpos do Exercito. Para melhorar as comedorias dos officiaes inferiores do Exercito, quando embarcados em paquetes — 20:000\$...... 8.413:895\$000

Art. 17. E' o Poder Executivo autorizado :

I. A despende, na vigencia desta lei, a importancia necessaria para a construcção de uma linha telegraphica ligando a Colonia Militar do Chopim ao povoado da Mangueirinha, dentro das verbas do orçamento relativas ao pessoal e obras.

II. A despende, na vigencia desta lei, a quantia necessaria para dar andamento ás obras de reparação e construcção imprescindiveis no Asylo de Invalidos da Patria, correndo essa despesa pela rubrica 1.^a.

III. A continuar, na vigencia desta lei, os estudos necessarios á urgente construcção de uma ferro-via que ligue o Estado do Paraná ao de Matto Grosso, a qual será feita por praças do Exercito sob a direcção de engenheiros militares, dentro das verbas do orçamento relativas ao pessoal e obras militares.

IV. A mandar para outros paizes, como addidos militares ou em commissão, para estudar os diversos assumptos militares e os progressos dos respectivos conhecimentos, officiaes generaes, superiores ou capitães, completamente habilitados, sendo um para a Europa, um para a America do Norte, um para o Prata e outro para o Pacifico.

V. A mandar para diversos paizes, afim de se aperfeiçoarem nos conhecimentos militares, por espaço de um anno, até dous officiaes por armas ou corpos especiaes com o respectivo curso e capacidade reconhecida.

VI. A continuar os trabalhos de construcção do Sanatorio Militar em Lavrinhas, Estado de S. Paulo, dentro das verbas do orçamento relativas ao pessoal e obras.

VII. A estabelecer premios que estimulem a criação do cavallo de guerra nacional, podendo despende até 50:000\$ annualmente, para o que abrirá o credito necessario.

Art. 18. Ficam vigorando como creditos especiaes, para o^s mesmos fins para que foram votados, os saldos dos creditos concedidos pelos decretos ns. 141, de 5 de julho de 1893 e 1923, de 24 de dezembro de 1891.

Art. 19. Continúa em vigor o art. 20 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 .¹

Art. 20. Ficam prohibidas as accumulações remuneradas.

Art. 21. O Presidente da Republica é autorizado a despendere pelo Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas a importância de 3.783:315\$479, ouro, e 68.030:477\$253, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado.....	295:020\$000
2. Estatistica.....	332:592\$50
3. Correios—(Feitas as seguintes modificações): a) reunião das duas sub-consignações « Aos conductores, estafetas e empregados das lanchas e escaleres, diarias aos correeiros, 1.100:000\$ » e « Conducção de malas por contracto no territorio da Republica, 1.000:000\$ », em uma só, na verba « Pessoal da Directoria Geral », sob esta epigraphe: Conducção de malas por contracto ou por administração, e conductores, estafetas e empregados das lanchas e escaleres, diarias aos correeiros e aos empregados do quadro em serviço de correios ambulantes e no mar, 2.100:000\$, sendo esta verba inscripta na rubrica Pessoal; b) redução da verba « Custeio das succursaes da Capital da Republica, custo e conservação dos vehiculos e arreios » a 84:000\$; c) elevada a sub-consignação « Publicações Postaes » a 50:000\$; d) elevada a sub-consignação « Despezas miudas » a 75:000\$; e) accrescentada a sub-consignação « Conducção de malas em vehiculos especiaes entre as agencias urbanas e a administração e entre a Estrada de Ferro e a administração, collecta das caixas urbanas », 32:500\$; f) substituida a sub-consignação « Gratificação e pernoite ao pessoal, etc. » pelo seguinte: Gratificação aos chefes de turma da		

¹ Art. 20 da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899 — Na vigencia desta lei os vencimentos de officiaes e praças em commissão nos paizes estrangeiros serão pagos ao cambio de 18 pence por 1\$000.

	Ouro	Papel
<p>Directoria Geral e da Administração do Districto Federal, observada a porcentagem do art. 340 do regulamento do Correio; dita fixada de accordo com o art. 27 da lei n. 560, de 1898, a dous officiaes designados pela Directoria para inspecionar as administrações postaes, a dous empregados de cada administração de 1ª classe e a um das demais, designados pelos administradores para inspecionar as agencias respectivas; dita por substituições... 230:000\$; g) accrescentando-se á sub-consignação — Utensilios — o seguinte: « podendo despende-se até 30:000\$ para proseguir no fechamento de malas pelo systema do empregado do Correio Alfredo Marques de Souza».....</p>	102:498\$630	10.730:830\$800
<p>4. Telegraphos — (Elevando-se na consignação «Material das linhas» a sub-consignação «Transporte, seguro do material e outras despesas relativas» a 120:000\$ e redigindo-se a consignação «Novas linhas» assim: «Construções e reconstruções». Para a conservação das linhas transferidas á administração dos telegraphos federaes e das ultimamente construidas, custeio das respectivas estações e novas construções, 450:000\$).</p>	304:801\$122	7.735:320\$000
<p>5. Auxilios á agricultura — (Modificando-se no pessoal do Jardim Botânico, de accordo com o decreto n. 548, de 23 de junho de 1890, as seguintes parcelas: um feitor-apontador, 1:200\$; um porteiro, 900\$; um carpinteiro, 1:080\$; um pedreiro, 1:080\$; 30 trabalhadores com a diaria de 3\$, 32:400\$; no material: ferramentas, concertos, etc., 8:000\$; ficando o total da verba do Jardim Botânico elevado a 133:500\$; supprimindo-se as sub-consignações da proposta «Diarias para excursões do director, 1:080\$; idem idem de naturalista-viajante, 1:800\$»; accrescentando-se a seguinte sub-consignação «Conclusão do</p>		

	Ouro	Papel
muro, melhoramentos e reconstruções necessárias no jardim, 60:000\$; accrescentando-se ás sub-consignações para «publicações scientificas» a seguinte: «Para a publicação e distribuição da <i>Brasilian Mining Review</i> » 30:000\$000).....	815\$000	199.590\$000
6. Agazalho e transporte de imigrantes espontaneos — (Elevada a 18:000\$ a sub-consignação «Concertos, conservação e outras obras, etc.»—sendo 6:000\$ para a reconstrução e conservação dos viveiros da Ilha das Flores).....	201:255\$700
7. Subvenção ás companhias de navegação — (Accrescentando-se as sub-consignações seguintes : « Subvenção á Companhia Pila-rense para a navegação das lagoas Norte e Manguaba», 30:000\$; « Serviço de navegação entre o porto de Maceió e os portos da Europa», 36:000\$).	2.788:139\$092
8. Garantia de juros — (Supprimindo-se as sub-consignações «Estrada de Ferro Recife ao Limoeiro», 350:000\$; «Estrada de Ferro Central de Alagôas», 318:710\$; «Estrada de Ferro Uberaba a Coxim», 180:000\$; «Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha», 180:000\$ e «Ramal da Assembléa, da Estrada de Ferro Central de Alagôas», 111:600\$000).....	2.840:327\$005	3.471:402\$484
9. Estrada de Ferro Central do Brazil, 1ª divisão (Administração Central)..	415:267\$500	
2ª divisão (Tráfego). (Na sub-consignação «Inspectoria do movimento» fazendo-se as seguintes alterações: 48 conductores de 2ª classe, 201:600\$; 109 conductores de 3ª classe, 327:000\$; 35 bagageiros de 1ª		

Ouro

Papel

classe, 20 de
2ª, 19 de 3ª,
352 guarda-
freios, 12 cria-
dos de trens
nocturnos, 4
feitores e 52
trabalhadores,
776:136\$. Som-
ma da sub-con-
signação « Ins-
pectoría d o
movimento »... 1.674:346\$000

Na sub-consi-
gnação «Tele-
graphos e illu-
minação », fa-
zendo-se as se-
guintes altera-
ções: 16 tele-
graphistas de
1ª classe.....
67:200\$; 176 te-
legraphistas de
3ª classe.....
64:640\$; 55 te-
legraphistas de
4ª classe.....
99:000\$; 32 ca-
bineiros.....
44:595\$; 6 fei-
tores e 50 guar-
da-fios para
conservação
das linhas.....
87:300\$; na of-
ficina de gaz,
1 encarregado,
3 forneiros, 3
ajudantes, 2 fo-
guistas e 12 ga-
zistas.....
44:466\$500; ser-
viço chronome-
trico, 6:000\$.
Somma da sub-
consignação
«Telegraphos e
illuminação»... 1.064:376\$500

Na sub-consi-
gnação « Esta-
ções especiaes »,
fazendo-se as
seguintes alte-
rações: 6 fleis
de armazem,
21:600\$; 5aju-

Ouro

Papel

dantes de fiel, 45:000\$; 13 bilheteiros..... 46:800\$; 79 conferentes de 2ª classe, 489:000\$; 34 conferentes de 3ª classe, 61:200; guardas em geral, encarregados da toilette, etc., etc., 1.073:200\$. Somma da sub-consignação «Estações especiais».....	1.538:800\$000
Na sub-consignação «Estações de 1ª classe», fazendo-se as seguintes alterações: 15 conferentes de 3ª classe,..... 27:000\$; guardas em geral, etc., 700:000\$. Somma da sub-consignação «Estações de 1ª classe».....	922:000
Na sub-consignação «Estações de 2ª classe», fazendo-se as seguintes alterações: 17 conferentes de 2ª classe, 40:800\$; 8 conferentes de 3ª classe, 14:400\$; guardas em geral, etc., 245:600\$. Somma da sub-consignação «Estações de 2ª classe».....	421:460\$000
Na sub-consignação «Estações de 3ª classe», fazendo-se as seguintes alterações: 25 agentes,	

	Ouro	Papel
90:000\$; nove conferentes de 3ª classe, 16:200\$; guardas em geral, etc., 215:000\$. Somma da sub-consignação «Estações de 3ª classe».....	384:800\$000	
Na sub-consignação «Estações de 4ª classe», fazendo-se estas alterações: 27 agentes, 111:000\$; tres conferentes de 2ª classe, 7:200\$; 30 conferentes de 3ª classe, 54:000\$; guardas em geral, etc., 205:000\$..... Somma da sub-consignação...	377:200\$000	
Na sub-consignação «Estações de 5ª classe», feitas estas alterações: um conferente de 2ª classe, 2:400\$; 25 conferentes de 3ª classe, 45:000\$; guardas e trabalhadores, 233:000\$..... Somma da sub-consignação...	447:800\$000	
Na sub-consignação «Postos», pessoal titulado, 42:000\$; guarda-chaves e trabalhadores, 80:000\$..... Somma da sub-consignação...	122:000\$000	
A sub-consignação «Material, expediente, despesas		

	Ouro	Papel
miudas, etc.», e l e v a d a a		
650:000\$	650:000\$000	
Somma da consi- gnação da 2ª		
divisão.....	7.851:552\$500	
3ª divisão (con- tabilidade)....	486:590\$000	
4ª divisão (loco- moção).Na sub- consignação		
« Pessoal de		
tracção», feitas		
as seguintes al-		
terações : 130		
foguistas de 2ª		
classe, 190:240\$;		
200 graxeiros,		
256:025\$ 000.		
Somma da sub-		
consignação...	1.986:471\$890	
Elevada a sub-		
consignação		
« Material de		
tracção » com-		
bustível, lubri-		
ficantes, estopa		
e diversos a...	5.600:000\$000	
Na sub-consigna-		
ção « Pessoal		
da reparação		
do material ro-		
dante e depo-		
sitos », feitas		
as seguintes al-		
terações : 135		
limadores,		
214:674\$226; 55		
torneiros,		
112:080\$170; 68		
ferreiros,		
108:734\$595; 23		
fundidores,		
48:272\$091; 4		
modeladores,		
10:171\$333; 102		
concertadores		
de carros,		
165:939\$828; 4		
pedreiros,		
5:685\$656. Som-		
ma da sub-con-		
signação,		
974:359\$350.		
Somma da con-		
signação da 4ª		
divisão.....	12.856:781\$240	

Ouro

Papel

5ª divisão (via permanente).

Na sub-consignação « Pessoal da conservação ordinaria da linha e edificios », accrescentando-se quatro machinistas dos britadores, 8:640\$; elevada a somma da sub-consignação a quantia de 4.693:054\$500.

Modificada a sub-consignação « Material da conservação ordinaria da linha e edificios » para as seguintes epoches e importancia: «Material (dormentes, trilhos e accessorios e o necessario para todos os serviços da via permanente, inclusive os escriptorios dos engenheiros residentes» 2.000:000\$000.

Gratificações diversas (elevada a sub-consignação «Ajuda de custo ao director. etc.» a 110:950\$ e a « Gratificação de 20 % aos empregados de mais de 20 annos de serviços» a 348:665\$, estendendo-se aos ajudantes e auxiliares technicos das residencias a dia-

	Ouro	Papel
ria de 5\$, fixada para os engenheiros residentes e destinando-se a sub- consignação «Quebra de 10 %» ao the- soureiro, fieis, ajudantes de fieis, escrivão do thesoureiro, bilheteiros e recebedores). Somma da consignação «Gra- tificações diversas».....	1.003:105\$000	
Somma da consignação da 5. ^a divisão	8.866:294\$500	
Eventuaes	700:000\$000	
Total da verba— Estrada de Ferro Central do Brazil.....	31.176:515\$740
10. Obras federaes nos Estados :		
A—Porto do Na- tal (de accordo com a letra E da verba 11. ^a do art. 17 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901).....	211:040\$000	
B—Porto da Pa- rahyba (de ac- cordero com a letra D do art. 17 da ci- tada lei n. 834, acrescentan- do-se 50:000\$ para o acaba- mento da re- construcção da ponte do Sa- nhariá).....	271:991\$500	
C—Porto de Per- nambuco (de accordo com a citada lei, let- tra A).....	376:752\$500	
D—Portos e rios		

	Ouro	Papel
de Santa Catharina:		
Pessoal 88:352\$500		
Materiaes, inclusive 125:000\$ para aquisição de um batelão a vapor 200:200\$000		
Melhoramentos urgentes da barra da Laguna 100:000\$000	388:552\$500	
F—Barra e porto do Rio Grande do Sul.....	787:242\$000	
F—Açude do Quixadá (de accordo com a lettra P do art. 17 da lei n. 834, de 1901)	290:600\$000	
G—Porto do Maranhão.....	150:000\$000	2.485:478\$500
11. Obras publicas da Capital Federal—(Modificada a sub-consignação «Novas canalisações da seguinte fôrma: Revisão da rede, novas consignações, aquisição de mananciaes e outros melhoramentos do serviço» 650:000\$. Feitas na sub-consignação «Mananciaes e conservação das florestas — Pessoal — as seguintes alterações: tres feitores, 5:475\$; 20 trabalhadores, 37:047\$500, de accordo com a lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901; acrescentando-se á sub-consignação «Diarias» (1ª divisão) 1:825\$ para a diaria de 5\$ ao conductor geral, e na sub-consignação — Reparos de proprios nacionaes — declarando-se: inclusive a quantia necessaria para a reparação do predio nacional onde funciona a escola nocturna mantida pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, redigindo-se a sub-consignação — Proseguimento da rede de distribuição, etc. — do seguinte		

	Ouro	Papel
modo: «Pessoal e material para este serviço (podendo despende-se até 40:000\$ para canalisação de agua no Vigario Geral, em Irajá.)» Somma desta ultima sub-consignação, 250:000\$000....		2.501:457\$000
12. Esgoto da Capital Federal (calculadas as taxas de esgoto dos predios e cortiços para 48.000 predios e reduzida a respectiva sub-consignação a 4.559:952\$, e accrescentando-se 22:678\$875 para a taxa de esgoto dos predios pertencentes ou subordinados aos diversos Ministerios)...		4.679:725\$875
13. Illuminação publica.....	531:273\$662	628:288\$662
14. Fiscalização (desligando-se da sub-consignação «Estradas de Ferro Minas e Rio e Muzambinho» a fiscalização da Estrada de Ferro Minas e Rio, dotando-se esta fiscalização com a seguinte verba: Vencimentos do engenheiro fiscal, 12:000\$: ajuda de custo ao empregado da tomada de contas, 600\$: expediente, 50\$: sennoa, 12:650\$, e accrescentando-se 7:000\$ para transporte e guarda de uma ponte metallica da Estrada de Ferro de Baurité, pertencente á União)...	3:600\$000	537:160\$000
15. Observatorio Astronomico.....		81:600\$000
16. Repartições e logares extinctos..		86:400\$000
17. Eventuaes		100:000\$000

Art. 22. E' o Poder Executivo autorizado:

I, a entrar em accordo com o Governo do Estado de S. Paulo, para a cessão gratuita á União da linha de Itapetininga a Itararé;

II, a entrar em accordo com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a cessão á União das linhas telegraphicas de que elle é proprietario, com a extensão de 424 kilometros, servindo a 15 estações, sob as seguintes bases: a) o Governo do Estado transferirá á União as linhas telegraphicas, appaarelhos e todo o material existente, sem indemnização alguma; b) a União se obrigará a construir as seguintes linhas complementares da rede telegraphica actualmente pertencente ao Estado: da Estrella a Venancio Ayres, de Guaporé a Soledade, de Alfredo Chaves a Lagoa Vermelha e de Camaquan a Encruzilhada;

III, a realizar nos limites da verba decretada na presente lei as construcções de linhas telegraphicas a que se refere o art. 18, n. II, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, e o acabamento de todas as que se acham em construcção;

IV, a elevar á categoria de telegraphistas-chefes, na Repartição Geral dos Telegraphos, dous telegraphistas de 1.^a classe, sem augmento de despeza, e pagos com as mesmas gratificações actualmente percebidas por estes quando dirigem estações-chefes ;

V, a conceder ao Dr. Joaquim Carlos Travassos a subvenção de 25:000\$, para a impressão de seus trabalhos sobre a industria agricola em geral, obrigando-se o mesmo a entregar a metade dos exemplares das edições que fizer ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para serem distribuidos por esse Ministerio do modo que julgar mais conveniente ;

VI, a despendar até a quantia de 100:000\$ com a aquisição de sementes e plantas, para serem distribuidas pelos agricultores e com o pagamento de passagens e seguros de animaes das raças cavallar, bovina, suina e lanigera, reproductores destinados a estabelecimentos agricolas ou pastoris, devendo as requisições para importação desses animaes ser feitas directamente ao Governo, que terá muito em vista a distribuição mais equitativa possível pelos Estados, comprehendendo esta concessão os animaes que forem adquiridos no paiz e tiverem de ser transportados de um Estado para outro, nas condições mencionadas ;

VII, a cancelar franquia postal para a correspondencia, publicações e sementes distribuidas pelas Sociedades Nacional de Agricultura, Bahiana de Agricultura, de Agricultura Alagoana, Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Paulista de Agricultura, União Agricola de Sergipe, Estadual de Agricultura do Paraná e para a correspondencia do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros ;

VIII, a prorogar os contractos para condução de malas e alugueis de casa para os serviços dos Correios por espaço nunca maior de tres annos ;

IX, a rever, em beneficio da lavoura da canna, a concessão dos engenhos centraes de fabricar assucar, de Iguape e Rio Fundo, no Estado da Bahia, para o fim de regularisar o seu funcionamento, podendo, no caso de não conseguir a restauração das fabricas necessarias á defesa e salvação da lavoura, rescindir o contracto, sem prejuizo, para a União, de reembolso das quantias adeantadas pelo Governo a titulo de garantias de juros, credito determinado no decreto n. 635, de 9 de agosto de 1890 ;

X, a despendar até a quantia de 50:000\$ para auxiliar ou promover, por intermedio da Sociedade Nacional de Agricultura, um concurso ou exposição deapparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool, com o fim de vulgarisal-os no paiz, devendo a exposição realizar-se nesta Capital ;

XI, a despendar até 30:000\$ para animação á industria da seda, sendo: 15:000\$ em premios, cujo maximo não exceda a 5:000\$ aos sericultores que provarem, a juizo do Governo, ter pelo menos 500 pés de amoreira, regularmente tratalos, devendo ser os premios proporcionaes á importancia das culturas ; e 15:000\$, divididos em tres premios de 5:000\$ cada um, em favor de quem montar as tres melhores fabricas de fiação de se ia ;

XII, a reorganisar os serviços de navegação que estavam a cargo do Lloyd Brasileiro, contractando-os com uma ou mais empresas que melhores vantagens ofereçam ao publico e ao Thesouro, a juizo do Governo, observadas as seguintes condições :

a) Não excederão as subvenções a importancia consignada na presente lei, podendo ser concedidas as vantagens e isenções constantes de contractos anteriores com o Lloyd ;

b) o prazo do contracto não será maior de dez annos ;

c) os generos de produção nacional terão os fretes os mais reduzidos, não superiores, na média, aos que vigoravam na data da lei n. 831, de 1901, estabelecendo-se no contracto a fôrma e os prazos de revisão da tarifa, cabendo ao Governo a faculdade de, em qualquer tempo, determinar as necessarias reduções, em casos de calamidade publica ;

d) o contractante se obrigará a fornecer vapores extraordinarios, afim de transportar as mercadorias dos portos intermedios, desde que a requisição lhe tenha sido feita com antecedencia de dez dias, pelo menos, e por navios capazes, quando os navios ordinarios não possam fazer esse serviço ;

XIII, a incluir no contracto para os serviços a que se refere o parographo antecedente as seguintes obrigações : a) de fazerem escalas os vapores da linha do sul, no porto de Guaratuba, do Estado do Paraná, em uma viagem redonda por mez ; b) de fazerem os vapores da linha do norte uma viagem mensal ao porto de Aracajú, desde que se verifique a accessibilidade deste ; c) de ser observada a clausula primeira do decreto n. 857, de 13 de outubro de 1890, para o serviço do embarque e desembarque dos passageiros e suas bagagens no porto da Capital do Estado da Parahyba do Norte ou com destino a ella, sem que por esse serviço possa a empresa exigir qualquer retribuição ;

XIV, a contractar pelo prazo de cinco annos, com quem melhores vantagens offerecer, o serviço de viagens do porto da Parnahyba ao ancoradouro dos vapores do Lloyd, na Tutoya, até 500\$ por cada uma dellas, coincidindo com a chegada daquellés vapores a Tutoya e de maneira que haja facil e commodo transporte para passageiros e cargas da Parnahyba áquelle ancoradouro e desse áquella cidade, sendo essas viagens feitas por barcos a vapor, apropriados ao fim a que se destinam ;

XV, a conceder até 10:000\$ de subvenção á Empresa Viação do Brazil, por viagem mensal de ida e volta que, durante os mezes da cheia, realizar a referida empresa, a partir do Joazeiro, no S. Francisco, até o ponto mais conveniente do rio Paracatú, acima da barra do rio da Prata, afluente do mesmo Paracatú, regulando o Governo no contracto as tarifas, os horarios e as mais obrigações da empresa, referentes a essa navegação ;

XVI, a renovar, por prazo não excedente de tres annos, o contracto para o serviço de navegação a vapor no baixo S. Francisco, approvado pelo decreto n. 3492, de 13 de março de 1900, sem augmento de despesa ;

XVII, a applicar na vigencia desta lei, da renda liquida produzida pela Estrada de Ferro Central do Brazil, nos exercicios de 1902 e 1903, até a quantia de 6.500:000\$ na construcção de prolongamentos, ramaes e melhoramentos das estradas de ferro de propriedade da União :

a) o respectivo credito será aberto no começo do exercicio, por conta dos saldos a liquidar ;

b) a execução das obras da Estrada de Ferro Central do Brazil ficará a cargo de divisões provisórias, sujeitas á Directoria da estrada, enquanto o Governo não julgar necessaria a creação de commissões a elle directamente subordinadas ; a execução das obras, porém, si o Governo entender que não as deve fazer por administração, será confiada a quem melhores vantagens offerrecer, mediante concorrência publica ;

XVIII, a prorogar por um anno o prazo para a conclusão das obras da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim ;

XIX, a prorogar por dous annos, contados da data desta lei, o prazo fixado na clausula 3^a do decreto n. 3812, de 7 de outubro de 1900, para a apresentação dos estudos da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha e o prazo fixado no art. 22, n. VIII, da lei n. 716, de 27 de dezembro de 1900, para a conclusão dos 100 primeiros kilometros da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim ;

XX, a adoptar o alvitre que julgar mais conveniente para concluir o prolongamento da Estrada de Ferro de Cacequy a Uruguayana e a executar o ramal de Sant'Anna do Livramento, não podendo dar garantia de juros nem subvenção ;

XXI, a arrendar definitivamente, por prazo não superior a 40 annos e mediante concorrência publica, as estradas de ferro resgatadas, fixando-se condições que assegurem a conservação de cada uma, o estabelecimento de um regimen de tarifas que beneficie os generos de produção nacional e o desenvolvimento da viação ferrea ; bem assim a abrir os creditos necessarios para liquidar os compromissos provenientes dos contractos de resgate e para o custeio e mais despezas das estradas resgatadas, enquanto não arrendadas ;

XXII, a entrar em accordo com os arrendatarios das estradas de ferro nacionaes, de modo a serem reduzidas as tarifas das mesmas estradas em relação ao transporte dos generos de produção nacional ;

XXIII, a entrar em accordo com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para incluir entre as obrigações contrahidas pela mesma, em virtude das clausulas do decreto n. 380, de 6 de junho de 1891, a de prolongar o caez em construcção até a rampa denominada do Palacio e dali até ao edificio do Thesouro Publico do Estado, fixando-se no respectivo contracto a quantidade de serviço que dali por deante deve ser realizada em cada exercicio ;

XXIV, a prorogar por tres annos o prazo para o inicio da construcção das obras de melhoramentos do porto de S. Luiz do Ma-

ranhão de que é concessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, com a condição de, dentro de um anno, dar começo ás obras necessarias á conclusão do canal de Arapahy, a que se refere a clausula 5.^a do decreto n. 909, de 23 de outubro de 1890, devendo estas ficar concluidas no prazo minimo de tres annos ;

XXV, a realizar as obras necessarias ao melhoramento dos portos da Republica, podendo, para esse fim, emittir titulos, em papel ou em ouro, que correspondam, por seus juros e amortização, ás responsabilidades que para cada porto possam ser providas pelas taxas que ali serão cobradas, estabelecidas nas leis e concessões em vigor :

a) as obras poderão ser executadas por administração ou por contracto, modificados ou não os respectivos planos de organamentos e podendo-se accrescentar-lhes a execução de obras fora dos câes, mais necessarias para facilitar o trafego das mercadorias para os mesmos câes; e a exploração commercial dellas será estabelecida segundo o regimen que mais convenha a cada porto ;

b) para o fim a que se refere a disposição constante do presente numero, poderá o Governo entrar em accordo com as empresas concessionarias do melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, cujos contractos estejam em pleno vigor, podendo fazer todas as despesas indispensaveis para a effectividade dos accordos que forem celebrados ;

c) para as despesas de que trata a presente alinea o para todas as que forem necessarias á execução dos melhoramentos de portos, a que se refere a presente autorização, ficam tambem autorizadas as precisas operações de credito ;

d) sob o regimen desta lei, poderão ser realizadas as obras de portos ainda não definitivamente contractadas ;

e) o producto das taxas especiaes creadas na lei da receita, que forem cobradas nos portos dotados com verba especial na presente lei, poderá ser applicado ao desenvolvimento do serviço do melhoramento respectivo ;

XXVI, a conceder aos Governos estaduais, que pretenderem executar as obras de melhoramentos do portos dos respectivos Estados, segundo os planos approvados ou que forem approvados pelo Governo Federal, os favores constantes das leis n. 1646, de 13 de outubro de 1869 e n. 3314, de 16 de outubro de 1886, independente de concorrência ;

XXVII, a entrar em accordo com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de apressar a conclusão das obras da barra do mesmo Estado, podendo para tal fim e cancelar a cobrança das taxas de que trata o paragrapho unico do art. 7.^o da lei n. 3314, de 16 de outubro de 1886 ;

XXVIII, a contractar com quem mais vantagens offerecer, em concorrência publica, a construcção, uso e gozo de um porto artificial na enseada de S. Domingos das Torres, Estado do Rio Grande do Sul, bem como a de uma estrada de ferro que ligue esse porto á cidade de Porto Alegre, mediante os onus e vantagens conferidos no decreto n. 1746, de 12 de outubro de 1869 ,

servindo de base ao ajuste as clausulas que baixaram com o decreto n. 597 A, de 19 de julho de 1890, additado pelo de n. 1382, de 19 de fevereiro de 1891, excluidas terminantemente as que se referem à garantia de juros ;

XXIX, a fazer as despesas necessarias, afim de rectificar os estudos feitos na barra de Aracajú pelo engenheiro Andréa Ser-nadack, em 1875, e fazer os melhoramentos indicados no rela-torio e nas plantas apresentadas ao Ministerio da Agricultura, no mesmo anno ;

XXX, a contractar com quem mais vantagens offerecer em concorrência publica a construcção, uso e gozo de um porto artificial na bahia de Guajará, em Belém do Pará, comprehen-dendo o littoral desde a ponta do Arsenal de Marinha até o lugar denominado Valha-me Deus e o porto do Pinheiro, desde o Furo do Maguary até a Olaria Tapana, mediante os onus e vantagens conferidos no decreto n. 1746, de 13 de outubro de 1869, ser-vindo como base os estudos e plantas levantados pelo engenheiro Saboia, em commissão do Governo ;

XXXI, a fazer, conjuncta ou separadamente, as operações de credito e financeiras que mais convenham para realizar as aquisições e obras que tenham por fim melhorar e augmentar o serviço de abastecimento de agua à Capital Federal, podendo reservar, para o serviço de juros e amortização do capital que levantar ou dos titulos que emittir, a renda de todo o serviço ;

XXXII, a abrir os creditos necessarios para :

a) supprir as deficiencias que no exercicio desta lei se verifi-carem na consignação da verba 11^a do art. 1^o destinada à « Revisão da rede e novas canalisações », para o fim de attender ao supprimento de agua aos suburbios da Capital Federal ;

b) constituir um capital de movimento para a aquisição directa aos fabricantes e fornecimento aos particulares, de appa-relhos necessarios à regularisação do supprimento de agua ;

XXXIII, a mandar proceder pela commissão do açude do Quixadá a estudos de açudagem no Estado do Ceara, correndo a despeza por conta da rubrica 10^a, lettra F ;

XXXIV, a mandar editar na Imprensa Nacional a — Noticia Historica do abastecimento de agua da cidade do Rio de Janeiro— pelo Dr. Antonio Joaquim de Almeida e Silva, conductor das obras publicas ;

XXXV, a entrar em accordo com a *City Improvements Com-pany, Limited*, para autorizar esta a lançar em suas contas semestras, afim de ser ordenado o pagamento pelo Ministerio da Industria, as taxas de esgoto devidas pelos diversos Minis-terios, sob as seguintes condições :

a) abrir mão a companhia da divida dessa procedencia, existente na data do accordo e não inferior à verificada em 31 de dezembro de 1901 ;

b) conceder ella um abatimento de 10 % em todas as futuras taxas de esgoto pagaveis pelos diversos Ministerios, até o fim do seu contracto ;

XXXVI, a arbitrar, na vigencia desta lei, aos engenheiros empregados na fiscalização do serviço a cargo da *City Improvements Company, Limited*, uma diaria como indemnização ás constantes viagens que são obrigados a fazer nas suas circumscripções, não excedendo os limites da importancia com que contribue annualmente a mesma companhia;

XXXVII, a promover o melhoramento dos serviços de esgotos e illuminação, de maneira a satisfazer as exigencias sanitarias e a commodidade publica, sem novos onus para o Thesouro e para o contribuinte;

XXXVIII, a entrar em accordo com os Governos dos Estados para auxilia-los no trabalho de civilização dos indios, podendo despende até 50:000\$000;

XXXIX, a abrir o credito necessario para enviar á Europa profissional brasileiro encarregado de proseguir as experiencias mallogradas e acautelar os interesses e direitos de invenção do aeronauta Augusto Severo;

XL, a auxiliar com 40:000\$ a construção dos aerostatos *Santa Cruz e Paz*;

XLI, a despende 150:000\$ com os estudos e mais trabalhos concernentes á exploração de minas de carvão de pedra no Estado do Pará e em outros Estados da Republica; e a garantir, por tempo não excedente a 10 annos, o consumo do carvão nacional na Estrada de Ferro Central do Brazil, ou em outros serviços federaes e em outras estradas, de accordo com a administração destas, na proporção annual que for julgada necessaria, fazendo os estudos precisos para demonstrar as vantagens do emprego do mesmo carvão;

XLII, a incluir no contracto para a construção do porto de Belém, no Pará, o porto da villa do Pinheiro, desde o Furo do Maguary até a Olaria Tapaná, sob as mesmas condições;

XLIII, a tornar extensiva, na vigencia desta lei, aos empregados do correio ambulante e carteiros e aos estafetas ambulantes do Telegrapho, residentes nos suburbios da Capital Federal, a concessão feita pelo art. 41 da lei n. 562, de 23 de novembro de 1899, de assignaturas nominaes e intransferiveis, nos trens de suburbios, com o abatimento de 75 % sobre os preços das passagens;

XLIV, a emittir para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil, residentes na Capital Federal e nos suburbios, assignaturas nominaes e intransferiveis com o abatimento de 75 % sobre o preço das passagens, gosando da mesma redução, quer nos trens do interior, quer nos dos suburbios, as pessoas das familias daquelles empregados que residirem sob o mesmo tecto e ás suas expensas.

Art. 23. As despesas de fiscalização das estradas arrendadas, a que se refere o n. 25 do art. 29 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, serão pagas pelas quotas fornecidas para este fim, constantes dos contractos de arrendamento.

Art. 21. Fica approvada a clausula 27ª do contracto celebrado com a *Amazon Steam Navigation Company* e approvado pelo

decreto n. 4593, de 13 de outubro de 1902, pela qual é fixado o prazo de cinco annos para a duração do mesmo contracto.

Art. 25. O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelas repartições do Ministerio da Fazenda, com os serviços designados nas seguintes verbas, em ouro, 36.710:247\$355, em papel, 85.105:565\$585:

	Ouro	Papel
1. Juros e mais despesas da divida externa.....	17.031:466\$667	
2. Juros e amortização do emprestimo externo para o resgate das estradas de ferro encampadas.....	7.318:373\$331	
3. Juros e amortização dos emprestimos internos..	2.286:065\$000	9.600:000\$000
4. Juros da divida interna fundada.....	25.756:084\$000
5. Pensionistas	4.675:588\$079
6. Aposentados.....	2.614:064\$520
7. Thesouro Federal — Aumentada de 400\$, no material, destinados a elevar de 200\$ a 300\$ a gratificação que recebem os quatro correios, para fardamento.....	1.014:105\$000
8. Tribunal de Contas.....	403:000\$000
9. Recebedoria da Capital Federal.....	350:700\$000
10. Caixa da Amortização...	100:000\$000	292:742\$500
11. Casa da Moeda — Assim discriminadas as consignações da sub-rubrica — Material:		
Papel, pennas, tinta, livros em branco, impressos, etc.....		
Luz para o corpo da guarda e para dias de festa nacional.....	12:400\$	
Concerto e reforma de moveis.....		
Asseio do edificio e despesas diversas.		

	Ouro	Papel
Reagentes, ca- dinhos, tijo- los, etc.....	20:000\$	
Material para a fabricação do nickel e bronze.....	10:000\$	
Combustiveis..	54:000\$	
Papel, tinta, oleos, verni- zes, gommas (para sellos, estampilhas, etc.).....	52:000\$	
Ferro, aço, gra- xas, madeira, etc.....	10:000\$	
Saccos para con- dução de ni- ckel, cobre, prata e luvas para os traba- lhos dos for- nos	5:000\$	
Machinas e utensis.....	21:500\$	
Materiaes para as obras.....	12:000\$	
Consumo de agua.....	2:340\$	636:040\$000
12. Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> — Augmentada de 300:000\$ a importan- cia destinada a pessoal e material, inclusive a impressão de 2.000 ex- emplares do <i>Boletim da Legislação Brasileira</i> , organizado pelo cidadão Paulo Tavares. Desses Boletim, publicado em 12 fasciculos, 1.000 ex- emplares ficarão para o Governo e 1.000 serão dados como unica re- componça ao seu orga- nizador, que, si desear fazer maior tiragem, po- derá fazel-a mediante pagamento do papel ne- cessario.....		1.460:340\$000

	Ouro	Papel
13. Laboratorio Nacional de Analyses — Elevado de 120:000\$ a 160:000\$ o maximo da renda, de que serão deduzidas as quotas, na razão de 15 %o, conforme a legislação em vigor.....		94:000\$000
14. Administração e custeio dos proprios e fazendas nacionaes — Deduzidos 6:000\$ pedidos para gratificação do fiscal da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro a cargo da mesma companhia.....		71:280\$000
15. Delegacia do Thesouro, em Londres.....	36:600\$000	
16. Delegacias fiscaes.....		1.512:718\$000
17. Alfandegas— Augmentada de 1.000:000\$, destinados a occorrer, a juizo do Governo, ás mais urgentes necessidades destas repartições, comprehendendo concertos e reparos nos edificios e pontes, creação de postos fiscaes, acquisição do material e custeio respectivo.....	8:808\$396	10.437:716\$600
18. Mesas de Rendas.....		1.224:226\$000
19. Empregados de repartições e logares extinctos.....		75:559\$986
20. Fiscalização e mais despezas dos impostos de consumo.....		2.349:400\$000
21. Comissão de 2 % na venda de estampilhas, por particulares.....		200:000\$000
22. Ajudas de custo.....		10:000\$000
23. Gratificações por serviços temporarios e extraordinarios — Augmentada de 50:000\$, exclusivamente destinados ao pagamento dos funcionarios que forem incumbidos de promptificar e		

	Ouro	Papel
pôr em dia os balanços em atraso das repartições de Fazenda.....	80:000\$000
24. Juros dos bilhetes do The-souro.....	480:000\$000
25. Juros do empréstimo do cofre dos orphãos.....	650:000\$000
26. Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro....	5.700:000\$000
27. Juros diversos.....	50:000\$000
28. Porcentagem pela co-brança executiva da di-vida da União.....	100:000\$000
29. Comissões e corretagens.....	20:000\$000
30. Despezas eventuaes.....	150:000\$000
31. Reposições e restituições.	50:000\$000	450:000\$000
32. Exercícios findos.....	2.000:000\$000
33. Obras, sendo : nos Esta-dos, 550:000\$, inclu-sive 100:000\$ para con-clusão da ponte de des-carga da Alfandega do Ceará; e na Capital Federal, 230:000\$, in-clusive 50:000\$ para a construção de um pri-meiro andar no pavi-mento central na Im-prensa Nacional.....	780:000\$000
34. Creditos especiaes.....	1.845:933\$958	

APPLICAÇÃO DA RENDA COM
DESTINO ESPECIAL

35. Fundo de resgate e ga-rantia do papel-moeda.	7.870:000\$000	2.150:000\$000
36. Fundo de amortização dos empréstimos internos..	5.200:000\$000
37. Fundo para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro en-campadas.....	160:000\$000	1.658:000\$000
38. Fundo para o serviço da estatística commercial.	270:000\$000
39. Fundo para as obras de melhoramentos dos por-tos.....	2.530:000\$000

Art. 26. E' o Governo autorizado:

I, a abrir no exercicio de 1903 creditos supplementares, até o maximo de 8.000:000\$, ás verbas indicadas na tabella B, que acompanha a presente lei. A's verbas — Soccorros publicos — e — Exercicios findos — poderá o Governo abrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, contanto que sua totalidade, computada com as dos demais creditos abertos, não exceda o maximo fixado, respeitada, quanto á verba — Exercicios findos —, a disposição da lei n. 3230, de 3 de setembro de 1884, art. 11 ¹. No maximo fixado por este artigo não se comprehendem os creditos abertos aos ns. 5, 6, 7 e 8 do Orçamento do Ministerio do Interior;

II, a liquidar os debitos dos bancos, provenientes de auxilio á lavoura;

III, a conceder o premio de 50\$ por tonelada aos navios que forem construidos na Republica e cuja arqueação seja superior a 100 toneladas, podendo abrir os creditos que forem necessarios;

IV, a abrir credito para ultimar as despezas com o serviço da uniformisação dos typos das apolices;

V, a entrar em accordo com a Associação Commercial do Rio de Janeiro para liquidar o debito que ella tem com o Thesouro Nacional, recebendo em pagamento o predio que a referida Associação está construindo para a sua installação definitiva, á rua Primeiro de Março:

a) o Governo mandará proceder á avaliação do predio, afim de poder fixar a quantia pela qual o receberá;

b) adquirido o predio, o Governo abrirá credito até a somma de 500:000\$, para occorrer ao pagamento das despezas com as obras necessarias para conclusão daquelle edificio e o arrendará á Associação Commercial, reservando as salas necessarias para o funcionamento gratuito da Junta Commercial, da Camara Syndical e da Bolsa;

c) a quota annual do arrendamento será calculada tomando-se por base a quantia que actualmente paga o Governo pela parte do edificio occupada pela Repartição Goral dos Correios;

VI, a ceder, gratuitamente, á Casa de Misericordia da Capital Federal, o predio sito no morro do Castello e onde funcionou o antigo Hospital Militar;

¹ Art. 11 da lei n. 3230, de 3 de setembro de 1884 — Por dividas de exercicios findos entendem-se as que tiverem por origem o pagamento de serviços prestados ao Estado em exercicios já encerrados em virtude de autorização concedida por lei de orçamento ou por outra qualquer especial, com fundos decretados nos termos do art. 14 da lei n. 1177 de 9 de setembro de 1862, contanto que a importancia dos serviços por pagar não exceda a consignação dos respectivos fundos.

VII, a ampliar até 25 annos, nos termos do art. 31, § 1^o, da lei n. 831¹, os prazos para arrendamento dos campos de pastagem da fazenda de Santa Cruz;

VIII, a amortizar as apolices recebidas do Banco da Republica, por conta do seu debito e existentes no Thesouro;

IX, a mandar pagar aos empregados das Alfandegas a porcentagem relativa ao augmento da renda verificado no exercicio de 1902, comparada com o de 1901, não devendo essa porcentagem exceder de 20 % dos vencimentos de cada empregado, nem tambem a 20 % do augmento que effectivamente se verificar no exercicio, podendo, para isso, abrir o necessario credito;

X, a pagar aos funcionarios do Laboratorio Nacional de Analyses as quotas que lhes forem devidas, pela differença entre o maximo da renda taxada para esse fim pela lei n. 831, de 30 de dezembro de 1901, em 120.000\$, e a de 160.000\$ marcada para o futuro exercicio;

XI, a despende, na vigencia desta lei, por conta da verba — Obras — a importancia do saldo do credito aberto pelo decreto n. 4613, de 24 de outubro do corrente anno, para occorrer ás despesas com a construcção do edificio da Alfandega de Paranaguá, no porto d'Agua, Estado do Paraná;

XII, a restituir ao Estado de Minas Geraes, abrindo para isso o credito necessario, a quantia de 190.368\$154, paga pelo mesmo Estado por direitos aduaneiros de que tinha isenção;

XIII, a permittir a venda de sellos de consumo aos fabricantes nacionaes, a prazo de seis mezes, mediante termo de responsabilidade e garantia idonea. A falta do pagamento de um destes terminos tornará exigiveis todos os outros e impossibilitará nova concessão;

XIV, a despende a quantia de 4.000\$ para installação da Mesa de Rendas em Obidos;

XV, a despende da quantia que tem de receber do Banco da Republica, em pagamento da sua divida, a importancia precisa para adquirir propriedades necessarias ao serviço federal ou para adaptar ao mesmo fim propriedades já adquiridas, realizando as obras de adaptação pela forma que julgar mais conveniente;

XVI, a permittir que, na vigencia desta lei, o Conselho Fiscal da Caixa Economica de Porto Alegre despenda até a quantia de 150.000\$ na acquisição de terreno e construcção de um edificio adequado ao funcionamento da mesma caixa, correndo essa despesa á conta dos recursos proprios desse estabelecimento;

■ O art. 31, § 1^o, da lei n. 831, de 30 de dezembro de 1901, reproduz esta disposição, acrescentando: — inserindo nos contractos que celebrar clausulas que assegurem o pagamento dos mesmos campos, de conformidade com a authorização do art. 32, letras o, d, e, da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, que continúa em vigor.

XVII, a despende até a quantia de 50:000\$ com a construcção ou compra de um prédio para a Alfandega da Parnahyba ;

XVIII, a auxiliar, na vigencia desta lei, os agricultores e industriaes de assucar, emprestando-lhes até a quantia de 5.000:000\$, por intermedio do Banco da Republica ou, de preferencia, de um banco de credito agricola, nos Estados onde o houver.

Art. 27. Fica em pleno vigor, no exercicio da presente lei, o art. 36 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, ¹

Art. 28. O emprestimo, a que se refere o n. XVIII do art. 2º, será distribuido equitativamente pelos Estados productores de assucar e realizado da forma seguinte :

1.º O Governo adiantará por sacco de assucar branco, crystal ou turbina, de 60 kilos, a quantia de 18\$, nas capitães dos Estados do Norte, e 11\$, na Capital Federal ; de 8\$, por 60 kilos de assucar de côr, denominado 3º sorte, crystal amarello e mascavinho, e de 4\$ por 60 kilos do assucar mascavo ;

2.º Para ter direito ao emprestimo, o productor, por si ou por seu representante, depositará em trapiches, entrepostos ou armazens que offereçam as necessarias garantias, o assucar sobre o qual houver de se effectuar a transacção ;

3.º O emprestimo será feito por prazo nunca maior de 12 mezes e juro de 6 % ao anno ;

4.º Uma vez depositado, o assucar não poderá ser retirado dos depositos sem o reembolso da quantia adiantada e juros respectivos.

Art. 29. Os vencimentos por substituição dos empregados de Fazenda se regularão pela forma estabelecida na decisão do Ministerio da Fazenda n. 231, de 23 de abril de 1879.

Art. 30. As despesas com funeraes dos funcionarios publicos e com o pagamento de ajudas de custo ficam sujeitas ao registro *à posteriori* do Tribunal de Contas, nos termos do art. 164 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896.

Art. 31. A Mesa de Rendas de Pelotas ficará, na vigencia desta lei, sob o mesmo regimen e com attribuições iguaes ás que tem as Mesas de Rendas do S. Francisco, Antonina e Itajahy.

¹ Art. 36 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — O Governo autorizará, na vigencia desta lei, aos consules brasileiros a inscripção official do — Contracto entre os accionistas constituintes do Anonymato Brasileiro — independente do pagamento dos sellos devidos por lei, desde que:

a) seja elle lavrado para que tal associação se apresente no Brazil apta a funcionar, nos termos do — Contracto Geral — constante da proposta de 20 de janeiro de 1899 ;

b) tal associação assuma a responsabilidade do pagamento dos referidos sellos, accrescido com as multas maximas da lei, promptificando-se a effectual-o no acto de assignar o — Contracto Geral — com o Governo do Brazil.

Art. 32. Todos os pagamentos de despezas de materiaes serão centralizados no Thesouro ou nas Delegacias, com excepção daquelles que forem feitos pelas Secretarias do Congresso e pela Mordomia do Palacio do Governo e dos que, observada aquella centralisação, possam retardar a marcha dos respectivos serviços, pagamentos que continuarão a ser effectuados pelas proprias repartições, depois de habilitadas, mediante registro prévio de distribuição de creditos, ouvido o Thesouro sobre a conveniencia de serem feitas as referidas despezas pelas contadorias respectivas.

Art. 33. Os contractos de arrendamento de predios para repartições de character permanente, taes como Allandegas, Delegacias Fiscaes, Telegraphos, Correio, etc., poderão ser celebrados por mais de um anno, conforme estabeleceu a lei n. 2348, de 1873 ¹.

Art. 34. Ficam approvados os creditos na somma de 21:900\$ ouro e 11.167:466\$353 papel, constantes da tabella A.

Art. 35. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

¹ Art. 18 da lei n. 2348, de 25 de agosto de 1873 — As despezas autorizadas nas disposições das leis de orçamento, seja ou não definido o respectivo credito, podem ser pagas no exercicio da lei pelos meios nella votados.

Proceder-se-ha do mesmo modo com as decretadas em leis especiaes, uma vez que tenham verba propria no orçamento.

As autorizadas por leis especiaes, em consequencia de serviços novos, transitorios, ou permanentes, para os quaes não exista rubrica no orçamento, não serão effectuadas, sem que o Poder Legislativo decrete os fundos correspondentes.

Estas regras são applicaveis ás despezas decretadas pelas leis do orçamento, com a clausula — desde já.

§ 1.º A despesa autorizada em lei de orçamento, e que não se realizar até ao fim do respectivo exercicio, assim como a que for votada em lei especial, e não se effectuar no exercicio corrente ou no immediato, não poderá ser paga, sem nova autorização, dada em lei de orçamento, ainda quando o Governo possa fazer o pagamento por meio de operações de credito.

Exceptuam-se as que estirerem sujeitas a contractos em virtude da autorização primitiva.

§ 2.º O Ministro da Fazenda juntará ás futuras propostas uma tabella das despezas que se acharem nestas circumstancias, comprehendendo tambem as exceptuadas.

TABELLA — A

Leis n. 559, de 9 de setembro de 1890, art. 1.^o § 6 e n. 2318, de 25 de agosto, art. 20

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

EXERCICIO DE 1901

Decreto n. 4125 — de 17 de agosto de 1901	
Abre o credito supplementar á verba — Socorros Publicos — do corrente exercicio.....	250:000\$000
Decreto n. 4168 — de 21 de setembro de 1901	
Abre o credito supplementar ao corrente exercicio de 141:750\$ á verba — Subsidio dos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados.....	618:750\$000
Decreto n. 4169 — de 21 de setembro de 1901	
Abre o credito supplementar ao corrente exercicio de 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 46:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	78:700\$000
Decreto n. 4194 — de 5 de outubro de 1901	
Abre o credito especial de 20:000\$ em papel-moeda e 12.000 dollars (ouro), para occorrer á despesa com o reforço do material da iluminação electrica da Brigada Policial (21:900\$, ouro).....	20:000\$000
Decreto n. 4205 — de 19 de outubro de 1901	
Abre o credito supplementar ao exercicio corrente de 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 66:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	98:700\$000
Decreto n. 4206 — de 19 de outubro de 1901	
Abre o credito supplementar ao exercicio corrente de 141:750\$ á verba — Subsidio dos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados.....	618:750\$000
Decreto n. 4209 — de 26 de outubro de 1901	
Abre o credito supplementar á verba 14, do exercicio corrente, para a Brigada Policial..	55:641\$000

Decreto n. 4226 — de 4 de novembro de 1901	
Abre o credito extraordinario para auxiliar a Prefeitura do Districto Federal nas despezas relativas á epidemia da peste bubonica.....	250:000\$000
Decreto n. 4245 — de 23 de novembro de 1901	
Abre o credito supplementar ao corrente exercicio ás verbas — Secretaria do Senado 32:700\$ e — Secretaria da Camara dos Deputados — 111:000\$000.....	143:700\$000
Decreto n. 4246 — de 23 de novembro de 1901	
Abre o credito supplementar ao corrente exercicio ás verbas — Subsidio dos Senadores — 141:750\$ e — Subsidio dos Deputados — 477:000\$000.....	618:750\$000
Decreto n. 4280 — de 21 de dezembro de 1901	
Abre o credito supplementar ao corrente exercicio ás verbas — Subsidio dos Senadores — 141:750\$ e — Subsidio dos Deputados — 477:000\$000.....	618:750\$000
Decreto n. 4281 — de 21 de dezembro de 1901	
Abre o credito supplementar ao corrente exercicio ás verbas — Secretaria do Senado — 32:700\$ e — Secretaria da Camara dos Deputados — 81:000\$000.....	113:700\$000
Decreto n. 4367 — de 22 de março de 1902	
Abre o credito supplementar á verba — Socorros Publicos — do exercicio de 1901.....	155:438\$725
	<u>1.640:879\$725</u>

Ministerio da Marinha

EXERCICIO DE 1901

Decreto n. 3957 — de 13 de março de 1901	
Abre o credito especial para pagamento de differença de salarios, exercicio de 1898, a operarios extraordinarios dispensados do Arsenal da Marinha desta Capital.....	92:511\$000

Ministerio da Guerra

EXERCICIO DE 1901

Decreto n. 3993 — de 19 de abril de 1901

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento a docentes em disponibilidade dos Institutos Militares de Ensino, de gratificações vencidas e a vencer de 19 de abril de 1898 a 31 de dezembro de 1901..... 23:108\$322

Decreto n. 3959 — de 16 de março de 1901

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento de gratificações que deixou de receber em 1898 a 1899 a mestrança da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra desta Capital..... 1:860\$000

Decreto n. 4121 — de 9 de agosto de 1901

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento a docentes em disponibilidade dos Institutos Militares de Ensino, de gratificações vencidas e a vencer de 19 de abril de 1898 a 31 de dezembro de 1901..... 41:296\$898

Decreto n. 4193 — de 1 de outubro de 1901

Abre o credito extraordinario para pagamento do ordenado do fiel aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, João Leopoldino do Rego..... 837\$472

Decreto n. 4345 — de 12 de janeiro de 1902

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento a docentes em disponibilidade dos Institutos Militares de Ensino, de gratificações vencidas de 1898 a 1901..... 10:772\$200

Decreto n. 4316 — de 10 de janeiro de 1902

Abre o credito extraordinario para execução da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao tenente-coronel Procopio José dos Reis, por prejuizos causados durante a revolta de 6 de setembro de 1901..... 68:105\$189

Decreto n. 4317 — de 10 de janeiro de 1902

Abre o credito especial para pagamento de vencimentos aos docentes postos em disponibilidade, por effeito da organização dos Institutos Militares de Ensino.....	129:234\$721
--	--------------

Decreto n. 4366 — de 18 de março de 1902

Abre o credito especial da quantia de.....	
127:099\$329, supplementar ao § 11 — Classes inactivas — art. 15 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.....	127:099\$329
	396:344\$131

Ministerio da Industria

EXERCICIO DE 1901

Decreto n. 4002 — de 22 de abril de 1901

Abre o credito especial em supplemento do de que trata o decreto n. 3956, de 12 de março de 1901, afim de occorrer ás despezas de transporte dos retirantes coarenses, sua internação e outras.....	100:000\$000
---	--------------

Decreto n. 4003 — de 22 de abril de 1901

Abre o credito para ser applicado á indemnização devida á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, pela rescisão do respectivo contracto para o estabelecimento de immigrantes e nucleos coloniaes naquelle Estado.....	250:000\$000
--	--------------

Decreto n. 4027 — de 27 de maio de 1901

Abre o credito para occorrer ao pagamento devido á Companhia Colonisação e Industria do Santa Catharina, pela rescisão dos respectivos contractos para fundação de burgos agricolas nesse Estado.....	1.500:000\$000
---	----------------

Decreto n. 4028 — de 27 de maio de 1901

Abre o credito especial em supplemento do de que trata o decreto n. 3818, de 24 de outubro

de 1900, afim de ser applicado ás obras complementares do açude de Quixadá, no Estado do Ceará.....	250:000\$000
Decreto n. 4124 — de 12 de agosto de 1901	
Abre um credito especial para construcção do trecho de Cacequy a Inhanduhy, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguanana....	334:137\$865
Decreto n. 4190 — de 30 de setembro de 1901	
Abre o credito especial em supplemento ao de que trata o decreto n. 4002, de 22 de abril ultimo, afim de occorrer ás despesas de transporte dos retirantes cearenses, sua internação e outras.....	200:000\$000
Decreto n. 4241 — de 18 de novembro de 1901	
Abre o credito para occorrer ao pagamento devido á Companhia Norte Mineira pela rescisão dos respectivos contractos para fundação de burgos agricolas no Estado da Bahia.....	2.000:000\$000
Decreto n. 4242 — de 18 de novembro de 1901	
Abre o credito para occorrer ao pagamento devido á Companhia Terras e Viação, pela rescisão dos respectivos contractos para fundação de burgos agricolas no Estado de Minas Geraes.....	300.000\$000
	<hr/> 4.934:137\$865

Ministerio da Fazenda

EXERCICIO DE 1901

Decreto n. 3921 — de 11 de fevereiro de 1901	
Abre o credito para pagamento do premio devido a Silva Moreira & Comp.....	10:300\$000
Decreto n. 3930 — de 18 de março de 1901	
Abre o credito para occorrer ao pagamento de aluguel de armazens ao serviço da Alfandega de Maceió, Estado de Alagoas.....	9:00\$000

Decreto n. 4004 — de 23 de abril de 1901

Abre o credito especial para pagamento das
despezas de representação do Presidente da
Republica com sua viagem à Republica Ar-
gentina..... 1.630:881\$400

Decreto n. 4042 — de 12 de junho de 1901

Abre o credito para pagamento de ajuda de
custo devida ao inspector em comissão da
Alfandega de Santa Catharina, Augusto Ran-
gel Alvim..... 1:000\$000

Decreto n. 4060 — de 25 de junho de 1901

Abre o credito para o pagamento do premio de-
vido a José Rodrigues Bastos Coelho..... 8:400\$000

Decreto n. 4243 — de 20 de novembro de 1901

Abre o credito para occorrer à despesa com as
quotas que competem aos empregados das Al-
fandegas, em virtude do disposto no art. 41
da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1895.... 311:907\$771

Decreto n. 4302 — de 31 de dezembro de 1901

Abre o credito para occorrer ao pagamento de
quotas de empregados de Alfandegas..... 132:101\$461

2.103:593\$332

RESUMO

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	21:960\$000	3.640:879\$725
Ministerio da Marinha.....	92:511\$000
Ministerio da Guerra.....	396:344\$131
Ministerio da Industria.....	4.934:137\$865
Ministerio da Fazenda.....	2.103:593\$632
	<hr/> 21:960\$000	<hr/> 11.167:466\$353

Capital Federal, 30 de dezembro de 1902.—*Leopoldo de Bulhões.*

TABELLA — B

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir credito supplementar no exercicio de 1903, de accordo com as leis ns. 353, de 9 de setembro de 1850, 2348, de 25 de agosto de 1873, e 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 8º, n. 2, e art. 28 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1898.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Soccorros publicos.

Subsidios e ajudas de custo aos deputados e senadores — Pelo que for preciso durante as prorrogações e por insufficiencia da verba consignada.

Secretaria do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates durante as prorrogações.

Ministerio das Relações Exteriores

Extraordinarias no exterior.

Ministerio da Marinha

Hospitaes — Pelos medicamentos e utensis.

Reformados — Pela soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Frete — Por differenças de cambio e commissões de saques, tratamento de praças em portos estrangeiros e em Estados, onde não ha hospitaes e enfermarias e para despesas de enterro.

Eventuacs — Pelas passagens autorizadas por lei, ajudas de custo e gratificações extraordinarias tambem determinadas por lei.

Ministerio da Guerra

Hospitaes e Enfermarias — Pelos medicamentos e utensis a praças de pret.

Soldo e gratificações — Pelas gratificações de voluntarios e en-gajados e premios aos mesmos.

Etapas — Pelas que occorrerem além da importancia consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

Material — Diversas despesas pelo transporte de tropas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Garantias de juro ds estradas de ferro, aos engenhos centrais e peritos — Pelo que exceder ao decretado.

Ministerio da Fazenda

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros da divida inscripta, etc. — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

Aposentados — Pelas aposentadorias que forem concedidas além do credito votado.

Pensionistas — Pela pensão, meio-soldo, montepio e funeral, quando a consignação não for sufficiente.

Caixa de Amortização — Pelo feitto e assignatura de notas.

Recebeitoria — Pelas porcentagens aos empregados e commissões aos cobradores, quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Mesas de Rendis e Collectorias — Pelas porcentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Commissão dos vendedores particulares de estampilhas — Quando a consignação votada não chegar para occorrer ás despesas.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Porcentagem pela cobrança executiva das dividas da União — Pelo excesso da arrecadação.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Juros dos bilhetes do Thesouro — Idem, idem.

Commissões e corretagem — Pelo que for necessario além da somma concedida.

Juros dos empréstimos do Cofre dos Orphãos — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder á do credito votado.

Juros dos depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Soccorro — Pelos que forem devidos além do credito votado.

Exercícios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldo e outros vencimentos marcados em lei e outras despesas, nos casos do art. 11 da lei n. 2330, de 3 de setembro de 1884.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia dellas exceder a consignação. Para restituição de depositos do *Cofre dos Orphãos*, desde que haja mandado requisitorio do juiz competente.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1902. — *Leopoldo de Bulhões.*

DECRETO N. 958 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 8:098\$921 para occorrer ao pagamento ao professor do Collegio Militar Hemeterio José dos Santos de ordenados que deixou de receber.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 8:098\$921 para pagamento ao professor do Collegio Militar Hemeterio José dos Santos dos ordenados que lhe cabiam durante o tempo em que dirigiu a aula de litteratura nacional para integralização do anterior programma de ensino do mesmo collegio, os quaes deixou de receber; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 959 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 27:963\$133 para occorrer ao pagamento á « Société Anonyme des Anciens Etablissements Cail », de Pariz, pelo fornecimento de munições para um canhão Krupp e das despesas feitas com a remessa de um canhão para o concurso effectuado em 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 27:963\$133, equivalente, ao cambio de 11 31/32 por 1\$, a frs. 35.105, para occorrer ao pagamento á *Société Anonyme des Anciens Etablissements Cail*, de Pariz, pelo fornecimento de munições para um canhão Krupp, de 7,5 L/28, e das despesas com a remessa de um canhão enviado pela mesma *Société* para o concurso effe-

etornado em 1893 para aquisição de artilharia de campanha ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 960—DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Concede a D. Marfiza Rodrigues Cabral, filha do capitão José Carlos Cabral, a pensão annual de 848\$, sem prejuizo do meio soldo que percebe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' concedida a D. Marfiza Rodrigues Cabral, em attenção aos serviços prestados por seu pue, o capitão José Carlos Cabral, uma pensão annual de 848\$, independente do meio soldo, na importancia de 360\$ que já percebe.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 961 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Eleva a 150\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que recebe a, pensão concedida a D. Francisca Elisa de Castro Araujo, viuva do maior do Exercito Manoel Porfirio de Castro Araujo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono seguinte resolução:

Art. 1.º Fica elevada a 150\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que recebe, a pensão concedida a D. Francisca Elisa de

Castro Araujo, viuva do major do Exercito Manoel Porfirio de Castro Araujo, fallecido durante a guerra do Paraguay.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 962 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40\$538, ouro, e 2.255:694\$241, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40\$538, ouro, e 2.255:694\$241, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos dos diversos Ministerios, conforme a relação abaixo, fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario:

	Ouro	Papel
Ministerio da Guerra.....	202:558\$922
Ministerio da Marinha, inclusive 1:080\$ para pagamento a Maia & Maltez, do Estado da Bahia, por fornecimentos feitos.....	1.769:244\$929
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, inclusive 1:000\$ para pagamento ao Senador Martinho Cesar da Silveira Garcez, por ajuda de custo correspondente ás sessões legislativas de 1900 e 1901.	26:998\$059
Ministerio da Fazenda.....	40\$538	239:514\$996
Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.....	13:001\$550
Ministerio das Relações Exteriores..	4:376\$685

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 963 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Concede a pensão mensal de 1:000\$ á viuva e filhos do Dr. Manoel Victorino Pereira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' concedida á viuva e aos oito filhos do Dr. Manoel Victorino Pereira a pensão mensal de 1:000\$, cabendo metade á viuva e outra metade repartidamente aos filhos.

Art. 2.º Os filhos perderão a pensão logo que attingjam a maioridade e a filha quando contrahir matrimonio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 964 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Crea na Alfandega de Paranaguá os logares de dous conferentes e um guarda-mór.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º São creados na Alfandega de Paranaguá os logares de dous conferentes e um guarda-mór.

Paragrapho unico. Estes funcionarios terão os mesmos vencimentos que os marcados nas tabellas em vigor para os de igual categoria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 965 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1902

Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença ao 2º escripturario da Alfandega do Pará, Francisco Rodrigues de Andrade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder seis mezes de licença, com o respectivo ordenado, a Francisco Rodrigues de Andrade, 2º escripturario da Alfandega do Pará, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1902, 14ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.